

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da
Universidade do Porto e orientada por: Professor Rui Humberto Costa de Fernandes Póvoas e José
Júlio Cabral Faria Frias Dias

A AUTOCONSTRUÇÃO EM MEIO RURAL NOS ANOS 70 E 80

Projeto de reabilitação da Casa de Rebordinho

Pedro Miguel Pereira dos Santos Ferreira da Costa

Porto 2017/2018

“Faço sempre a mesma casa, porque
faço como se fosse para mim”

Souto de Moura

AGRADECIMENTOS

Desde já os meus primeiros vão para os meus orientadores, o Professor Rui Póvoas e o Professor José Cabral Dias. Foram incansáveis nesta orientação e nunca se negaram a qualquer questão colocada.

Depois quero agradecer a todos os amigos que ao longo destes anos me apoiaram, aturaram e ajudaram estando sempre de forma muito presente para tudo que necessitasse.

Por fim, e não menos importante, quero agradecer a toda a minha família, em especial à minha esposa e à minha filha pela paciência e compreensão, e por sempre acreditarem no meu valor.

Quero ainda dedicar de alma e coração esta prova ao meu pai que em Janeiro de 2017 me deixou, com a certeza que sabia que iria conseguir chegar a esta fase tão importante da minha vida.

Obrigado Pai!

RESUMO

A temática da reabilitação do património edificado tem sido cada vez mais debatida nos dias correntes no âmbito da disciplina de Arquitetura. Numa perspetiva de sustentabilidade, torna-se imperativo o aproveitamento do edificado existente que à partida não tem qualquer valor arquitetónico nem histórico, mas que pode tornar-se de interesse patrimonial e cultural para uma comunidade. Refletir acerca da sua reabilitação revela-se um exercício de Boas Práticas neste tipo de edificado.

Neste sentido, a presente dissertação explora o campo operativo da arquitetura na intervenção no construído, através da elaboração de uma proposta de reabilitação de uma casa familiar edificada por um processo de autoconstrução não qualificado nos anos 1980, que se situa na região do Alvão, mais especificamente na freguesia de Adoufe, no concelho de Vila Real.

Por meio de um método de trabalho, que abrange todo um processo de levantamento do conjunto habitacional, o exercício de projeto reflete sobre a imposição das várias questões e condicionantes subjacentes à intervenção e clarifica e põe em prática a investigação teórica realizada, enriquecida com o cruzamento de outros casos de estudo distintos e que serviram como referências metodológicas de projeto, embora nenhum deles com a premissa de uma intervenção num caso arquitetónico semelhante.

Entendido como o cruzamento de diversas disciplinas, este trabalho ingressa ainda no estudo do lugar, com a integração e a dinamização das potencialidades agrícolas do espaço em causa, no sentido de rentabilizar os investimentos e consolidar as perspetivas de futuro.

O exercício desta dissertação procura divulgar a pertinência da reabilitação de um património aparentemente desinteressante, através da adaptação de um edifício às novas necessidades, ao mesmo tempo que requalifica e valoriza as suas características culturais, sociais, naturais e arquitetónicas.

ABSTRACT

The theme of rehabilitation of the built heritage has been increasingly debated, currently, within the scope of Architecture. From a perspective of sustainability, it becomes imperative to take advantage of the existing building that, at the outset, has no architectural or historical value, but which may become of patrimonial and cultural interest for a community. Reflecting on its rehabilitation reveals an exercise of Good Practices in this type of building.

In this sense, this dissertation explores the operational field of architecture in the intervention in the built, through the elaboration of a proposal of rehabilitation of a family house built in the 1980s by a non qualified process of self-construction. The house is located in the Alvão region, more specifically in the parish of Adoufe, in the municipality of Vila Real.

Through a work method that covers the whole process of surveying the housing complex, the project exercise reflects on the imposition of the various issues and constraints underlying the intervention and clarifies and implements the theoretical research carried out, enriched with the crossing of other case studies that served as methodological project references, although none of them with the premise of intervention in a similar architectural case.

Understood as the crossroads of several disciplines, this work is also part of the study of the place, with the integration and dynamization of the agricultural potential of the space in question, in order to make investments profitable and consolidate future perspectives.

The purpose of this dissertation is to reveal the pertinence of the rehabilitation of an apparently uninteresting heritage, by adapting a building to the new needs, while requalifying and enhancing its cultural, social, natural and architectural characteristics.

SUMÁRIO

PARTE I	INTRODUÇÃO, 11
PARTE I	PREMISSAS, 15
	OBJETIVOS ,16
	OBJETO ,19
	METODOLOGIA ,21
PARTE II	ENQUADRAMENTO, 27
	ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO ,28
	A REALIDADE DO NORTE ,30
	RURALIDADE ,32
	ANOS 60 E O ÊXODO RURAL ,43
	EMIGRAÇÃO E AUTOCONSTRUÇÃO ,47
	TRADIÇÃO, INOVAÇÃO, FORMA E FUNÇÃO ,54
PARTE III	OBJETO, 61
	OBJETO DE ESTUDO ,63
	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO ,65
	A RELAÇÃO DA CASA COM OS DIFERENTES ESPAÇOS ,67
PARTE IV	EXERCÍCIO/ENSAIO, 85
	PROPOSTA ARQUITETÔNICA ,87
	ANÁLISE DO EXISTENTE ,91
	ASPETOS CONCEPTUAIS INERENTES À INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO ,95
PARTE V	CONCLUSÕES, 121
	CONSIDERAÇÕES FINAIS ,123
	PERSPETIVAS FUTURAS ,127
	BIBLIOGRAFIA, 131

PARTE i

INTRODUÇÃO

Sobre o tema do lugar e a relação que este estabelece com o homem, pretende-se neste trabalho refletir sobre o exercício da arquitetura, os seus modos de habitar e como os projectar/reabilitar numa organização, ou a reorganização, do espaço que nos rodeia que se inicia pelo nosso próprio corpo e que serve como referência de escala e proporção. De forma a organizá-lo com harmonia, é necessário um conhecimento, um conjunto de procedimentos, instrumentos e materiais que são manipulados por 'profissionais organizadores do espaço', que possuam a necessária sensibilidade para criar um equilíbrio entre a forma, a função e a beleza. Assim, qualquer intenção de organizar e idealizar um espaço requer um complexo processo de reflexão sobre as necessidades do homem, do próprio espaço e da ligação entre ambas. Na arquitectura, "o projecto é, por si só, um instrumento de procura do problema a colocar e não simplesmente a procura de uma solução. As pessoas estranhas a este processo, nomeadamente o público, as autoridades políticas, os clientes e os engenheiros encontram por vezes alguma dificuldade em compreender e admitir esta incerteza de partida, este aspeto indutivo do projeto arquitetónico.

A arquitetura é todo o espaço onde se desenrolam as atividades do Homem, será parte integrante da vida, das experiências e memórias, daí a importância de uma harmoniosa organização. Ela responde a todas as nossas necessidades, definindo os cenários que habitamos e influenciando, desse modo, a forma como vemos e vivemos o mundo. Os espaços arquitetónicos materializam-se numa síntese da ideia e do pensamento do arquiteto com a realidade, pois a arquitetura é muito mais do que um objeto concreto, material e tangível, que se funde com o domínio do imaterial e intangível.

Ao dar forma ao espaço, induz-se a construção de uma sociedade e de uma cultura, que influenciam a formação do 'eu' de cada um, o modo como se sente e habita cada espaço. Deste modo, a

arquitetura assume-se como promotora de estímulos e geradora de comportamentos que conduzem para a construção de uma identidade de algo, para a construção de um lugar.

Quando os espaços comunicam, ultrapassam a mera resolução de problemas formais e funcionais, libertando-se dos seus aspetos mais imediatos, intensificando a experiência sensorial que irá influenciar a memória e identidade de cada um, pretendendo também refletir sobre esse lado mais subjetivo e abstrato da arquitetura, procurando os elementos potenciadores de atmosferas nos espaços arquitetónicos. Pela experiência e memória de um lugar na paisagem, pretende-se explorar as premissas que possibilitem um exercício/ensaio de projeto de um espaço que concilie o domínio material e imaterial, o racional e irracional, o concreto e o abstrato.

PARTE I

PREMISSAS

OBJETIVOS

Esta dissertação tem, como se disse atrás, o objetivo da realização de um exercício de projeto de arquitetura, que procede de premissas reais e que prevemos que possa concretizar-se em obra desde que existam condições económicas.

Por via da elaboração de um projeto de reabilitação de uma casa de família dos anos 1980, sem qualquer valor histórico ou arquitetónico, fruto de autoconstrução não qualificada, e sem qualquer documentação substancial prévia, vamos procurar demonstrar uma possibilidade de intervenção. A estratégia de intervenção irá passar pela interação entre o que existe e um programa de reabilitação definido com o cliente, em conformidade com as necessidades atuais de habitabilidade. Este é um exercício que se alarga e complexifica por exigir também um posicionamento do projetista face a questões de preservação e conservação, respeitando no essencial a volumetria da casa. Para essa decisão, contribui a opção por não demolir e construir de novo, até porque a disponibilidade financeira, mais do que previsivelmente, não o permitiria.

O exercício deste trabalho irá pôr em prática todas as ferramentas adquiridas ao longo do curso, abordando a problemática do lugar e do programa a desenhar, e complexidades intrínsecas de um exercício de projeto arquitetónico. Da mesma forma, focamo-nos nos problemas inerentes à reabilitação e a consequente dificuldade em decidir no que se deve ou não intervir e/ou preservar, tentando lançar luz sobre o papel e a responsabilidade dos arquitetos para com um edificado construído que ilustra um quadro muito alargado no país, ou seja, será impossível demolir todo o edificado do mesmo tipo.

Assim, outro dos objetivos desta dissertação passará por problematizar e refletir, com base no caso de estudo, nas vias de reabilitação e valorização de um edificado à partida sem qualquer interesse, a não ser para os seus habitantes, visto ser património familiar.

Convém, no entanto, reforçar que este caso é específico e por isso não é replicável. Trata-se sobretudo de uma reflexão sobre a reabilitação desta casa, como possibilidade de questionar este tipo de intervenção. Ou seja, existem milhares de casas como esta pelo país, sem valor arquitetónico nem condições de habitabilidade concordantes com os padrões de conforto atuais. Sendo inviável a sua demolição por critérios de elementar racionalidade económica. A questão que se coloca é a de como requalificar a paisagem construída e melhorar as condições de vida de milhares de portugueses. A arquitetura consegue dar uma resposta qualificada a estas matérias, atuando dentro de um quadro que possa ser considerado de reabilitação, sem demolição integral, e atendendo a uma relação equilibrada entre a transformação proposta e o custo.

Tendo consciência da dimensão desta problemática no país, este trabalho pretende ser um contributo para uma reflexão mais aprofundada. Assim, esta dissertação tem como objetivo primordial fazer uma reflexão a partir do seu tema central – o processo de autoconstrução de habitação própria em ambiente dito rural no norte de Portugal – tendo em conta a extensão que o fenómeno atingiu, com os consequentes impactos paisagísticos, e as precárias condições de vida dos habitantes.

Este trabalho pretende abordar o paradigma da autoconstrução em meio rural nos anos 1970/80, que, por ser pouco abordado, se nos mostra mais relevante.

Explora-se um problema específico – a casa de Rebordinho, que representa no entanto uma realidade detável em todo o país com maior incidência no norte e centro. Neste trabalho, pretende-se efetuar uma proposta de resolução que assenta num conhecimento do real/existente, portanto com forte adesão à realidade, sem excluir uma reflexão teórica e conceptual.

Assim, pretende-se dar resposta a um conjunto de questões, nomeadamente:

1. Entender, ainda que sumariamente, o surgimento deste tipo de fenómeno e as suas características-base.
2. Numa perspetiva estratégica, contribuir para possibilidades de intervenção neste tipo de contexto, identificando potencialidades/ pontos fortes e limitações.
3. Partindo desta reflexão e do contributo para o conhecimento desta área, apresentar uma solução concreta ao caso de estudo que poderá ser aplicada em casos semelhantes.

OBJETO

Tendo em conta estes objetivos, o objeto de estudo, que serve como veículo de reflexão sobre o tema do trabalho, é uma habitação unifamiliar concebida através de um sistema de autoconstrução dos anos 1980, situada no lugar de Rebordinho, freguesia de Adoufe, concelho de Vila Real.

Objetivamente, este exercício de projeto, entendido como um ensaio, pretende refletir em torno de questões de âmbito restrito (as condições de habitabilidade) e de cariz alargado (os impactos paisagísticos), sabendo que a reabilitação será a via mais acertada para a intervenção, como se referiu.

A casa é constituída por três pisos e está inserida numa envolvente predominantemente agrícola. Existem ainda três anexos associados com distintos fins: albergar animais, garagem e fumeiro. O terreno insere-se todo ele numa área de Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Mais à frente será descrita em pormenor a constituição espacial da casa. Para já, importa referir que, à semelhança do que aconteceu noutras regiões periféricas, trata-se de autoconstrução, uma opção de famílias que desejavam ter casa própria, personalizada, sem seguirem os trâmites legais ou contraírem dívidas de longo prazo. Esta opção pode ter sido tomada por falta de meios ou conhecimentos para recorrer a técnicos especializados, o que acarretou irregularidades e má qualidade da construção, entre outro tipo de problemas. Focar-nos-emos nesta condição de habitação que foi autoconstruída de modo a explorarmos as possibilidades de reabilitação que melhor se poderão adaptar às suas especificidades.

Nos dias de hoje, para além das famílias beneficiarem de melhores condições financeiras, também o incremento da legislação bem com a fiscalização camarária mais apertada impedem que tão facilmente se adote o sistema de autoconstrução do passado. De resto, os próprios

proprietários estão mais informados e mais conscientes dos benefícios de fazerem uma construção legal e com as competências necessárias para uma construção cada vez mais qualificada.

Não sendo esse o caso da casa de Rebordinho, verifica-se que a mesma sofre de diversos problemas de organização espacial e qualidade arquitetónica, bem como de inúmeras anomalias construtivas, o que a coloca como paradigmática no contexto dos objetivos enunciados para a realização desta dissertação.

METODOLOGIA

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

A partir da definição/exposição do nosso objeto de estudo, podemos agora formular algumas questões e hipóteses de intervenção, ou seja, importa delinear (ou procurar) uma possível estratégia a adotar na intervenção que queremos implementar e aplicar ao caso de reabilitação.

QUESTÕES

Assim, uma prévia questão que interessa colocar será relativa à natureza do problema que a intervenção pretende solucionar, dado que esta clarificação permite adotar uma estratégia mais correta, que irá ao encontro da resolução do problema.

1. Será preferível a demolição ou a reabilitação tendo em conta os objetivos de conforto, organização espacial, resolução das anomalias existentes e impacto paisagístico?
2. Portanto, depois de sabermos que tipo de intervenção que melhor responde à natureza do problema, teremos de abordá-lo em termos de projeto que deverá espelhar hipóteses de:

2.1 Volumetria

2.2 Materiais a aplicar

2.3 Reorganização dos espaços

2.4 Atribuição de valor arquitetónico

2.5 Contribuição para uma melhoria paisagística

3. Uma última questão que devemos colocar será saber com que meios o devemos e podemos fazer? Temos de ter sempre presente o fator económico independentemente da estratégia que viermos a adotar.

Todas estas questões visam entender qual a natureza do problema e a estratégia de intervenção para este projeto em particular. Pode acontecer que se retirem ilações passíveis de serem aplicadas a outros casos com as mesmas características.

HIPÓTESES

Podemos agora meramente especular sobre diversas estratégias a adotar neste trabalho, mas apenas no final do estudo é que estaremos em condições de afirmar com toda a certeza quais nos parecem as mais adequadas, depois de devidamente fundamentadas ao longo deste trabalho que agora se desenvolve.

Uma das estratégias possíveis, tendo em conta as hipóteses da primeira questão, seria a remodelação total, ou seja, a demolição da atual habitação, que não possui qualquer valor arquitetónico, substituindo-a por uma nova construção de raiz, tendo em conta as necessidades e vontades dos seus habitantes. Todavia, esta estratégia pode não ser exequível por razões de natureza económica face aos custos de uma possível demolição, a qual tentaremos obter cotação junto de entidades competentes no decorrer deste trabalho. No entanto, podemos sempre optar por uma remodelação profunda, ou não, sem que se proceda à sua demolição - esta será também uma estratégia que iremos ponderar ao longo do exercício.

No fundo, na procura e escolha de uma estratégia adequada será importante encontrar um ponto de equilíbrio, evitando uma intervenção tão profunda que por um lado descaracterize a sua volumetria e por outro aumente de forma insustentável os custos.

Completando, e complementando, este ponto sobre a possível estratégia a adotar, interessa referir que intervir no construído neste contexto requer um diagnóstico correto e rigoroso, perceber o que funciona e o que não funciona na habitação, tendo em conta sempre a natureza económica. Ou seja, o tipo de intervenção a adotar deverá respeitar o fator económico, mas este não é um argumento subjacente a um valor arquitetónico. Será importante e necessário encontrar uma intervenção equilibrada, isto é, um ponto certo entre a ausência de intervenção e uma intervenção exagerada economicamente e desadequada em termos ambientais e de conforto. Se a intervenção não melhorar nestes pontos de vista então não se justifica - sendo preferível a demolição e reconstrução.

A reflexão acerca das diferentes hipóteses tem de ter em linha de conta a composição, o equilíbrio, a proporção, a ordem e a beleza. A estratégia deve passar portanto por um equilíbrio não só económico, mas também arquitetónico. De certa forma, a estratégia de intervenção

tem de permitir uma qualificação do existente com os meios mínimos para atingir os fins desejados.

Tentar-se-á atingir os objetivos deste trabalho através dos processos abaixo descritos.

Numa primeira fase, serão levadas a cabo pesquisas bibliográficas que permitam reunir informação para proceder a uma breve contextualização histórica e sociológica que melhor permita entender de que forma as pessoas planeavam (ou não), construir e habitar as suas casas. Tentar-se-á também perceber as vivências e costumes que justificaram essas escolhas.

Posteriormente, procurar-se-á informação sobre casos concretos de reabilitação de habitações do mesmo período e com origem igualmente em autoconstrução, para perceber de que modo essas intervenções responderam às necessidades dos habitantes.

Relativamente ao nosso caso de estudo, a habitação unifamiliar no lugar de Rebordinho, recorreremos a diferentes métodos de recolha de informação. Para simplificar vamos chamar-lhes métodos qualitativos e quantitativos que em capítulo à frente serão explanados mais pormenorizadamente.

Este conhecimento será vertido para o desenvolvimento do projeto, quiçá a metodologia mais importante para o processo de reflexão que se pretende levar a cabo.

O exercício de arquitetura a utilizar enquanto ferramenta de reflexão, incidirá fundamentalmente nas questões de desenho espacial de valorização quer dos espaços interiores quer dos espaços exteriores. Através dele lançam-se pistas, questionam-se hipóteses, abrem-se caminhos, validam-se formulações, fazem-se sínteses, consolidam-se outras hipóteses, estrutura-se, em suma, o pensamento.

Foram apurados dados qualitativos através de visitas exploratórias à habitação e seus arredores, bem como através de entrevistas aos seus proprietários. Foi definido previamente um guia geral para as mesmas,

o que permitiu a recolha de informações com um grau suficiente de liberdade e adaptabilidade dessas mesmas informações fornecidas pelos entrevistados. Como durante as diversas pesquisas efetuadas, não se encontrou qualquer trabalho académico (ou outro) desenvolvido acerca deste lugar de Rebordinho, usar um método de pesquisa qualitativa pareceu-nos adequado, especialmente porque o objetivo deste estudo é explorar o «como» em vez do «quantos» (PRATT, 2009). Também foram visualizadas fotografias e outros documentos que atestam o desenvolvimento e as diferentes fases de construção do edifício.

Posteriormente, após consulta de informação oficial sobre a habitação na Câmara Municipal de Vila Real, nomeadamente documentos em suporte de papel existentes no Arquivo Municipal.

Para melhor enquadrar o objeto de estudo, faz-se igualmente consulta de fontes secundárias para melhor compreender a região de Vila Real e a Serra do Alvão, especialmente de carácter bibliográfico.

Relativamente à análise da informação recolhida, esta será classificada em diferentes grupos e submetida a análise de conteúdo, utilizando a análise temática para desenvolver categorias, identificar padrões, coligir dados e compará-los. As evidências serão então analisadas e complementadas com dados quantitativos.

A partir dessa exploração, no início não serão ainda formuladas hipóteses de reabilitação, cuja materialização, exploração e síntese ocorrerá durante o exercício de projeto que se pretende fazer, com os objetivos enunciados.

Para a proposta de reabilitação da casa edificada sob o sistema de autoconstrução (em certo sentido paradigmático deste tipo de operações), desenvolver-se-á um conjunto de ações, a saber:

- análise "in situ" do edifício, visando uma apreensão genérica dos espaços, a compreensão da estrutura e da organização das funções e dos volumes, e ainda a perceção da ambiência a manter e das alterações

mais prementes a introduzir para a beneficiação das condições de habitabilidade;

- recolha de informação histórica e documental relativa ao edifício e de uma resenha histórica da casa, relativamente a obras que sofreu e alterações daí resultantes; pesquisa de métodos construtivos utilizados na estrutura existente, nas várias obras introduzidas e utilizações ao longo da vida;

- definição das épocas de construção inicial e das obras posteriores, assinaladas nos desenhos com grafismos diferentes;

- registo fotográfico e levantamento rigoroso à escala 1:100 do edifício, que representam de forma objetiva o conjunto, o enquadramento e os pormenores do edifício;

- análise pormenorizada do edifício nos seguintes aspetos: utilização atual; organização das funções e dos espaços; estado de conservação dos elementos estruturais, das alvenarias, da cobertura, das caixilharias, revestimentos, espaços interiores e exteriores; sistemas construtivos tradicionais e atuais;

- esclarecimentos sobre as anomalias e insuficiências construtivas e funcionais do edifício que orientam às opções do projeto;

- elaboração de um programa, específico deste caso, que pretende responder às exigências atuais de habitabilidade; este programa procura adaptar-se à estrutura espacial, otimizando a utilização dos espaços;

- solução arquitetónica, resultado da síntese das informações obtidas, com definição das áreas a manter, a demolir e a acrescentar, dos sistemas construtivos e dos materiais a utilizar, como concretização de uma conceção renovada.

Com este exercício de arquitetura, pretender-se-á que os elementos novos a introduzir, no caso de elementos estruturais, reforcem a estrutura existente, e nos elementos não estruturais se tornem independentes da estrutura existente; evitar-se-á assim uma intervenção pesada.

PARTE II

ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Numa primeira fase, interessa fazer um breve enquadramento geográfico do lugar de Rebordinho, na freguesia de Adoufe.

Segundo António de Almeida Fernandes, no seu livro intitulado 'Toponímia Portuguesa: exame a um dicionário', a origem do topónimo "Rebordinho" estará ligada ao léxico da flora existente no local, nomeadamente a abundância de carvalhos e pinheiros. "Para o autor, temos em rebordo o <<lat. roboritu-, derivado de robur, espécie de carvalho>>, e, nos mais, derivados de <<rebordão "castanheiro bravo">> ou de Rebordo, o topónimo. (FERNANDES, 1999)

Trata-se de um assentamento da freguesia de Adoufe, concelho de Vila Real. Localiza-se na encosta este da Serra do Alvão, a cerca de 600 metros de altitude. Era tradicionalmente caracterizado por ser um tipo de povoamento rural disposto ao longo do antigo caminho (agora estrada pavimentada) que liga a cidade de Vila Real à aldeia de Testeira, ao longo da qual se alinham as habitações, bem como hortas muradas e terrenos onde se cultivam produtos agrícolas como o milho e a batata. O tipo de propriedade característica do povoado é o minifúndio, traduzindo-se, em termos de implantação do povoamento, num alinhamento irregular ao longo do caminho, com predomínio de casas de dimensão média: não são mais de 15. Para este tipo de povoamento, contribui a forma de vida e o sistema de concentração do habitat agrário e rural, constituído por habitação e anexos numa superfície relativamente pequena.

Trata-se, por isso, de um lugar propício à atividade agrícola e pecuária, com as imposições e limitadas comodidades características de uma vida rural tradicional.

O eixo principal da estrutura deste lugar é a estrada que liga a cidade de Vila Real à aldeia de Testeira e as casas dispõem-se ao longo da mesma, com a direção predominante Sul-Norte.

Esta é uma hipótese de 'territorialização' (LACAZE, 1998) encontrada no caso de estudo, embora existam outras formas de ordenamento do território se

avaliássemos outros locais. Jean-Paul Lacaze¹ avalia o ordenamento do território francês e aponta três causas para a transformação do território: 1.Acaso; 2.Fatores económicos e sociais; 3.Ação dos poderes políticos.²

Até aos dias de hoje, os modos de ocupação dos territórios são determinados pelos sistemas económicos e pelo tipo de civilização. Assim, a 'territorialização' é um conjunto de práticas coletivas e individuais pelas quais os habitantes se apropriam dos lugares mais ou menos extensos.

No passado, as 'territorializações' estavam ligadas à vida de família, ao trabalho e à vida social e organizavam-se num único espaço. E, como veremos mais à frente neste trabalho, no início da construção da habitação do caso de estudo previa-se edificar apenas um único piso onde toda a casa se desenvolveria.

Hoje em dia, a urbanização dos modos de vida e o uso generalizado do automóvel determinam o modo como cada habitante se apropria de uma série de 'ilhas' e forma o seu próprio 'arquipélago'. A organização e o 'arquipélago' traduzem-se num conflito entre o interesse geral e a utilidade pública e os objetivos individuais para cada território.

Veremos ao longo deste trabalho de que forma as populações se vão moldando e apropriando do território.

¹Jean-Paul Lacaze, Engenheiro geral da Ponts-et-Chaussées. Foi professor na École Nationale des Ponts & Chaussées e depois na ESSEC. Ele tem, entre outras etapas importantes da sua carreira no serviço público, liderado o OREAM do Lower Seine, a nova cidade de Val de Reuil, o desenvolvimento turístico da costa de Languedoc-Roussillon, o Estabelecimento Público de Desenvolvimento da Defesa e a Agência Nacional para a Melhoria do Habitat.

²Ribeiro, Orlando - Portugal, o Mediterraneo e o Atlântico estudo geográfico. Coimbra Editora, 1945.

A REALIDADE DO NORTE

O nordeste transmontano, com delimitação a norte e a nascente muito bem definidos pela fronteira com Espanha, e já não tão claro a sul na região do Douro, é definido por Henrique de Barros (BARROS, 1947), através das palavras citadas de A. Girão. Este autor afirma que a região minhota e a região transmontana "se encontram por assim dizer de costas voltadas – uma inclinando-se para o mar, e a outra caindo em degraus sucessivos para o Rio Douro"³.

Dentro desta região ainda conseguimos distinguir duas grandes sub-regiões: 'terra fria' e 'terra quente'. Esta última caracteriza-se fundamentalmente por ser mais baixa, do ponto de vista das cotas altimétricas e sobretudo mais protegida pelas encostas dos rios Douro, Corgo, Pinhão, Tua e Sabor. Mas vamos concentrar-nos mais na 'terra fria', pois é nesta sub-região que se insere o nosso objeto de estudo. Esta caracteriza-se por se situar nas cotas mais altas – 500 a 1200 metros, como são o caso da Serra do Marão e do Alvão. Abrange uma vasta área desprotegida com um clima caracterizado por invernos rigorosos e verões muito quentes, tal como diz o ditado: 'nove meses de inverno e três de inferno'.

Pelas razões acima apresentadas, e outras que não serão relevantes para este trabalho, do ponto de vista demográfico, a 'terra fria' é menos povoada – é mais agreste e agricolamente é pouco intensiva. A densidade populacional em muito pouco excede os 30 habitantes por quilómetro quadrado, ou seja, na chamada 'terra fria' a população é em simultâneo menos densa e mais aglomerada – "região de aldeamentos compactos, separados por extensões desertas, por vezes enormes"⁴. Um outro fator que caracteriza a sub-região são os diversos e extensos terrenos de baldios aí existentes. Trata-se de um território deprimido em termos populacionais que tem vindo sucessivamente a perder habitantes desde 1960 até aos dias de hoje como podemos ver nos dados abaixo apresentados:

³Lisbon. Universidade Técnica. Instituto Superior de Agronomia. [from old catalog] - Inquérito à habitação rural. Lisboa: 1943. P.266

⁴Basto, Eduardo Alberto de Lima - Inquérito à habitação rural. Lisboa: Universidade Técnica, 1943. p.269

Do ponto de vista demográfico, no conjunto do Norte e Centro interiores do país, tínhamos em 1960 um total de 1.640.275 de habitantes tendo descido para 1.312.141 em 1981 e baixou ainda mais, para os 1.198.992 de habitantes em 1991, ou seja, uma diminuição demográfica de 33% em pouco mais de 3 três décadas a uma média de 11% por década (1,1% por ano) (BASTO, 1943). Só no interior Norte, onde se enquadra o nosso estudo, perdeu nestas três décadas mais de 320.000 habitantes.⁵

A movimentação da população no território, que se intensificou a partir de 1960, teve como principais consequências, por um lado, um grande abandono do mundo rural onde as aldeias possuíam tradições de relevo e onde vivia a grande maioria da população, e por outro, e em contraponto, um crescimento desorganizado do sistema urbano nas principais cidades, Porto e Lisboa.⁶

Contudo, as cidades, vilas e aldeias distribuem-se pelo território, mantendo as formas de ocupação originais apesar das diversas alterações introduzidas pelas transformações demográficas das últimas décadas.

Em 1981, viviam no Centro Norte interior pouco mais 135.000 habitantes e em Vila Real não chegavam aos 13.000 habitantes. A cidade do Porto ultrapassava os 325.000 habitantes.⁷

Esta tendência de evolução desequilibrada do ponto de vista demográfico caracteriza-se pelo forte investimento efetuado nos diferentes centros urbanos, especialmente nas áreas metropolitanas de Porto e Lisboa.

Relativamente ao povoado rural, como é o caso do Norte interior, surge o esvaziamento dos diferentes aglomerados, em parte, pela falta de ofertas ao nível de serviços ou localizações industriais. A procura de emprego no estrangeiro ou nas duas áreas metropolitanas portuguesas foi a grande causa do abandono rural.

Esta realidade social verificou-se também no lugar de Rebordinho, onde muitas pessoas emigraram, nomeadamente o dono da casa que em França obteve rendimentos para iniciar a autoconstrução da sua casa. Tal como este, muitos outros casos onde se verificou uma relação direta entre o abandono rural e um novo método de construção aliado a novos estilos arquitetónicos.

⁵Croft, Vasco - *Arquitectura e humanismo o papel do arquitecto, hoje, em Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Terramar, 2001. ISBN 972-710-294-8. pp.62-65

⁶Nas duas principais áreas metropolitanas do país passou a viver a maior parte da população, agudizando os problemas de habitação e transportes, visto que muitos trabalhadores provenientes de áreas rurais se instalaram nas periferias (frequentemente em bairros de lata), deslocando-se diariamente para os centros urbanos para trabalhar.

⁷Croft, Vasco - *Arquitectura e humanismo o papel do arquitecto, hoje, em Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Terramar, 2001. ISBN 972-710-294-8. P.65

RURALIDADE

Considerando os objetivos do nosso trabalho, na reabilitação de uma habitação em meio rural – assim como em qualquer projeto/desenho de arquitetura – será importante pensar na sua orientação/implantação no terreno, na sua relação com o ambiente em que se insere e na organização dos vários espaços.

Para perceber o contexto em que surge a casa, nas próximas páginas o conceito de 'Ruralidade', tão característico das gentes e da própria geografia do lugar onde se insere o nosso objeto de estudo, será explorado.

No entanto, primeiramente explicar de forma mais objetiva os conceitos de Rural e Urbano. Assim, o espaço rural caracteriza-se fundamentalmente por ser uma região não urbanizada onde há pouca concentração de pessoas e de construções sendo os elementos mais marcantes os espaços verdes. Destinadas às atividades do setor primário (agricultura e pecuária) é no espaço rural que se produz grande parte dos alimentos consumidos no espaço urbano ou, no caso, nas habitações destas mesmas áreas rurais fruto de um autoconsumo. O espaço urbano caracteriza-se por ser uma região onde existe grande densidade populacional e de edifícios sendo assim o elemento mais marcante 'espaços cinzentos', mais destinada a atividades do setor secundário e terciário (indústria, comércio, serviços). Enquanto nos espaços rurais trabalham principalmente na agricultura e pecuária, a vida é aparentemente mais calma e sossegada com pouca mobilidade onde se preservam as suas tradições e as suas festas religiosas, nos espaços urbanos trabalha-se fundamentalmente em escritórios, fábricas e espaços comerciais, existe um maior individualismo, uma vida agitada, apressada e aliada ao stress, onde existe uma grande mobilidade. Aqui existem bons meios de transporte, maior oferta de emprego, uma grande diversidade de comércio, escolas, hospitais, etc. e uma abundância de espaços de diversão. Mas também é aqui que se concentram maior poluição sonora, visual e ambiental, maior stress e

agitação, grandes filas de trânsito e poucos espaços verdes. Também os espaços rurais têm as suas desvantagens como a falta de meios de transporte, o comércio é menor, há menos emprego e espaços de diversão como teatros ou cinemas e os serviços de saúde ficam longe. No entanto, o ar é mais puro, não há tanta agitação e barulho - é uma vida mais calma e com muitos espaços verdes. As dinâmicas populacionais e sociais são igualmente diferentes onde as áreas com perda de população, êxodo rural e mais envelhecidas são mais visíveis no meio rural e no meio urbano encontramos áreas em crescimento demográfico e com forte atração populacional, com grande crescimento económico. Não existe um meio melhor do que o outro, apenas um que satisfaz melhor as necessidades, a cidade, pois possui variados serviços que são fundamentais como, por exemplo, os hospitais. Tirando isso são apenas gostos e onde cada pessoa se identifica mais, se na calma e monotonia do campo ou no stress e diversidade da cidade.

O Arquiteto José Luís Pinto Machado, em 1965, no seu livro "Alguns problemas do mundo rural português"(MACHADO, 1965) associa a população rural às pessoas que vivem num espaço limitado, trabalhando em total antítese às aspirações do habitante urbano. Os filhos do trabalhador rural possuíam um papel preponderante no sentimento dos seus progenitores, pois enquanto 'ajudantes' nos trabalhos do campo provocavam em toda a família uma sensação de pertença ao lugar, valorizando e permanecendo no mesmo, evitando assim uma carência de mão-de-obra, como veio a suceder aquando do êxodo rural para as grandes cidades.

Contudo, a geração que nasceu durante a II Guerra Mundial ou no Pós-Guerra sentia que o esforço despendido não era compensatório e, confiante num futuro melhor, começou a procurar novos rumos. Para além do trabalho duro do campo e condição económica gravíssima, também as condições de habitabilidade precárias foram um fator decisivo para esta 'fuga'.⁸

⁸Sem qualquer assistência técnica nos trabalhos rurais, incrementou-se este ambiente isolado e em nada atraente, principalmente para a população mais jovem, pelo que o ambiente desfavorável foi-se refletindo nas habitações rurais e estas acabam por projetar um sentimento generalizado de isolamento e descrença numa solução mais atrativa, entrando-se aqui num ciclo sem fim à vista

As formas de habitar as casas rurais variam de acordo com as diferentes regiões e com o clima. Até aos anos 60, sensivelmente, as casas destes habitat mantinham o seu traço tradicional face a hábitos criados, condicionando os crescentes aglomerados, nomeadamente "no que se refere ao saneamento e à salubridade das respetivas estruturas"⁹.

Mas é quase sempre de forma espontânea que surgem os espaços da habitação rural que, ao longo do tempo, vão sendo alterados consoante as necessidades a cada instante.

De resto, a escala do tempo tem modificado em muitos aspetos a forma de habitar no mundo rural. Mas a principal mudança viria a ser, sem dúvida, a criação de uma clara e inequívoca separação física entre o que é a habitação e o que são os locais de trabalho, pois este fator será essencial aquando da construção das novas habitações em meio rural. Quando projetamos uma casa, devemos ter sempre em linha de conta a quem é que esta se destina, ou seja, teremos sempre de considerar os seus hábitos, os seus costumes, as suas funções, etc., afinal qual é o estilo de vida dos seus habitantes? Também os fatores externos são preponderantes, o clima, a região, os hábitos e costumes não só dos habitantes como dos próprios vizinhos, ou seja, deve ser estabelecida uma relação generalizada e não apenas focada no interior da habitação, pois esta terá inevitavelmente uma relação com o ambiente que a rodeia.

"No imaginário das populações urbanas atuais, a ruralidade é entendida como uma antítese e negação da cidade."¹⁰ Esta definição de 'Ruralidade' no livro de Pardal Monteiro (PARDAL, 2002), aponta "para ambientes bucólicos e tranquilos" numa clara alusão a um estilo de vida saudável, natural e facilmente associado a uma vivência fraterna em pequenas comunidades, do nosso ponto de vista de forma errónea. Parece que antes tudo era pacífico e agradável e entramos num saudosismo que muito provavelmente nem sequer é verdadeiro, mas defendemo-lo como se fosse. Todavia, este saudosismo reflete-se fundamentalmente

⁹Machado, José Luís Pinto - Alguns problemas do mundo rural português. Lisboa: CEUHEDP, 1965. 77pp

¹⁰Pardal, Sidónio - Planeamento do espaço rústico (as irracionalidades da RAN e da REN). Lisboa: ADISA - Associação Superior de Agronomia CESUR - Instituto Superior Técnico, 2002. ISBN 972-8139-06-3. pp57

no ambiente citadino onde a forte agitação diária nos deixa com esta sensação de que o meio rural será o ideal a atingir ou, pelo menos, para retiro durante o período de férias para o tão aclamado 'descanso' e 'recarregar baterias', pois apenas ali estão reunidos esses anseios.

Nuno Portas contraria esta ideia idílica, enquanto coordenador da publicação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, onde afirma que "no mundo rural existiam grandes deficiências de conforto e uma quase total ausência de equipamento doméstico"¹¹, já perceptível na publicação *Inquérito à Habitação em Portugal* (BASTO, 2006) referente ao parque habitacional dos anos 40. Esta publicação, que reflete um trabalho dos professores Lima Basto e Henrique de Barros, não havia de ser completada, por ordem do regime político que vigorava nessa época, devido à listagem que traduzia uma "estimativa de valor do reduzido mobiliário e do pequeno número de objetos de uso comum".¹²

No caso de estudo, aquando da autoconstrução, e ainda hoje, os habitantes desenvolvem atividades económicas ligadas à agricultura e pecuária, ainda que também se desloquem a meios urbanos para segundos empregos e estudos, no caso dos filhos. Estas circunstâncias ditam necessidades específicas durante o desenvolvimento do exercício. Mais do que debater-nos sobre a oposição entre o meio urbano e o meio rural, interessa entender de que forma os modos de vida dos habitantes evoluíram ao longo do tempo e que devem ser tidos em conta durante a execução do projeto.

Só mesmo com a entrada na CEE é que a nossa realidade, por um lado, permitiu o regresso ao campo por quem o 'abandonou' face ao fenómeno do êxodo rural, e por outro por quem toma essa uma opção em determinado momento da sua vida, mesmo que não tivesse necessariamente alguma ligação ao campo no passado. A realidade 'renovada' é agora virada para o mercado interno e externo.¹³

¹¹Habitação para o maior número Portugal. os anos de 1950 1980 - Lisboa: IHRU, 2013. ISBN 978-972-98508-8-2. pp12

¹²Ibdem

¹³O arquiteto paisagista Henrique Pereira dos Santos(Santos, 2010). perante uma Ruralidade Perdida ou uma Ruralidade Renovada não tem dúvidas em dizer que a primeira é aquela que não queremos voltar a ter, a Ruralidade dos anos 50. dura e pobre.

Em suma, verificamos que a paisagem portuguesa reflete as alterações decorrentes da brusca transição entre um país iminentemente rural e o predomínio das atuais zonas urbanas.

Será possível conciliar estes novos modelos de habitabilidade com uma paisagem organizada, classificando-a dessa mesma forma? Álvaro Domingues (DOMINGUES, 2015) acredita num país considerado por muitos como Pós-Modernista sem nunca ter sido verdadeiramente Moderno, pois nunca houve uma onda de modernização suficientemente intensa por forma a colocar em causa culturas, práticas, a própria economia – uma agricultura tradicional, de base familiar, de autossubsistência que ditava uma vida dura que caracterizava esta espécie de ruralidade, um termo que este autor rejeita como se comprova nesta citação do mesmo:

*"Uma vez que essa ruralidade não existe, por defeito para mim tudo é urbano. De resto, não sei muito bem o que é urbano e acho que os sociólogos também não sabem. Quando a dicotomia funcionava, nós pensávamos que ela era operatória e o urbano confundia-se com a cidade. O que se passa hoje em dia é que a cidade perdeu o monopólio urbano. O urbano somos todos nós. O que se vê por este país fora é urbanização no sentido da tecnologia, das formas da economia, de emprego que são dominantes, dos estilos de vida, das visões do mundo, da televisão que se vê, da internet, etc."*¹⁴

Para Álvaro Domingues, a paisagem cultural não se devia aplicar apenas às paisagens classificadas, principalmente pela UNESCO. Paisagens culturais seriam todas aquelas que tiveram, e continuam a ter, a presença da mão humana. O homem (a sociedade) é aquele que conhece a natureza e a coloca ao serviço das suas economias e das suas necessidades.

Houve na adesão de Portugal à União Europeia uma aceleração impressionante através dos quadros de apoio comunitários, ou seja, repentinamente parece que o tempo antecipa o processo de 'desruralização' de forma tão radical e capaz de confundir a dicotomia Rural-Urbana.

¹⁴Domingues, Álvaro -. Lisboa: TSF, 2015.

Os agricultores são vistos como jardineiros desta paisagem, que não mudou muito desde a revolução do milho e da vinda de outros produtos que revolucionaram a agricultura portuguesa após o século XVI. De facto, o país avança devagar e a ideia de permanência criou a ilusão de que aquelas paisagens seriam para sempre assim, o que não passa obviamente de um mito.

Assim, partindo do princípio de que não existe a dicotomia rural-urbano, natural-cultural, Álvaro Domingues chama a atenção para três questões fundamentais. Primeiramente questiona aquilo que uma economia da paisagem, dando como exemplo o caso Alqueva onde esta foi significativamente alterada com a construção da paisagem e com a introdução de novas tecnologias na indústria do azeite, modificando mesmo as oliveiras. A segunda questão vem na sequência da introdução desta nova tecnologia de exploração do azeite, neste caso concreto, classificando as oliveiras como 'próteses' nas paisagens em sentido contrário à velha agricultura que tinha tecnologia muito menos desenvolvida (em alguns casos sem qualquer tecnologia associada). Este avanço tecnológico permite não estarmos tão dependentes das condições naturais, por um lado, mas por outro provova variadíssimas possibilidades de transformação, nomeadamente das paisagens que segundo Álvaro Domingues tornam-se 'completamente plastificadas'. Por fim, estamos perante uma paisagem política, ou seja, constrói-se uma espécie de narrativa da paisagem conforme o interesse político, retirando um aproveitamento que, muitas vezes, serve de 'arma de arremesso'. Este discurso (esta narrativa) é tão aproveitada quanto mais interesse a paisagem tiver, por exemplo, a paisagem classificada, surgindo muitas vezes o argumento 'de que estão a descaracterizar a paisagem'.¹⁵

A paisagem é uma construção social, uma espécie de casa.

Assim, podemos concluir/resumir que a 'Ruralidade' é um estilo de vida que, embora seja essencialmente associado a aldeias e vilas, sobretudo do interior, e isso nos transporte para ambientes bucólicos idealizados e de paz aparente, estes locais também refletem complexidades

¹⁵Domingues, Álvaro -. Lisboa: TSF, 2015.

inesperadas pois cada habitante tem a sua identidade e desafios, por isso o seu habitat deverá ser criteriosamente estudado e adaptado à realidade de cada um.

Já não se pode falar de um estilo de vida iminentemente "rural". Os animais foram afastados para longe das habitações, a agricultura desempenha um papel secundário e o modo de deslocação dos habitantes é por meio automóvel. Por outro lado, os gostos alteraram-se, a tecnologia permitiu o acesso a telefone e internet, o que permite que os donos da habitação comuniquem com pessoas que vivem noutros países e tenham tido acesso a um novo padrão de gostos e comportamentos. Estas circunstâncias ditam necessidades específicas durante o desenvolvimento do exercício. Neste sentido, exploremos agora a espacialidade das casas por forma a melhor se entender essa mesma evolução dos modos de vida dos 'antigos' para os 'atuais'.

Na habitação rural, se considerarmos os diferentes espaços da casa, e focando-nos mais na cozinha, no mundo moderno este é um espaço totalmente equipado onde se concentra o conforto – um novo modo de vida. Variadíssimas vezes este espaço é duplicado, localizando-se uma cozinha no piso térreo (ou mesmo como um anexo contíguo à casa), com fogão a lenha, e uma segunda cozinha que normalmente se localiza no primeiro piso, mas já com outras condições de conforto numa alusão à cozinha que se mostra e a cozinha que se utiliza. Mas tal "corresponde a usos diferentes entre as diversas atividades culinárias, entre a preparação dos pratos e a preparação dos produtos da terra e dos animais", ou seja, existe um espaço onde se fazem as atividades mais sujas e que, por isso mesmo, necessitam de outro tipo de espaço. (VILLANOVA, 1995)

A produção destes lugares advém fundamentalmente de uma agricultura de autoconsumo, onde é grande a exigência de mão-de-obra que no entanto, é diminuta a partir dos anos 60 face ao êxodo rural.

Relativamente à família que habita a casa em estudo, tal como muitos outros habitantes, mantém alguns dos hábitos e modos de vida mas estes encontram-se em transformação.

Podemos afirmar que a habitação rural tem a sua génese na arquitetura vernacular, pois esta era efetuada segundo uma função e uma necessidade da vida do habitante rural e das condicionantes do meio ambiente em que vivia, ou seja, o vernáculo é autêntico, pessoal, espontâneo e humilde. As suas construções não são mais do que um prolongamento da paisagem que as acolhe e das características dos seus habitantes – “Qualquer estilo nasce do povo e da terra”¹⁶. Daqui surge o estilo popular, sinónimo de uma cultura regional e local, que veremos e analisaremos mais à frente. As casas vernáculas não são imunes às mudanças do tempo e, por isso, têm a sua evolução num sentido de aperfeiçoamento das suas características adaptando-se inevitavelmente “às condições e formas territoriais e ao clima, conforto, técnicas construtivas através dos materiais disponíveis no local, adaptação às mudanças das necessidades humanas”¹⁷. É, pois, a partir destas características, destes aspetos da vida rural, da cultura de um povo, da morfologia de um lugar que se vão definir as construções vernaculares.

“O vernáculo é o trabalho da gente, os utilizadores, sem ajuda dos projetistas. A arquitetura consciente é a obra daqueles que projetam deliberadamente como arte, frequentemente para eles mesmos, e muitas vezes para os outros”¹⁸

Na arquitetura vernacular, existem três fatores preponderantes para quem constrói – a condicionante climática, as condicionantes do lugar e, finalmente, a necessidade do seu uso. (VASCONCELOS, 2007)

A casa - o nosso objeto de estudo, em certa medida, baseia-se no conceito vernacular mas sem usar os materiais característicos, ou seja, alguns temas da casa são vernáculos como é o caso de instalar os materiais do campo e até os animais no piso térreo e a casa surge no piso imediatamente acima, ou seja, uma ligação a esse mundo de certa forma mais subtil do que a sua aparência mas de facto os materiais, a imagem, as técnicas não o são.

¹⁶Távora, Fernando - O problema da casa portuguesa: Cadernos de Arquitectura 1. Lisboa: Manuel João Leal, 1947. 7 p.

¹⁷Vasconcelos, Maria de Magalhães e - Repensar a cobertura inclinada reinterpretando na casa unifamiliar. Porto: Faup, 2007. 14 p.

¹⁸Warren, J.; Fethi, I. - Traditional Houses in Baghdad. Coach Publishing House, 1982. ISBN 9780902608016.

A casa pode ter alguma coisa que ver com este processo mas, em certa medida, nega-o. Veja-se o seu aspeto, que nada tem a ver com o lugar, nem por via das tecnologias empregues, nem dos materiais usados. Isto é assim, ainda que o programa possa ter convergências com o antigo mundo rural e, por essa via, com a arquitetura vernacular.¹⁹

Vimos atrás que esta arquitetura viria a ser a génese de uma arquitetura popular (de um estilo popular) devido ao seu desenvolvimento dentro de uma cultura regional e local. Esta qualidade que se exige com a natural evolução ao longo do tempo confere um certo ar de eternidade. Não podemos esquecer que, em meio rural, o edificado construído raras vezes tem em vista a comercialização no final da construção ou a médio ou longo prazo, como é normal acontecer em meio urbano. Assim, a arquitetura popular, ou se quisermos o estilo popular, quer ser realista e trabalhar com os meios existentes para uma preservação no tempo e no espaço.(FERNANDEZ, 2009)

De certa forma, o conceito da opção de construção da casa que constitui o nosso objeto de estudo teve por base este tipo de arquitetura, diferenciando-se fundamentalmente nos materiais de construção adotados, mais de acordo com as disponibilidades e capacidade financeira da época.

Segundo o 'Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal', a própria "arquitetura deve ir ao encontro das memórias, das pessoas, do lugar e dos aspetos sociais e culturais, responder a funções e necessidades e solucionar problemas com a mais valia da formação estética e tecnológica"²⁰.

Na década de 1970, assiste-se a uma viragem na sociedade ocidental em geral, uma tomada de consciência perante o valor cultural e o significado do legado arquitetónico e urbano, que de resto é o principal suporte material das vivências e atividades que se verificam ao longo da história.

¹⁹Ordem dos Arquitetos - IAP XX Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal. Lisboa: OA, 2006

²⁰Vasconcelos, Maria de Magalhães e - Repensar a cobertura inclinada reinterpretações na casa unifamiliar. Porto: Faup, 2007. 59 p.

É perante esta 'viragem' que a noção de património é aquela que atualmente melhor se consolida, do ponto de vista cultural, paisagístico, arquitectónico, urbanístico e natural.

De facto, depois de Atenas (1931) e Veneza (1942), surge a Convenção de Paris (1972), a carta Europeia de Amesterdão (1975), a Recomendação de Nairobi (1976) e a Carta de Toledo (1986), que de certa forma traduzem esta 'mudança'(FERNANDES, 1993), ou seja, podemos agora afirmar com maior clareza que a casa de ambiente rural surge de uma evolução da arquitetura vernacular, onde a necessidade dos seus habitantes e os condicionamentos de uma agricultura de autoconsumo e do meio ambiente fazem parte dos requisitos para a construção da casa em determinado local recorrendo aos materiais e às gentes locais. Porém, o tempo traz evolução e consequentemente uma melhoria de técnicas e de materiais, embora o ambiente influencie esta mesma evolução e surja assim um novo estilo – o estilo popular caracterizado por uma forte componente realista e tendo sempre em linha de conta as necessidades de quem constrói que quase sempre são as mesmas personagens que habitarão essas mesmas 'casas populares'. A evolução trouxe outras mudanças, nomeadamente os anos 70 e 80 com a tomada de consciência das populações, quer ao nível cultural, quer do ponto de vista paisagístico e arquitectónico.

Fernando Távora num artigo publicado na Revista DPA, defende uma ideia de 'eternidade':

*"interessa-me dar aos edifícios uma certa força, uma certa eternidade. Vivemos num mundo de coisas passageiras, mas eu gosto das obras que têm a intenção de serem definitivas."*²¹

²¹Fernandez, Olga Cuevas - Revista Dpa N.º14 Fernando Távora. Vol. 14 (2009). 10 p.

"Entre o final dos anos 70 e os primeiros anos da década de 80 a dupla de arquitetos Herzog e Meuron procuravam novas possibilidades para a arquitetura, não com a ideia de 'introduzirem uma nova linguagem', como no modernismo, mas a partir de uma experiência pessoal e de situações que lhes eram 'familiares.'"²²

²²Ursprung, Philip, [et al.] - Pictures of architecture, architecture of pictures : a conversation between Jacques Herzog and Jeff Wall: Art and architecture in discussion - Kunst und Architektur im Gespräch. 1st. New York, OR: Springer Verlag/Wien, 2004. ISBN 3211203494.

ANOS 60 E O ÊXODO RURAL

Parte significativa do contexto descrito anteriormente tem origem no êxodo rural dos anos 60, que nos ocupará nas próximas páginas.

Abordemos o que aconteceu nos territórios rurais, em contraponto com os territórios urbanos, de forma a entendermos o fenómeno do êxodo rural a partir dos anos 60.

As cada vez mais degradantes condições de vida e laborais, o cansaço e a falta de perspetivas de futuro são os principais fatores que estão na origem da fuga para as cidades, onde o trabalho aparentemente é constante e mais bem remunerado e as condições de vida menos duras. Consequentemente, e como já referido anteriormente, os índices demográficos baixaram em várias regiões onde atualmente se verifica apenas a presença quase exclusiva de pessoas idosas naturais desses locais de 'fuga'.

A grande falta de vantagens sociais, culturais e recreativas são também fatores de motivação para essa 'fuga' dos meios rurais e agrícolas associadas à constante insegurança de emprego e das incertezas de produtividade.

Esses problemas, já presentes em 1965, são atribuídos pelo Arq. José Luís Pinto Machado, crise constante da lavoura que se encontrava descontrolada e somente algumas empresas eram capazes de retirar algum rendimento graças aos métodos utilizados,

"(...) na sua essência, é à própria lavoura, quase decadente e em crise constante, que cabe o principal papel causador do êxodo rural e agrícola. Ela parece descontrolada e incompreendida, principalmente por quase todos que a ela se dedicam ou que para ela trabalham e vivem. Somente poucas entidades patronais dela tiram proveito, em muito maior número os grandes proprietários ou os poucos exploradores das pequenas propriedades que, devido às suas formas de exploração, podem considerar-se economicamente viáveis. No entanto, (...) alguns dos grandes proprietários poderiam auferir maiores proventos que os obtidos actualmente, se explorassem, em melhores condições, as terras que lhes pertencem"²³.

²³Machado, José Luís Pinto - Alguns problemas do mundo rural português. Lisboa: CEUHEDP, 1965. 23 p.

Que territórios estão a ser abandonados e quais os territórios que estão a ser apropriados por estes locais de maior densidade populacional? Já em 2002, Sidónio Pardal refere que “qualquer parte de território deve estar na posse de uma entidade”, quer seja pública ou privada, e é nesta “relação do território com os seus utilizadores que se concretiza e garante a sua função útil, a qual motiva e suporta o desenvolvimento e a conservação das estruturas e elementos da paisagem”²⁴. No caso de estudo, a família mantém ainda hoje todos os seus terrenos cultivados, apesar de ter também procurado alternativas de emprego em meios urbanos. Esta opção por viver na aldeia, ainda que o estilo de vida possa já não ser eminentemente rural, permite o não abandono de parte significativa do meio rural por um lado - pois a restante população deste lugar segue este mesmo 'princípio' e, por outro, permite alguma autonomia de subsistência do que este meio rural oferece.

Vasco Croft dedica-se também a este tema quando refere que as condições locais definiam a distribuição pelo território dos diversos aglomerados. Por exemplo, este lugar de Rebordinho (o nosso caso) terá a sua origem muito provavelmente pela proximidade de terrenos férteis e cultiváveis e obviamente com o suficiente abastecimento de água que, neste caso, é efetuado a partir de uma nascente próxima.

De resto, a relação que estabelece com a cidade de Vila Real (por se encontrar apenas a cerca de sete quilómetros de distância) também condicionou o seu povoamento, que aconteceu sem o devido ordenamento.

Este foi um crescimento sem o devido planeamento nem ordenamento do território, criando uma clara assimetria entre o campo e as cidades. Uma total incapacidade política e administrativa sem controlo urbanístico por parte das Câmaras Municipais que culminou com uma sociedade

²⁴Pardal, Sidónio - Planeamento do espaço rústico (as irracionalidades da RAN e da REN). Lisboa: ADISA - Associação Superior de Agronomia CESUR - Instituto Superior Técnico, 2002. ISBN 972-8139-06-3. 9 p. Neste mesmo volume, este autor refere-se ao espaço rústico como sendo amplo, se não mesmo a quase totalidade do território, sendo um “conjunto de espaços localizados fora dos perímetros urbanos e dos espaços canais”. Muitos espaços localizam-se em zonas agrícolas - hoje consideradas RAN - que por si só não criam espaço urbano e por isso são objeto de intrusões, necessárias, construindo de forma desordenada sem as necessárias infraestruturas básicas como água, esgotos e eletricidade.

burguesa a explorar “o campo e a agricultura em seu proveito, sem dar contrapartidas para o desenvolvimento do país”²⁵ muito por culpa no enorme investimento nas duas grandes cidades, Porto e Lisboa. Grande parte das ofertas de emprego encontra-se na cidade e, na impossibilidade de se fixarem na cidade, os migrantes económicos optaram pelas periferias ou mesmo por continuar a habitar no ‘campo’ mais próximo, onde por vezes até já possuíam terreno, poupando os custos de uma possível aquisição ou arrendamento. Em muitos casos, os poucos que se mantêm no campo fazem-no apenas para evitarem a despesa de aquisição de casas ou terrenos, abandonando o cultivo e adotando estilos de vida urbanos, pois preferem ir para a cidade trabalhar onde as remunerações são constantes e maiores do que aquelas que conseguem nos campos de cultivo. Outros vão mantendo um cultivo de subsistência. Nestes casos, podemos falar em aglomerados-satélite das vilas e cidades.

Culturalmente, Portugal, nos anos 60, encontrava-se subdesenvolvido. “As políticas sociais – entre as quais a da ‘habitação para o maior número’, ou para a população carente – faziam a diferença entre os chamados primeiro e terceiro mundos, cujos níveis de desenvolvimento eram manifestamente insuficientes para superar os défices de integração social, incluindo a oferta pública de alojamento”²⁶.

É neste clima de crescimento insustentável, ou melhor, de um aumento desenfreado da população nas vilas e cidades portuguesas, em contraciclo com o meio rural, onde praticamente se mantém apenas a população mais idosa, que se vive nos anos 60 face à procura de modos de vida mais dignos, mais estáveis, e com melhores condições laborais. Por seu turno, o êxodo rural trará problemas graves ao nível da habitação e de difícil resolução e, principalmente, trará graves consequências, ditando o seu abandono e mudando de forma significativa o paradigma do mundo rural.

²⁵Croft, Vasco - *Arquitectura e humanismo o papel do arquitecto, hoje, em Portugal* 1ª ed. Lisboa: Terramar, 2001. ISBN 972-710-294-8. p.59

²⁶Barreira, Hugo - *Improvisos de Progresso arquiteturas em Espinho (1900-1943)*. Porto: [Edição do Autor], 2013. p.105

Ainda que aparentemente estes aspetos pareçam pouco relevantes para o nosso trabalho, nomeadamente para o objeto de estudo, se considerarmos que uma autoconstrução se pode prolongar ao longo de vários anos e depende em muito dos habitantes locais, - habitantes esses que também de alguma forma foram procurando novos estilos de vida nas cidades -, isso veio contribuir para os sucessivos adiamentos das fases de construção do nosso objeto de estudo. De resto, e como veremos mais à frente, os próprios proprietários viram-se obrigados, em determinada fase de todo este processo, a emigrar para conseguirem dessa forma ter capacidade financeira para adquirir mais material e terminar a construção da sua habitação.

EMIGRAÇÃO E AUTOCONSTRUÇÃO

O êxodo rural atingiu aqueles habitantes que, por falta de meios financeiros, por um lado, e pelo distanciamento dos seus terrenos em relação às cidades por outro, abandonaram o campo. Abordemos agora o tema da autoconstrução, que, como se diz atrás, é parte da explicação do fenómeno em estudo no âmbito do caso de estudo desta dissertação. De facto, muitos habitantes tornaram-se os construtores das suas próprias habitações, de acordo com as necessidades, o clima e os materiais disponíveis ao nível local, e esta foi também uma realidade desta família.

Primeiramente, podemos pensar que a principal fonte de receitas seriam as divisas da emigração. Porém, já antes do fenómeno da emigração, houve a necessidade de se construir e é por aí que devemos começar. Assim, pelos censos de 1960, vemos que a população ativa profissionalmente ascendia aos 3 316 373, dos quais 1 393 639 dedicavam a sua atividade profissional à agricultura, ou que dela dependiam, ou seja, cerca de 42%. Bem diferente da realidade dos nossos dias, visto que no setor agrícola, nomeadamente no que se refere às colheitas, a espera e perseverança de quem explora mantém-se numa constante tensão e incerteza que afasta muitos que anseiam por uma vida melhor e conseguem emprego no setor secundário e terciário.

Se algumas famílias tinham capacidade financeira para construir as suas habitações, outras houve que se socorreram, a partir dos anos 60, do aumento da oferta laboral nas cidades europeias, nomeadamente de países como França, Suíça e Alemanha (para conseguirem recursos financeiros suficientes de modo a poderem construir as suas casas em Portugal). No entanto, grande parte dos emigrantes não voltaram de imediato, acabando mesmo por organizar toda a sua vida no país de emigração, regressando a Portugal, e particularmente à sua terra natal, apenas durante os períodos de férias. Com isso, sentiram a necessidade (ou a vontade) de construir a sua própria habitação nas terras de origem, copiando aquelas 'arquiteturas' que conheceram nos locais para onde haviam emigrado.²⁷

²⁷Mas também houve aqueles que optaram por se estabelecer nas cidades portuguesas, no entanto estes tinham mais dificuldades de auferirem de condições financeiras para a construção das suas casas na terra natal.

Antevê-se, portanto, que o tema 'Autoconstrução' não se encerra única e exclusivamente na arquitetura vernacular nem no estilo popular, já que o êxodo rural de que falámos agora teve um papel preponderante nas décadas que se seguiram aos anos 60, pois a emigração para países como França, Alemanha e Suíça trouxe novos conhecimentos, novas técnicas.

Se, nuns casos, o fenómeno da emigração se traduziu na mudança 'radical' de toda a família (muitas vezes para o resto da vida), noutros casos aconteceram apenas com a mudança de país de forma temporária de apenas um dos elementos da família, garantindo assim o recurso financeiro suficiente para a aquisição de casa na cidade ou para a construção das bases da sua habitação na aldeia.

Foi maior a procura do que a oferta, no caso das cidades portuguesas e, por essa razão, as famílias viram-se obrigadas a procurar outros meios de sustento ou simplesmente alternativas para aquisição ou construção e daí surgirem fenómenos de loteamento e construção clandestina, recorrendo a materiais como latas, barrotes, madeiras, cimento e tijolo a descoberto.

A relevância do Arquiteto Nuno Portas²⁸ é central para entendermos estratégias e abordagem ao fenómeno da autoconstrução. Toma como referência uma experiência no Perú e o bairro da Relvinha²⁹ é disso paradigmático - programa de Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL).

*"como uma das formas de compartilhar o custo das obras", ou seja, "quantos mais recursos próprios fossem investidos na construção das casas tanto mais seria também o sentimento de apropriação em relação ao fogo (...). Autoconstrução consistia na participação ativa dos moradores no processo de construção das casas"*³⁰

²⁸Participou nos três primeiros Governos Provisórios do pós-25 de Abril, tendo participado na definição das linhas políticas para habitação, reabilitação urbana e atualização da legislação sobre urbanismo. Nessa condição participou na elaboração do programa SAAL - Serviço Ambulatório de Apoio Local, focalizando o seu trabalho, a partir daí, nas áreas do planeamento urbano, campo onde se assumiu como um dos mais importantes teóricos a nível nacional e internacional. Em 1990 integraria o Executivo Municipal de Vila Nova de Gaia, como vereador do Urbanismo.

²⁹O Bairro da Relvinha, com o apoio da Cooperativa de Habitação Económica Semearelvinhas mantém, ao longo de mais de 40 anos, o espírito comunitário e de pro-actividade cidadã que levou à construção dos fogos no período pós 25 de Abril.

³⁰Baía, João - Saal e autoconstrução em Coimbra memórias dos moradores do bairro da relvinha 1954 1976. Cultura e sociedade 8. Castro Verde: 100Luz, 2012. ISBN 978-989-8448-12-5. p.125

Como se sabe, o programa SAAL surge da necessidade urgente das populações provenientes dos meios rurais, fundamentalmente, possuírem habitações dignas e legais

A população rejeita (por razões políticas e sociais)³¹ a autoconstrução no sentido tradicional e quer agora casas 'legais' idealizadas não apenas por si – onde os moradores ajudam durante as obras das suas casas – mas também por pessoas competentes como arquitetos, engenheiros e empreiteiros especializados. No entanto, quando transposto para meio rural, e fora do programa SAAL, a autoconstrução faz-se sem projetista, com o dono de obra a assumir o papel de empreiteiro da sua própria casa. Aí os meios não chegam, até porque o programa SAAL tem incidência urbana e teve curta duração, a realidade é muito distinta. Tal como nos projetos do SAAL³², nos meios rurais também todos ajudavam. Os vizinhos forneciam mão de obra e material. Como se verificou no Bairro da Relvinha em Coimbra, este projeto "foi feito pelos moradores"³³. Este foi um conceito também utilizado pela família do nosso caso de estudo face à escassez de meios que tinham à disposição. Conforme já explorado no capítulo anterior, e retirando daí aspetos essenciais para a relevância do nosso trabalho, importa recordar que o meio rural, de onde saíram grande parte dos emigrantes portugueses nos anos 60 e 70, continuava a ser o depositário dos sonhos e aspirações de futuro de quem saiu à procura de melhores condições de vida. Sujeitos a enormes sacrifícios nos países que os recebiam, muitas vezes a viver em 'bidonvilles' (bairros de lata nos arredores de Paris) e a trabalhar de forma desenfreada para acumularem dinheiro, projetavam, para as suas terras de origem, o sonho de regressarem e aí recomeçarem, já com outros recursos, a sua vida entretanto interrompida. Ora, a construção de habitação própria, inspirada nos modelos que iam conhecendo nos países onde habitavam, era o primeiro passo para assegurarem o regresso. Apesar do tão esperado retorno às aldeias onde nasceram

³¹O que é dito é que os ricos não constroem as suas próprias casas, pelo que não devem eles próprios fazê-lo. É uma argumentação de legitimação social.

³²Não é objetivo deste trabalho desenvolvermos o que foi o projeto SAAL, mas importa dizer que este foi de curta duração – cerca de 2 anos –, e por isso um curto espaço de tempo para se criarem casas dignas para tão elevado número da população urbana, tendo continuado a proliferar a construção clandestina. Essa realidade já existia antes, nos anos 60, durante o êxodo rural, as barracas e outras construções clandestinas eram uma realidade complexa, face à incapacidade do Estado em urbanizar os solos pois apenas esta entidade o podia fazer. O Estado urbanizava, mas em número insuficiente perante a população crescente que afluía para as cidades.

³³Baía, João – Saal e autoconstrução em Coimbra memórias dos moradores do bairro da relvinha 1954 1976: Cultura e sociedade 8. Castro Verde: 100Luz, 2012. ISBN 978-989-8448-12-5. p.130

se ir adiando ano após ano, as habitações foram construídas e equipadas, tornando-se, na maior parte dos casos, casas de férias habitadas apenas durante o mês de agosto.

Muitos emigrantes realizaram investimentos imobiliários sem qualquer controlo legal, sem planeamento urbano e sem ter em linha de conta o ordenamento do território. A emigração era crescente e, por isso, permitiu que se terminassem casas já iniciadas e, entretanto, abandonadas (ainda que de forma temporária), sendo certo que, na maioria dos casos, a autoconstrução foi recorrente de forma a economizar custos de uma construção legal e, em muitos casos, com recurso a empréstimos de particulares. (VILLANOVA, 1995)

Sobretudo durante os anos 70 e 80, "trazem do estrangeiro um projeto para a casa, distanciando-se, em parte, do modelo local, apesar de se reintegrarem na aldeia"³⁴. Ora, surgem então os discursos sobre o mau gosto, incentivados pela opinião pública e pelos especialistas.

*"Sugere-se que existiria um 'modelo autorizado' para as classes populares, enquanto para a arquitetura burguesa se trataria sempre, por definição, da produção de um estilo, discutindo-se apenas a organização dos seus elementos estéticos"*³⁵

O acesso ao crédito não existia, ou pelo menos era muito dificultado pela burocracia e/ou pela capacidade financeira das populações, e por isso as dificuldades financeiras fazem com que a solidariedade local durante a construção se tornasse numa forma, se não muitas vezes a única forma, de poderem ter a sua habitação, por exemplo através da contribuição de todos, quer seja no trabalho de construção, quer seja na cedência de algum material e/ou equipamentos. Mantêm-se assim vivas as práticas de 'autoconstrução' muito influenciadas também pelos novos conhecimentos adquiridos pelos que emigraram que, durante esse período, obtiveram contacto com novos materiais e técnicas na construção que agora aplicavam na sua própria casa ou transmitiam aos seus vizinhos. Foi, por

³⁴Villanova, Roselyne; Leite, Carolina; Raposo, Isabel - Casas de sonhos emigrantes constructores no Norte de Portugal. Ed. portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra, 1995. ISBN 972-689-083-7. p.25

³⁵Villanova, Roselyne; Leite, Carolina; Raposo, Isabel - Casas de sonhos emigrantes constructores no Norte de Portugal. Ed. portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra, 1995. ISBN 972-689-083-7. p.24

isso, uma construção de e para a família, com a ajuda dos vizinhos e amigos e somente aquando da necessidade de conhecimentos mais específicos ou no uso de materiais mais complexos é que recorriam à especialização – o empreiteiro.

A partir do momento em que a casa já podia ser habitada, ainda que de forma provisória, interrompia-se a construção intensiva e a restante construção e acabamentos prolongavam-se no tempo, de forma indefinida. Dependendo da disponibilidade financeira, a conclusão poderia demorar vários anos, ou até mesmo décadas. Em muitos casos, e isso explicava que muitas vezes havia mudanças nos planos ou que a casa ficasse incompleta. Um e outro motivo explicavam as deficiências e anomalias agora existentes.

Os recursos económicos vão, inevitavelmente, entroncar nas políticas aplicadas e de forma quase inconsciente no lugar onde se edifica. Ainda que nenhuma destas políticas tenha sido aplicada ao caso de estudo aqui desenvolvido, importa referi-las brevemente.

Enquadrando as políticas habitacionais que estariam em vigor nos anos 70 e 80, ou seja, nas décadas onde o nosso objeto de estudo, bem como grande parte do parque habitacional do nosso país, foi edificado, é nos anos 1960 que Portugal é influenciado pelas ideias de outros países europeus, democráticos e com outro desenvolvimento económico, social e cultural. Contudo, do ponto de vista social e económico, o país estava ainda muito atrasado. As políticas sociais, de entre as quais as de natureza habitacional “eram insuficientes para superar os défices de integração social, incluindo a oferta pública de alojamento”³⁶.

Nos anos 1950, o regime político do Estado Novo teve a oportunidade para receber uma industrialização e consequente investimento estrangeiro. Com efeito, a integração de Portugal na European Free Trade Association (EFTA) em 1959 foi determinante nesta tentativa de abertura ao exterior. Por isso, é já na década de 1960 que surge uma política habitacional que se prolongará até aos anos 1980 de forma cada vez mais consolidada, pois esta permitiu à economia e à sociedade portuguesa encetar uma intensa troca comercial de mercadorias, capitais, tecnologia e mão-de-obra.

³⁶Barreira, Hugo - Improvisos de Progresso arquiteturas em Espinho (1900-1943). Porto: [Edição do Autor], 2013. p.105

Tal como já havíamos referido, a intensificação dos processos de emigração internos e de urbanização, induzidos pela procura de mão-de-obra para as novas atividades, provoca acentuadas necessidades de alojamento que, num primeiro momento, só tiveram resposta através da urbanização e da construção 'clandestina'.³⁷

A conceção dos modelos a construir tem várias géneses e influências, desde revistas e fotografias trazidas do exterior pelos emigrantes até às opiniões, e muitas vezes pressões, de familiares, vizinhos e amigos que, por estarem a ajudar nas obras, se sentiam no direito de 'opinar' sobre as opções tomadas. (VILLANOVA, 1995)

Neste contexto, e na sequência do que temos vindo a desenvolver nos pontos anteriores, havia surgido um documento legal no sentido de facilitar, ou mesmo aumentar, a capacidade do Estado na criação de mecanismos para a construção de habitação de forma legal que abrangesse, o mais depressa possível, a totalidade da população que dele necessitasse. Falamos de "um programa criado em 1962 para (...) a construção da sua própria habitação pelos chefes de família (...)"³⁸. Este foi o documento que permitiu facultar apoios que podiam traduzir-se em facilidades em aquisição de terrenos e financiamento. Contudo, antes do 25 de Abril de 1974, este documento praticamente quase não passou do papel e foi já em 1977, através do D.L. 53/77, que a autoconstrução unifamiliar se dinamizou, fundamentalmente para as famílias com rendimentos abaixo do salário mínimo, tendo sido os concelhos rurais os que mais procuraram esse apoio. Mas o Fundo de Fomento da Habitação, de forma surpreendente, emitiu um despacho que viria a condicionar de forma significativa o acesso a estes mesmos apoios, burocratizando em demasia todo o processo "desconhecendo que mais de metade da promoção habitacional do país era de iniciativa individual"³⁹.

³⁷Barreira, Hugo - Improvisos de Progresso arquiteturas em Espinho (1900-1943). Porto: [Edição do Autor], 2013. p.111

³⁸*"o sector habitacional foi dos primeiros a refletir os efeitos das mudanças políticas ocorridas com o 25 de Novembro de 1975.*

Em (...) 1976 (...) foi criado o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção (MHUC) (...).

No novo ministério, os postos de relevo foram ocupados por antigos responsáveis do Grémio de Industriais da Construção Civil, uma estrutura corporativa muito ligada aos promotores imobiliários. As medidas adotadas vão no sentido da substituição da promoção pública e de custos controlados pelo financiamento às pessoas e às famílias para a aquisição de casa própria no mercado livre."

³⁹ Republica, Diário da - Decreto-Lei nº 44645 (1962)

³⁹Barreira, Hugo - Improvisos de Progresso arquiteturas em Espinho (1900-1943). Porto: [Edição do Autor], 2013. p.125

Criou-se assim aquilo a que podemos chamar de 'conflito urbano'. No nosso país, a arquitetura sempre foi alvo de sucessivos 'maltratos' muito por culpa das variadíssimas discussões em torno de si mesma como se fosse bonita ou feia – “o símbolo da beleza, da cultura, do prestígio da cidade, onde está?”⁴⁰

Na minha opinião, temos hoje um país com uma arquitetura que reflete falta de controlo, de planeamento sobre o território, sem um verdadeiro projeto global, quer social quer económico, sem planos locais ou regionais.

Estamos agora perante um desafio cultural, obrigando a ir ao cerne dos problemas como por exemplo a degradação do espaço urbano ou a deterioração do ambiente rural.

Em suma, este tema da emigração está intimamente relacionado com a autoconstrução, considerando que foi graças à emigração, ao conhecimento de outras técnicas e outros materiais (bem diferentes do que se fazia na arquitetura vernacular) e ao aumento de reservas de capital familiar, que se tornou possível à maior parte dos habitantes em espaço rural construir a sua própria habitação. Contudo, a falta de planeamento e/ou de um ordenamento do território criou outro tipo de problemas difíceis de resolver.

⁴⁰Croft, Vasco - Arquitectura e humanismo o papel do arquitecto, hoje, em Portugal. 1ª ed. Lisboa: Terramar, 2001. ISBN 972-710-294-8, porto24 - [Consult. 17.6.2015]. Disponível em WWW: <<http://www.porto24.pt/memoria/praca-casal-de-paio-de-novais-praca-da-liberdade/>>. p.50

TRADIÇÃO, INOVAÇÃO, FORMA E FUNÇÃO

De que forma a industrialização, que trouxe a inovação, coexiste com uma cultura popular e com os seus ideais tradicionalistas? E de que forma as vivências familiares, que muito se alteraram nas últimas décadas, se coadunam com as novas construções e/ou reabilitações?

Nas últimas décadas, assistimos a uma pluralidade arquitetónica que varia entre a tradição e a vontade de uma inovação extremamente acelerada em função da promessa de industrialização da construção (nem sempre real) e de novos meios de conceção. Há assim um claro desejo de se inovar, mas sem perder uma espécie de conservadorismo num mundo mais tradicional e popular. O tradicionalismo está ligado a algum imobilismo e modelos culturais e a inovação vem por questões de gosto (modelos reconhecidos em classes mais favorecidas ou em países mais prósperos) e/ou pragmatismo construtivo: falta de disponibilidade de determinadas tecnologias com os materiais, quer por falta de mão-de-obra adequada, quer por custos associados elevados.

No caso do emigrante, a casa devolve o estatuto de cidadania retirado pela ausência – os sacrifícios são canalizados para esse fim. As características principais da casa do emigrante são a sua necessidade de visibilidade, longe das restantes, para não se 'misturar' com as comuns casas locais, 'brilhantes', recheadas de símbolos do triunfo material, com marcas do país de emigração. Contudo, noutros casos há que a motivação do local prende-se com o facto da inexistência de espaço no centro das aldeias para a construção da casa que se idealizou.

Isso teve como consequência a forma destrutiva como se espelha na paisagem, problemas na estrutura dos aglomerados e até no próprio conforto da habitação pelo facto de este não ser uma prioridade, como de resto já havíamos visto em capítulos anteriores.

*"as diferentes interpretações parecem ir atrás da casa ideal, com o mesmo partido arquitectónico, porém dentro de um movimento sem líder e sem obra-prima."*⁴¹

De certa forma, apoia-se uma espécie de conservação do que é tradicional graças à falta de desejo de se inovar totalmente. Nas palavras de Fernando Távora, o passado guarda grandes lições e por isso não deve ser desprezado: "A história vale na medida em que pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão."⁴²

Mas se a cultura identifica um povo ou um lugar valorizando-o e, no caso do habitante rural, a sua identidade aproxima-o da natureza e das tradições, ou seja, podemos referir-nos a uma cultura popular. Contudo, o progresso das sociedades encarrega-se de produzir mudanças inevitáveis. A natural evolução da industrialização (hoje em dia vulgarmente identificada como a evolução tecnológica) e uma maior alfabetização da população a par com uma urbanização cada vez mais especializada e meios de comunicação com maior capacidade tecnológica, bem como oferta crescente de espetáculos e divertimentos 'culturais' das, e nas, cidades, implicaram a perda de muita dessa identidade – dessa cultura popular.(DOMINGUES, 2011)

Os mercados culturais surgem de forma criativa, espontânea, autónoma, livre, com uma capacidade de resistência e de reação a culturas e grupos sociais dominantes, elites e 'indústrias culturais'.

Vive-se nestas épocas numa cultura, ou se quisermos numa sociedade, turbulenta muito por culpa das naturais dificuldades em distinguir o popular do povo.⁴³

⁴¹Vasconcelos, Maria de Magalhães e - Repensar a cobertura inclinada reinterpretções na casa unifamiliar. Porto: Faup, 2007. p.42

⁴²Távora, Fernando - O problema da casa portuguesa: Cadernos de Arquitectura 1. Lisboa: Manuel João Leal. 1947. p.7

⁴³Domingues, Álvaro - Vida no campo: Equações de arquitectura 45. Porto: Dafne, 2011. ISBN 978-989-8217-19-6. p.267

^{*}Na sociedade contemporânea, as denominadas culturas populares afirmam-se já como um território de investigação e criatividade, de uma constante mudança, de referencia a um tempo e um lugar. A cultura popular basta-se a si própria, entre o mimetismo e a marcação de diferenças, o jogo de espelhos, as leituras cruzadas entre indivíduos e grupos sociais, associando, inventando e recombinao referentes, gostos, estéticas, técnicas e criações.

A cultura popular não se define a si própria, é caracterizada a partir de um olhar exterior, ou seja, de quem de fora observa os seus campos sociais resultantes de práticas diárias no seu habitat natural.⁴⁴

Percebemos desta forma a razão pela qual as famílias constroem as suas novas habitações ou reconstroem as habitações vernaculares em meios rurais de uma forma inovadora, por um lado, mas por outro procurando manter a relação com o seu próprio passado pois este contém uma identidade que não querem perder.

Mas questionamo-nos sobre a forma como podemos preservar também os testemunhos materiais e não só, desta outra realidade, em constante metamorfose tecnológica.

"será que o tipo de desenvolvimento que estamos a seguir é o que mais interessa ao futuro da humanidade?"⁴⁵

A esta questão, quase uma provocação, que Vasco Croft levanta, a melhor forma de respondermos é refletirmos sobre o papel do arquiteto na sociedade e no espaço em que vive e se relaciona. Ao fazê-lo, ajudar-nos-á a balizar a nossa intervenção no contexto deste trabalho e no projeto que lhe dá suporte.

A destruição paisagística está a atingir as paisagens naturais e a arquitetura dos espaços urbanos. Contudo, ainda conseguimos encontrar locais, como os adros das igrejas nas aldeias, que nos indicam o verdadeiro sentido de uma boa arquitetura, que podem e devem servir de exemplo/inspiração para as gerações que lhes sucedem. Mas tudo isto só fará (e só fez) sentido com a presença das pessoas. Por isso, 'o homem traduz-se na arquitetura e esta, por sua vez, traduz-se em valores humanos'.

⁴⁴Campelo, op.cit., pp.135-141

⁴⁵(...) a cultura popular viverá sem o poder e sobretudo porque não tem poder. É nessa qualidade que se apresenta como reserva de uma criatividade livre, ativa e sempre disponível à recepção das formas eruditas, corroendo-as na comédia da vida. Sem ela não haveria a dita cultura erudita, pois os limites e a reflexão que reivindica têm os seus alicerces nas formas populares."

⁴⁶Croft, Vasco - Arquitectura e humanismo o papel do arquitecto, hoje, em Portugal. 1ª ed. Lisboa: Terramar, 2001. ISBN 972-710-294-8. p.31

É nesta premissa que o exercício, que apresentamos neste trabalho de dissertação, deverá assentar, por forma a garantirmos, não simplesmente um projeto belo, mas sobretudo de tudo em função das necessidades dos seus utilizadores.

Chegamos assim ao papel fundamental do arquiteto no projeto de arquitetura. Hoje em dia, o arquiteto é muitas vezes abordado 'em função de interesses essencialmente comerciais e especulativos'⁴⁶, ou seja, no limite ou mesmo fora do âmbito das suas ambições (legítimas) e das suas verdadeiras capacidades de projetar bem.

Mas se o arquiteto deve refletir sobre o seu papel na sociedade por forma a qualificar a arquitetura que faz. Contudo, depende de um programa de origem pública ou privada. Apesar de ser o legítimo detentor de 'direitos criativos', acaba por intervir no projeto através de uma desejável reflexão.

*"Todas as épocas se revestiram de um certo número de riscos para a vida do individuo e das sociedades; (...) Não será demais, sem dúvida, examinar a parte que nos cabe a nós, arquitectos, na efectivação do que será uma herança para as futuras gerações, uma herança deste mundo de hoje sobre o qual já pesa o estigma de algumas graves e irreparáveis faltas."*⁴⁷

E se a arquitetura vive das pessoas e das suas necessidades - e por isso procura um denominador comum nos valores humanos da experiência das diferentes gerações por forma a construir-se continuamente.

E se queremos dar sentido ao nosso ambiente, então será importante preservar, por um lado, e reinventar, por outro, o que é único e individual, numa altura em que o impessoal, o anónimo, ganham predominante importância.

Mas, nos dias de hoje, como podemos recuperar o que é comum a todos? O arquiteto deve estar 'condenado' a trabalhar com as pessoas

⁴⁶Uma afirmação polémica atualmente

⁴⁷Filgueiras, Octávio Lixa - Da função social do arquitecto para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada: Biblioteca de arquitectura 3. Porto: Sousa & Almeida, pp. 17 e 18

e, por isso, a encomenda e a decisão devem também estar presentes nos grupos locais – as comunidades, determinando a natureza dos programas e as suas prioridades, onde o arquiteto participa com as pessoas e assim promovem o urbanismo no território.

Interessa assim, e neste contexto, questionar a integração do arquiteto, na sua função por forma a produzir um trabalho útil e criativo, contribuindo assim para um desenvolvimento local ou regional pois, como qualquer outro profissional, o arquiteto não é, nem pretende ser o dono da verdade, ou seja, tem qualificações específicas mas não é por isso que tem a razão do seu lado - tem de saber ouvir e refletir.

Esta é a principal conclusão que devemos retirar deste processo comunitário pois para 'os arquitetos significa apoiar e ouvir as pessoas nas várias fases dos processos que coordenam' e assim evitam criações 'solitárias' onde a vida dos utilizadores dos diferentes espaços deixa de ser real.

Sobre esta ideia, interessa referenciar Adolf Loos que, visando a arquitetura rural, identifica o equilíbrio na casa do 'lavrador' por esta estar corretamente disposta no lugar, tão inserida na realidade do espaço, em muitos casos em contraponto do saber construído apenas baseado em livros, contrastando mesmo o papel do camponês e do arquiteto.

*"Porque é que um arquitecto, tanto se for bom, como se for mau, estraga a paisagem do lago? O arquitecto, como quase todos os demais habitantes da cidade, não possuem cultura. Falta-lhe a segurança do camponês, que tem a dita cultura. O habitante da cidade é um desenraizado."*⁴⁸

Embora esta ideia não seja referente à nossa atualidade, é importante retirar daqui que os seus ensinamentos permanecem válidos.

Para Loos, o camponês age com simplicidade e naturalidade aquando da edificação da sua obra/casa.

⁴⁸Adolf Loos escritos -: Biblioteca de Arquitectura. Madrid: El Croquis, 1993. ISBN 84-88386-03-6. 24 p.

*"Fia-te nas formas que constrói o camponês. Pois são da substância acumulada da sabedoria dos antepassados."*⁴⁹

Isto foi verdade quando estava na dependência de técnicas e materiais locais. Hoje, estraga mais do que o homem da cidade. Loos combatia a Arquitetura eclética e sem alma que se produzia no final do século XIX, início do século XX. Estes casos têm o seu contexto. O campo português está descontextualizado e não foi por ação de cidadãos. Para Loos, criar uma nova forma de arquitetura só faria sentido quando as formas antigas não servissem. O Arquiteto Souto de Moura, enquanto tradicionalista, segue a mesma linha de pensamento ao dizer que 'as formas arquitetónicas são eternas', ou seja, permanecem.

Resumindo, e de uma forma muito sintética, o papel do arquiteto, ou melhor, a contribuição do arquiteto, não passa por uma imposição, mas sim por uma reflexão de uma ideia. Assim, e no âmbito do nosso trabalho, é fundamental a presença do arquiteto em todo o processo, delineando uma estratégia de reabilitação e consequente beneficiação da habitação.

⁴⁹Ibidem 77 p.

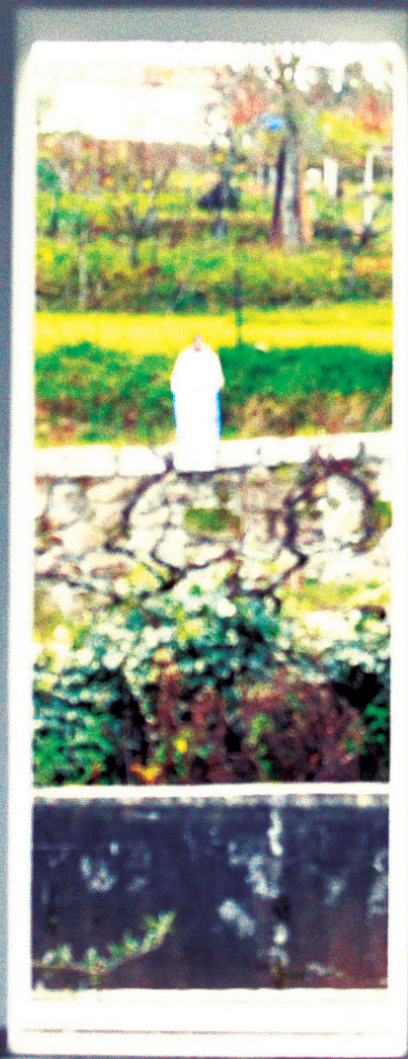




PARTE III

OBJETO





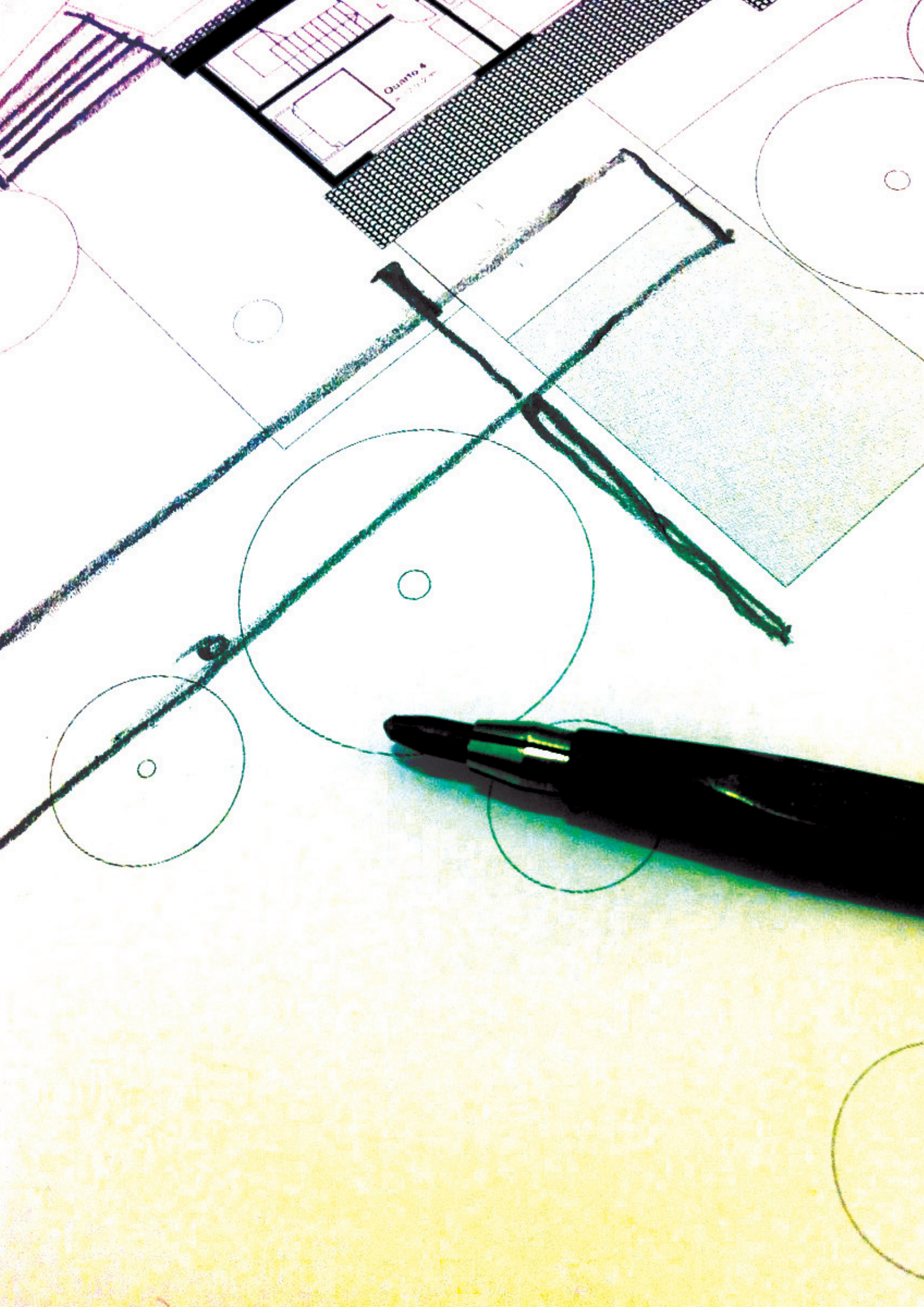
OBJETO DE ESTUDO

Feito um enquadramento teórico, apresentaremos o nosso objeto de estudo com maior detalhe. Fá-lo-emos a partir de informação recolhida em arquivos municipais, com visitas ao local e com base em testemunhos recolhidos junto dos proprietários.

Partindo de um ponto de vista mais abrangente, começaremos por explanar as principais características das "casas" da região, tendo em conta aspetos históricos, paisagísticos, funcionais e arquitetónicos.

Daí, passaremos para a apresentação da casa de Rebordinho, explicando a sua história e as motivações subjacentes às escolhas realizadas, evidenciando assim a rutura com o modelo tradicional anteriormente descrito.

A descrição pormenorizada da habitação é complementada com esquemas que ilustram a sua evolução ao longo do tempo, que evidenciam a falta de planeamento arquitetónico e o modo como as opções de base obedeceram exclusivamente a critérios de ordem económica, funcional e social.



CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

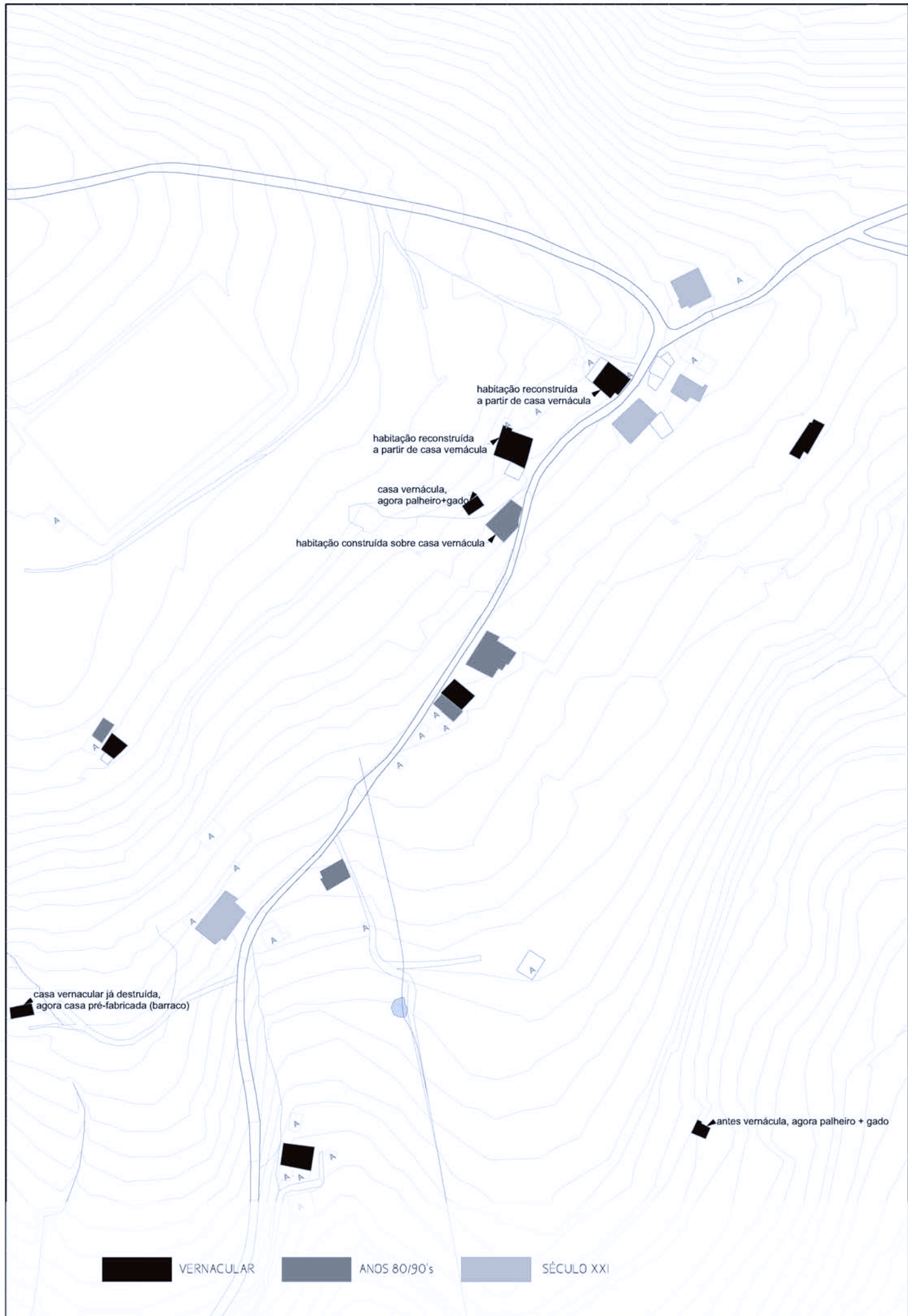
Depois de analisarmos e caracterizarmos este objeto de estudo, estaremos em condições, na próxima Parte IV desta dissertação, de apresentar uma proposta de intervenção adequada, que testará a estratégia que apresentámos anteriormente.

As peças desenhadas a seguir apresentadas, pretendem contextualizar a habitação, objeto de estudo, dos pontos de vista da data de edificação, do número de pisos e do estado de conservação.

Assim, quanto à data de edificação, no lugar de Rebordinho, o desenho na página 66 identifica três principais períodos – o da arquitetura vernácula, anterior aos anos 60, as casas edificadas nos anos 80 e 90, e aquelas edificadas já em pleno século XXI.

Do ponto de vista do número de pisos de cada uma destas edificações, no desenho da página 68 vemos que predominam casas com apenas 2 pisos, verificando-se que apenas são ultrapassados em algumas das casas em que a sua construção surge já no século XXI.

Finalmente, do ponto de vista do estado de conservação das diferentes habitações deste lugar, com naturalidade vemos e percebemos que de uma forma generalizada as casas de construção mais antiga se encontram num estado de conservação mais degradado ou mesmo em ruína e as casas de construção mais recente encontram-se bastante preservadas – desenho na página 70. Quanto ao estado de conservação, o nosso objeto de estudo apresenta diversos danos e degradações que requerem intervenção a médio ou longo prazo, dependendo das zonas a que nos referimos.



A RELAÇÃO DA CASA COM OS DIFERENTES ESPAÇOS

Para melhor entender as necessidades familiares, em especial nos anos 70 e 80, interessa primeiro saber quem eram e como eram formadas as famílias nestas épocas.

Assim, e depois de um enquadramento no ponto da 'RURALIDADE' sobre a realidade e importância dos filhos dos habitantes rurais e do ambiente familiar e da aldeia, importa perceber quais as necessidades destas mesmas famílias. Sendo normalmente famílias numerosas, seria importante controlar as áreas dos diferentes espaços da habitação, permitindo assim uma grande flexibilidade tendo em conta as conveniências de cada família.(RAMOS, 2010)

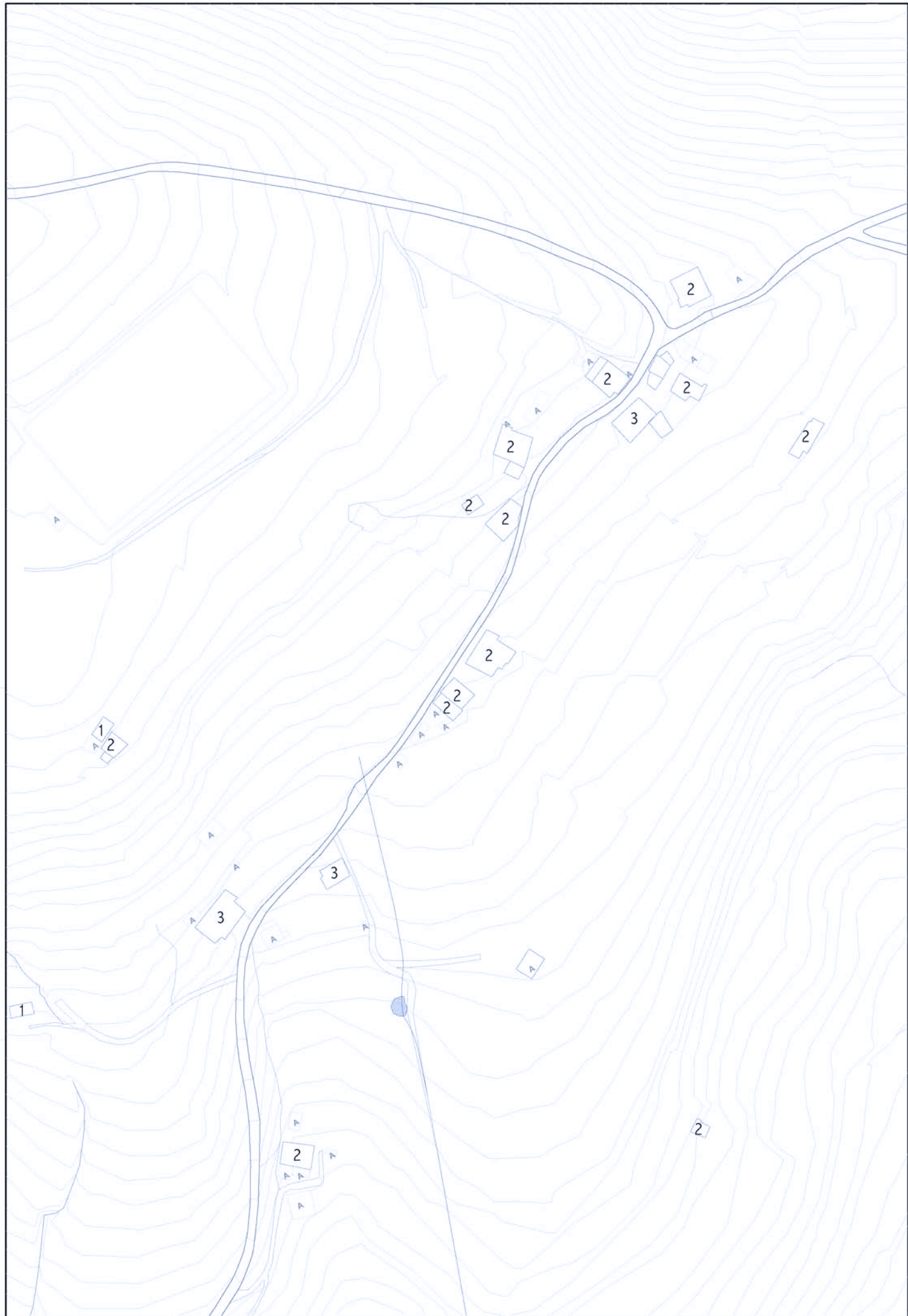
Atualmente, temos os chamados processos participativos em muitos projetos de recuperação ou mesmo de construção nova através de reuniões com entidades responsáveis, de visitas de reconhecimento e inquéritos locais com levantamento das condições de habitabilidade das diferentes famílias, ou agregados familiares, por forma a estabelecer, de forma realista, um plano, quer seja de recuperação e/ou reabilitação, quer seja uma nova construção, para ser corretamente implementado.

*"A reflexão em torno da cidade e das operações de cariz rural e antropológico surgem em simultâneo, sendo possível estabelecer elementos e preocupações comuns, que ocupam um lugar de destaque numa procura conjunta de soluções enriquecedoras para o habitar coletivo."*⁵⁰

Será então desta forma possível ensaiar no nosso exercício de projeto uma ideia que vá de encontro às necessidades familiares e em particular às necessidades desta família e deste lugar específico que estamos a desenvolver e a refletir neste trabalho.

Os dados aqui expostos foram obtidos por meio de testemunhos recolhidos junto da família.

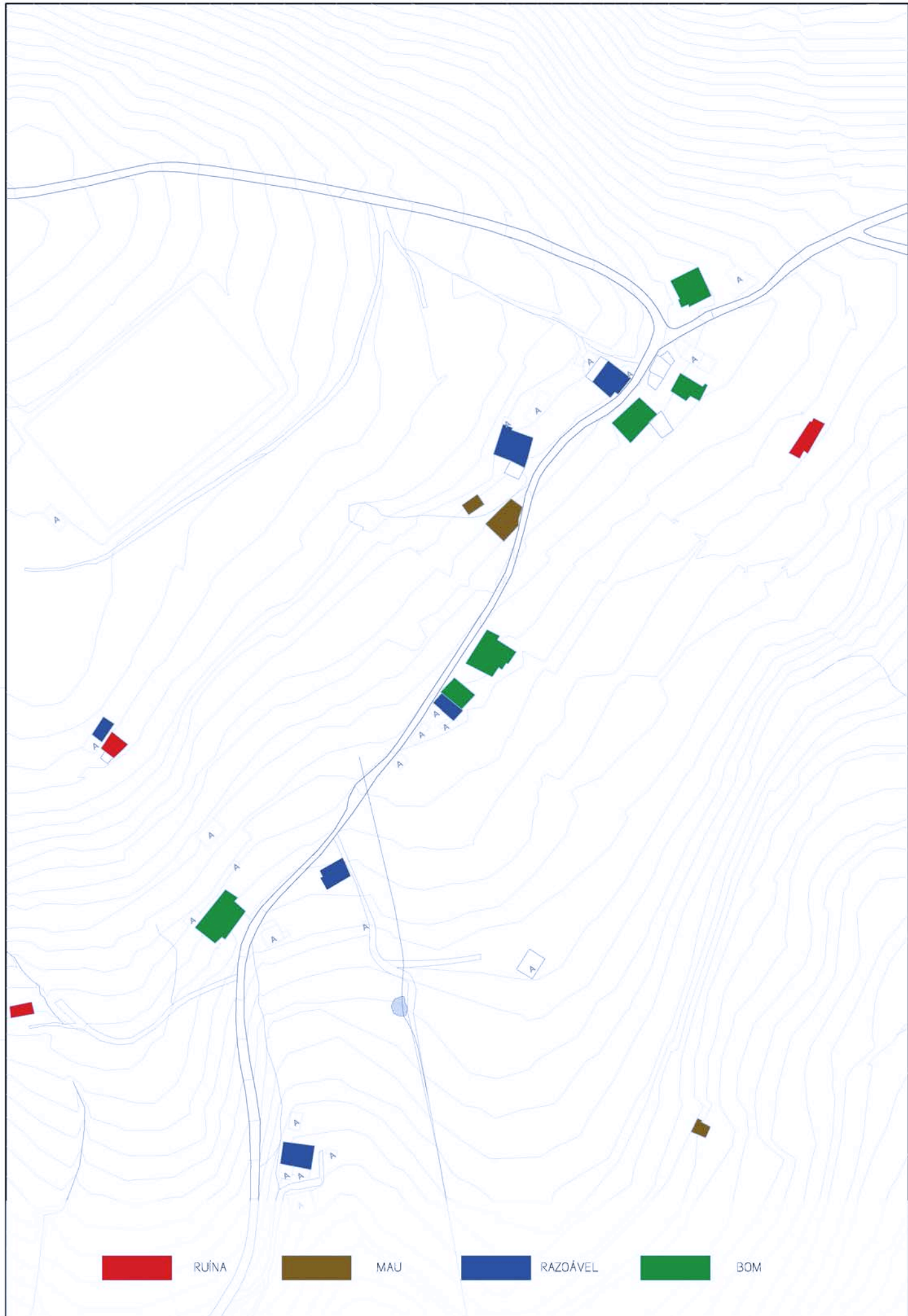
⁵⁰Barreira, Hugo - Improvisos de Progresso arquiteturas em Espinho (1900-1943). Porto: [Edição do Autor], 2013. p.41



A 'Casa de Rebordinho' tem a sua génese no ano de 1979. Contudo, a primeira edificação foi um tanque para aproveitamento das águas de uma nascente ali existente para a agricultura e consumo doméstico.

A sua construção foi iniciada para dar resposta a uma necessidade urgente de um jovem casal que se queria autonomizar em relação às suas famílias de origem. Não obedeceu a qualquer licenciamento legal e muito menos houve a preocupação de recorrer a técnicos especializados nas áreas de arquitetura e engenharia. A construção foi levada a cabo recorrendo à mão-de-obra existente, de forma gratuita e amadora, e foi avançando de acordo com a disponibilidade financeira para se ir adquirindo materiais de construção. Isto traduz processos de construção já anteriormente identificados no ponto sobre a 'EMIGRAÇÃO E AUTOCONSTRUÇÃO' sobre a emigração e a autoconstrução, em que a necessidade desta família ter um lar leva a que a autoconstrução surja como uma solução válida. Mas também do ponto de vista económico, a capacidade financeira familiar era reduzida e um dos elementos do agregado teve a necessidade de emigrar para ganhar dinheiro que seria aplicado na construção da habitação. Este aspeto teve como vantagens não só o objetivo principal – a capacidade financeira para construir, mas também trouxe conhecimento adquirido em locais diferentes, onde a construção se fazia de forma diferente – um novo conhecimento adquirido 'lá fora'.

Antes mesmo do início da construção da habitação, durante as primeiras escavações, o proprietário da casa foi abordado por fiscais camarários que solicitaram a respetiva licença de construção, sendo certo que o proprietário se justificou afirmando que apenas estavam a construir um anexo para os animais – um curral, e que por tal razão não iriam usar o material ferro nem abrir janelas (vãos) nas fachadas, conseguindo assim que as entidades camarárias lhes emitissem a licença necessária à construção. De resto, era uma estratégia muito utilizada, e à qual ainda hoje se recorre para a construção de novas habitações neste lugar, uma vez que o mesmo se insere numa zona de RAN (Reserva Agrícola Nacional), não sendo permitida qualquer construção habitacional sem a devida "desanexação da RAN" (prevista na legislação em vigor).



A construção da casa foi então iniciada no início de 1980, após o nascimento da primeira filha, passando a ser habitada aquando do seu batizado, em agosto desse mesmo ano. A escolha deste local e desta configuração, como atrás já referido, deveu-se ao facto de o casal ter herdado o terreno, que tivera até então exclusivamente funcionalidades agrícolas. As próprias dimensões da habitação não estavam inicialmente definidas, tendo sido discutidas ao longo da sua implantação pelos vários intervenientes na obra, nomeadamente amigos e familiares. Obviamente, o fator financeiro também foi determinante nas várias escolhas.

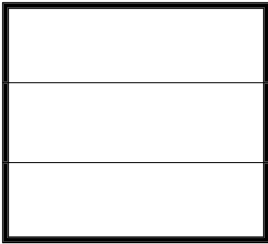
Toda a habitação está assente em sapatas com cerca de meio metro de profundidade e possui um pilar em cada um dos seus quatro vértices. Volumetricamente desenvolve-se com base numa forma retangular de 12 por 8 metros.

Apesar do dinheiro auferido/acumulado no estrangeiro, grande parte do capital necessário para a construção foi emprestado por familiares e amigos e, por isso, o desenvolvimento da obra esteve à mercê de várias opiniões externas, que se sentiam legitimadas pelo facto de estarem a financiar o projeto.

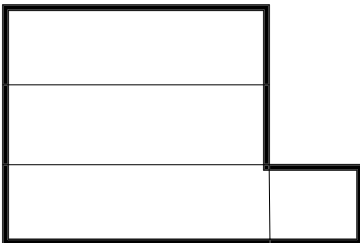
A tipologia/configuração inicial pretendida era uma habitação de um só piso, aumentada para pisos superiores quando houvesse possibilidade/oportunidade. No entanto, logo se percebeu que, fazendo um aproveitamento do espaço do piso térreo para arrumos e criação/acomodação de animais, seria uma mais-valia do ponto de vista económico e assim se aproximou dos modelos da arquitetura vernacular desta região (as temperaturas de Inverno seriam mais facilmente suportadas pelo calor proveniente dos animais, embora do ponto de vista da salubridade não fosse de todo o desejável). Contudo, esse princípio da arquitetura vernacular não teve qualquer eficácia, tendo em conta os materiais utilizados: a laje de vigotas e as vigas de betão, diferentemente da madeira, não facilitam a passagem do calor do piso inferior para o superior.



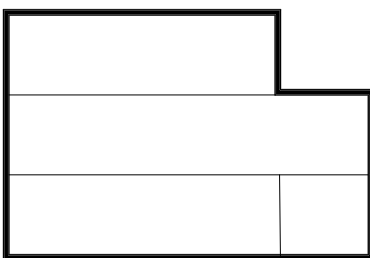
1980



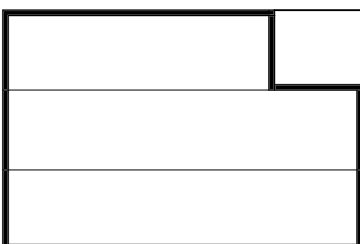
1997



2005



2016



2020

O piso térreo foi subdividido em adega, com a construção de um lagar e arrumos, e curral de animais, surgindo assim a necessidade de construção do piso superior para todas as valências de habitação familiar.

No ano de 1981, o piso 1 era já constituído por uma cozinha, sala, instalação sanitária inacabada e três quartos, que anos mais tarde foram identificados pelo quarto dos pais, quarto dos rapazes e quarto das raparigas. O desenho espacial foi simplificado ao máximo com um corredor na zona central e de forma longitudinal ladeado por duas paredes. Uma delas é estrutural. Ao longo das mesmas alinham-se três compartimentos de cada um dos lados do corredor, conforme desenho do piso 1 que se encontra na página 77.

Todo este piso foi construído com blocos de betão e não em alvenaria de tijolo, como era costume nesta época e nas habitações vizinhas. Explicitando, a precariedade da construção, este piso não possui pilar em intervenções anteriores – nas diferentes fases da construção da casa – deveriam ter contemplado o reforço de toda a estrutura, mas tal nunca foi efetuado.

Em 1981, quando a casa já era habitada há um ano, construiu-se o telhado.

Apenas dois anos depois, em 1982, após a construção dos dois pisos que constituíam a configuração inicial da casa, foi instalada a eletricidade e só em 1988 é que se instalou a canalização, permitindo ter água em casa com aproveitamento do tanque, através de uma bomba. Ou seja, quando a casa foi inicialmente habitada, a instalação sanitária não funcionava, tendo esta sido equipada apenas em 1988. Este facto foi coincidente com a emigração de um dos proprietários da casa para a Suíça, situação que permitiu dispor de capacidade financeira para as obras básicas e necessárias. Ao longo deste período foram nascendo mais filhos, o que fez com que se começasse a ponderar o aumento da casa.



Inicialmente, existia apenas um fogão a lenha e só em 1990 se decidiu construir uma lareira e respetiva chaminé. Neste mesmo ano decidiu-se igualmente cobrir a varanda que dava acesso à habitação na fachada Poente e a porta de entrada passou a ser de alumínio: a pré-existente era em madeira de baixa qualidade e danificava-se na época das chuvas. O facto, chegou mesmo a forçar a entrada e saída de casa através da janela da sala também na fachada Poente.

É só durante os anos de 1989-90 que a família deixa de ter os animais no piso térreo, passando-os para um curral então edificado nessas mesmas datas a escassos metros a Sul da habitação, no limite do terreno, junto à estrada existente, mas ainda não pavimentada. E cinco anos depois, em 1995, junto a este mesmo curral, constroem uma pequena garagem.

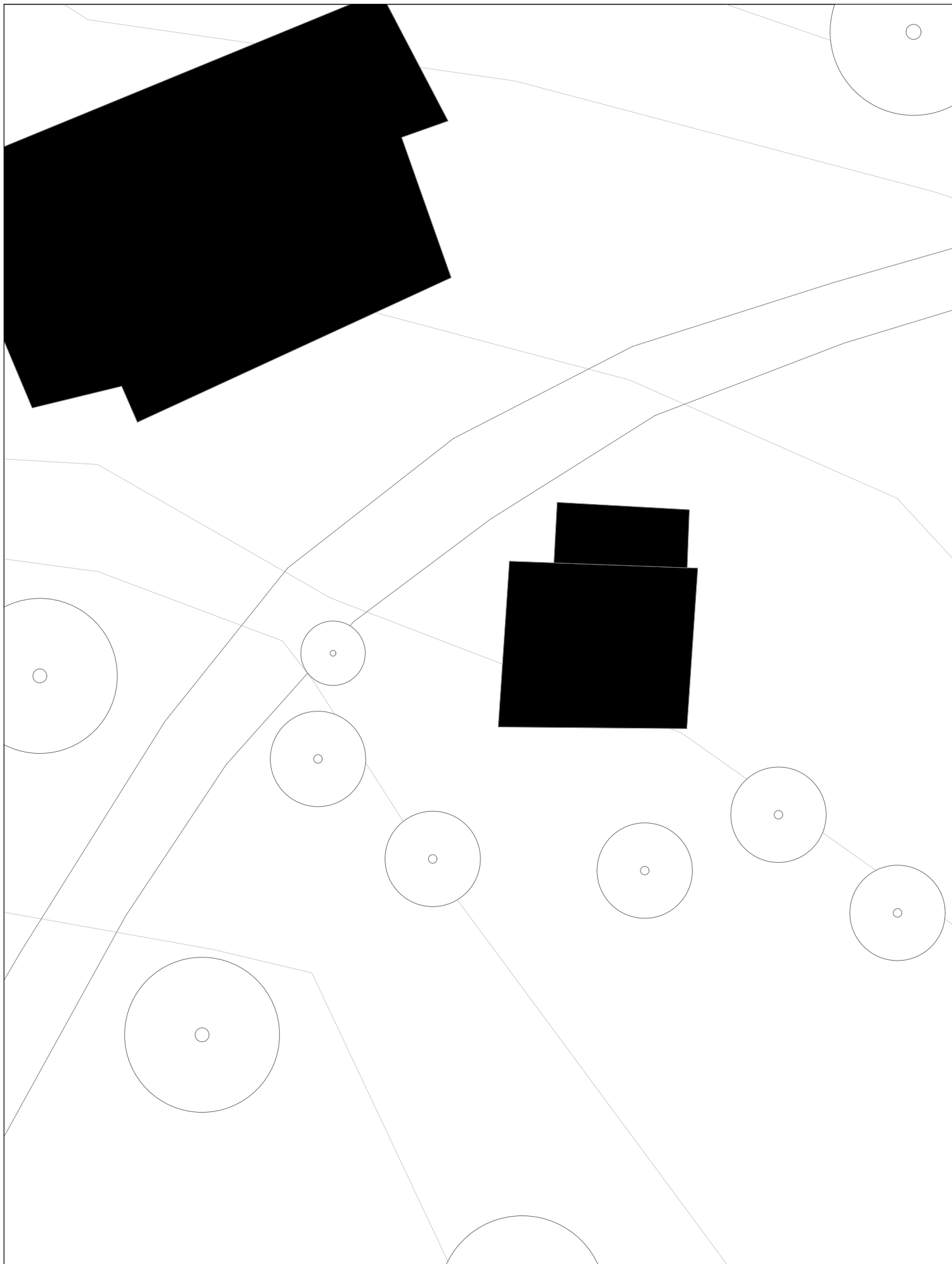
A falta de planeamento nestas sucessivas construções (num claro processo de autoconstrução), motivada, por um lado, pela indisponibilidade para suportar os honorários de um projetista credenciado e, por outro lado, pela experiência das restantes habitações deste lugar, fez com que o dono da habitação juntamente com o seu cunhado se tornassem os naturais "arquitetos" destas sucessivas 'autoconstruções'.

No ano de 1991, constroem o poço situado no lado Sul da habitação que passou a fornecer água para consumo.

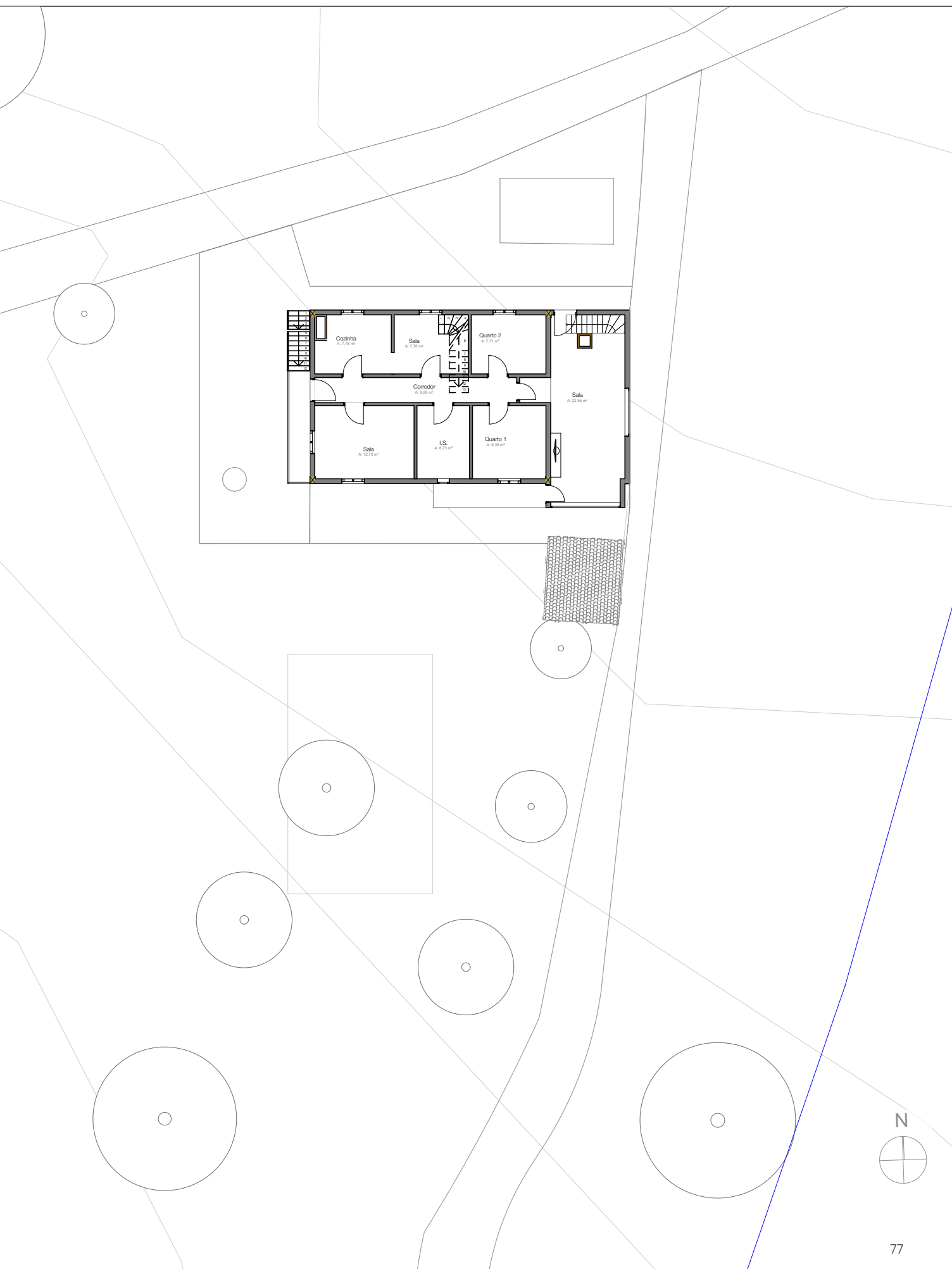
Em 1994, com a intervenção de mais um "arquiteto" da terra, foi construído o caminho situado entre o poço e a habitação e, no ano seguinte, é construído o muro que separa o terreno da casa da estrada que, nesta altura, já era pavimentada.

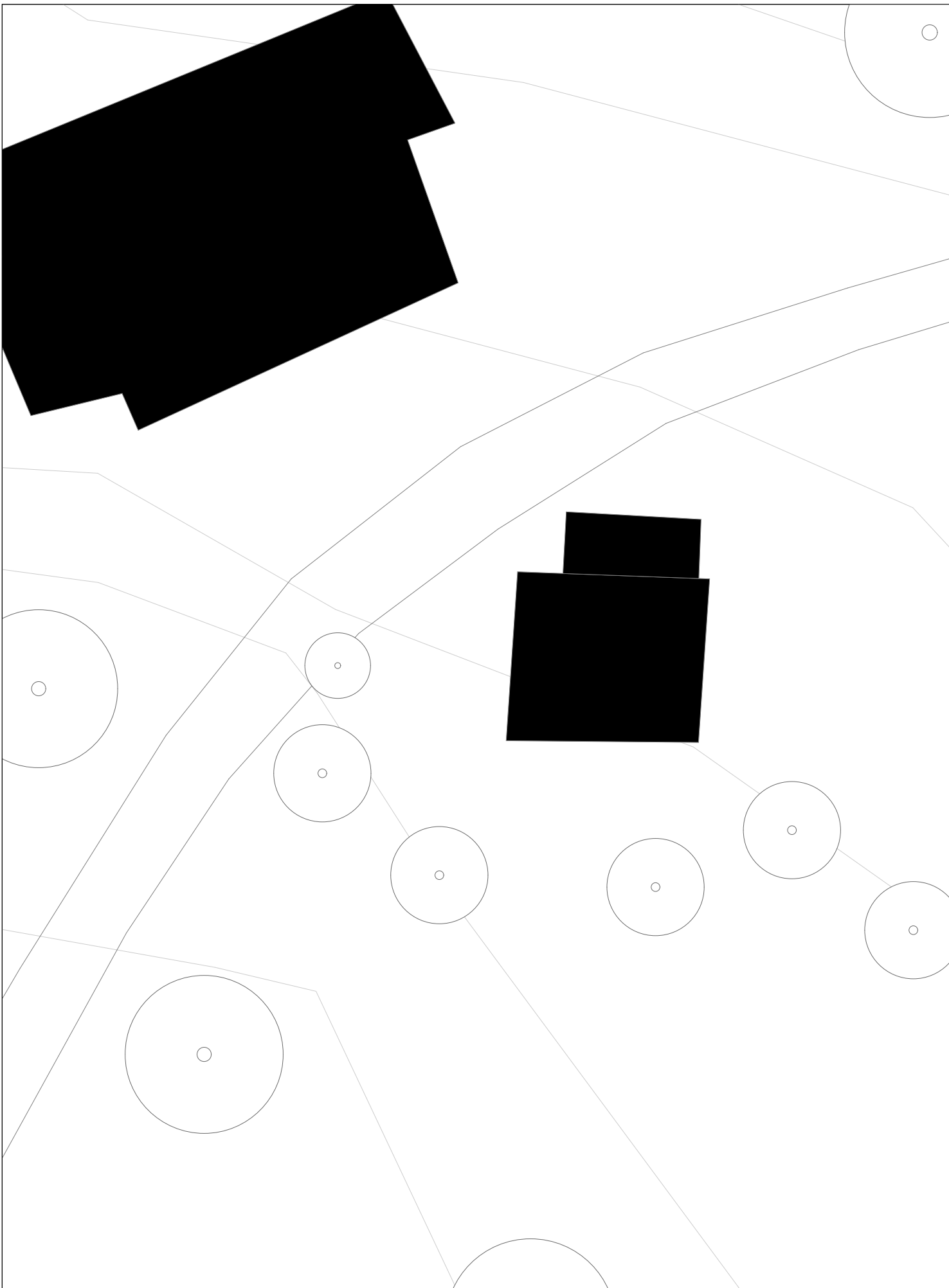
Entre os anos de 1996 e 1997, a casa cresceu verticalmente com a construção do piso 2 devido ao aumento do número do agregado familiar que, nesta altura, já contabilizava 9 pessoas (pais + 7 filhos).

De salientar que, quando foram habitar a casa, esta não tinha cobertura inclinada, apenas laje sem qualquer pendente. Aquando da construção do piso 2 é construído o segundo telhado com 2 águas. Dois anos mais tarde, a cobertura foi totalmente remodelada adquirindo a configuração que hoje se conhece.

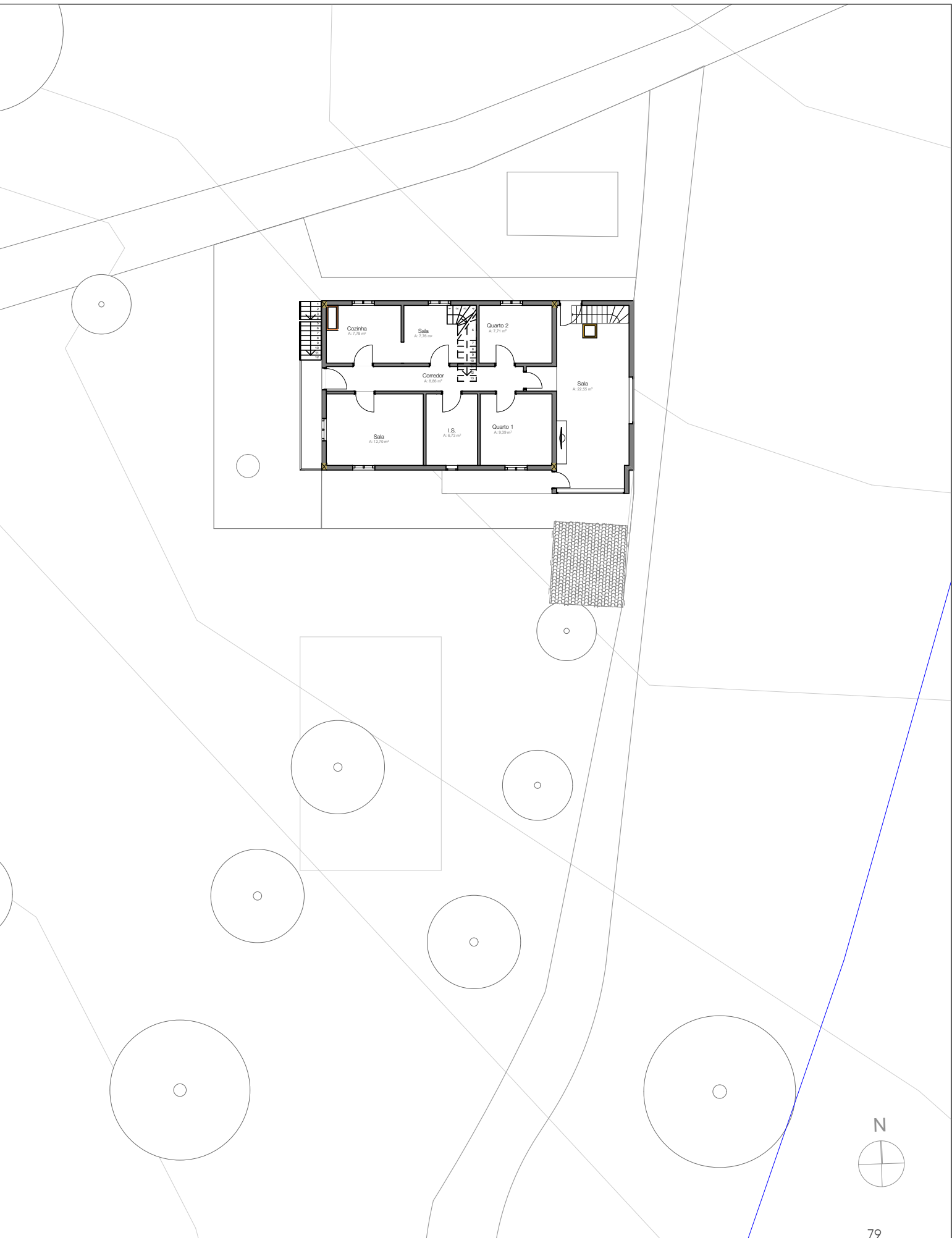


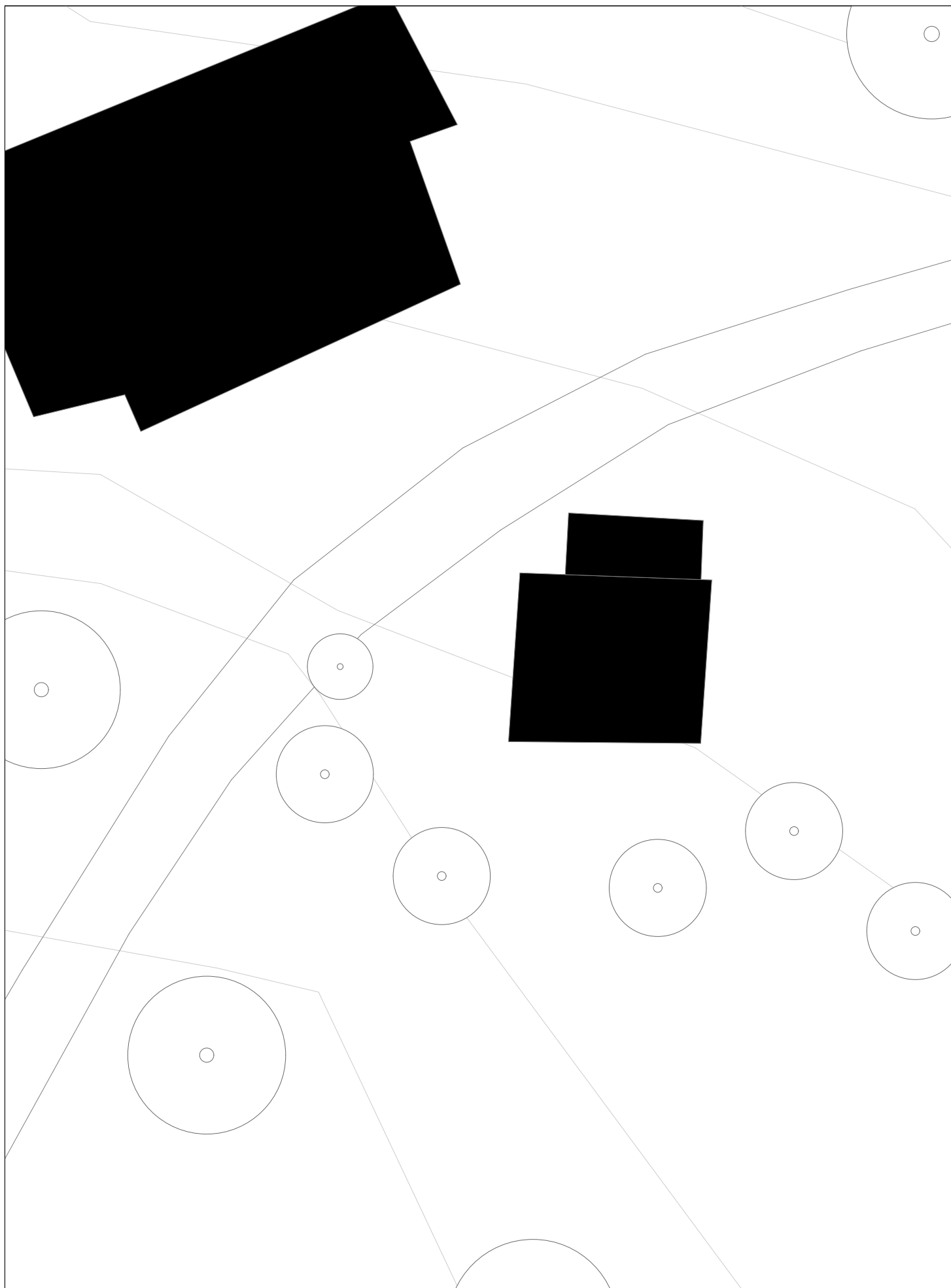
Levantamento do primeiro piso



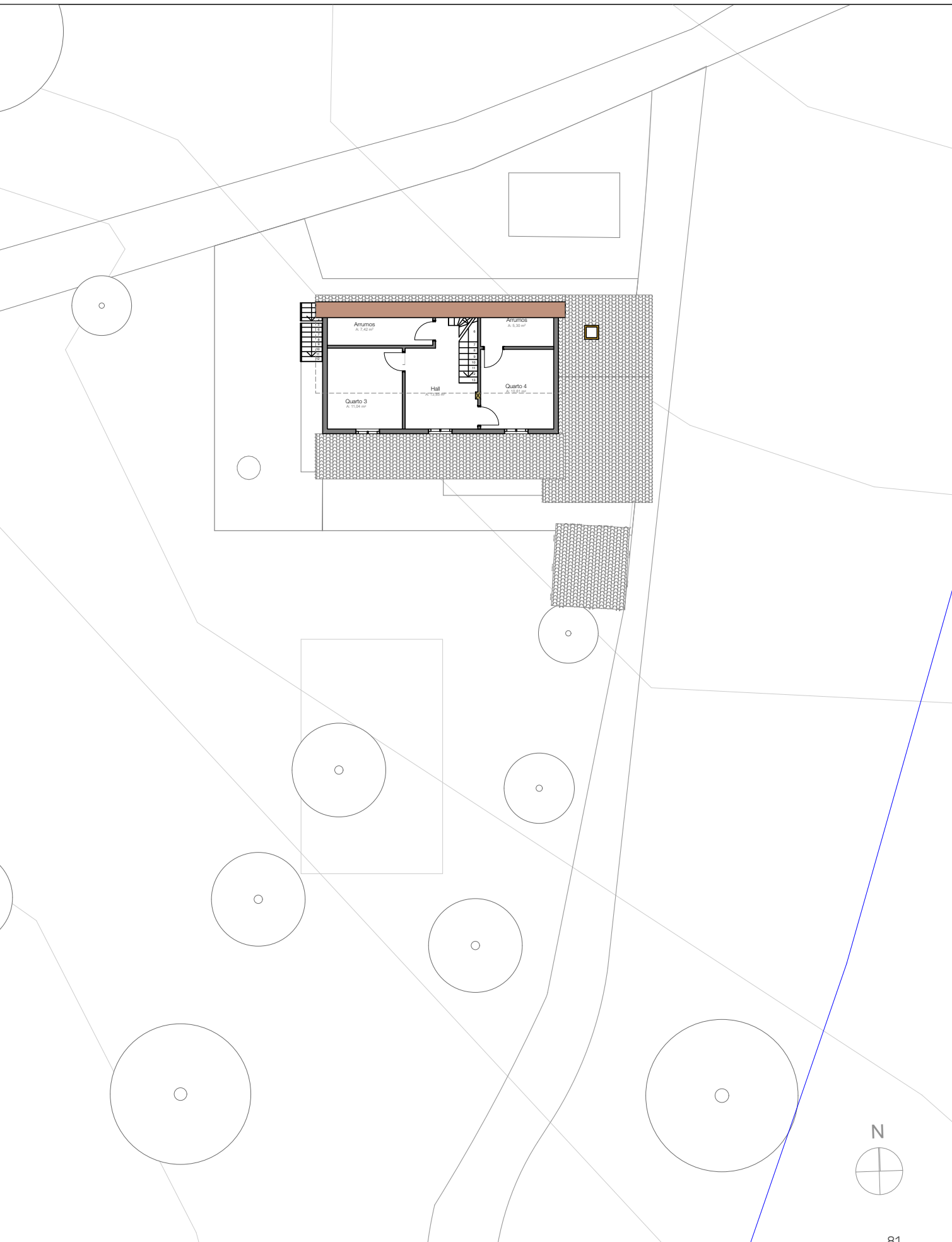


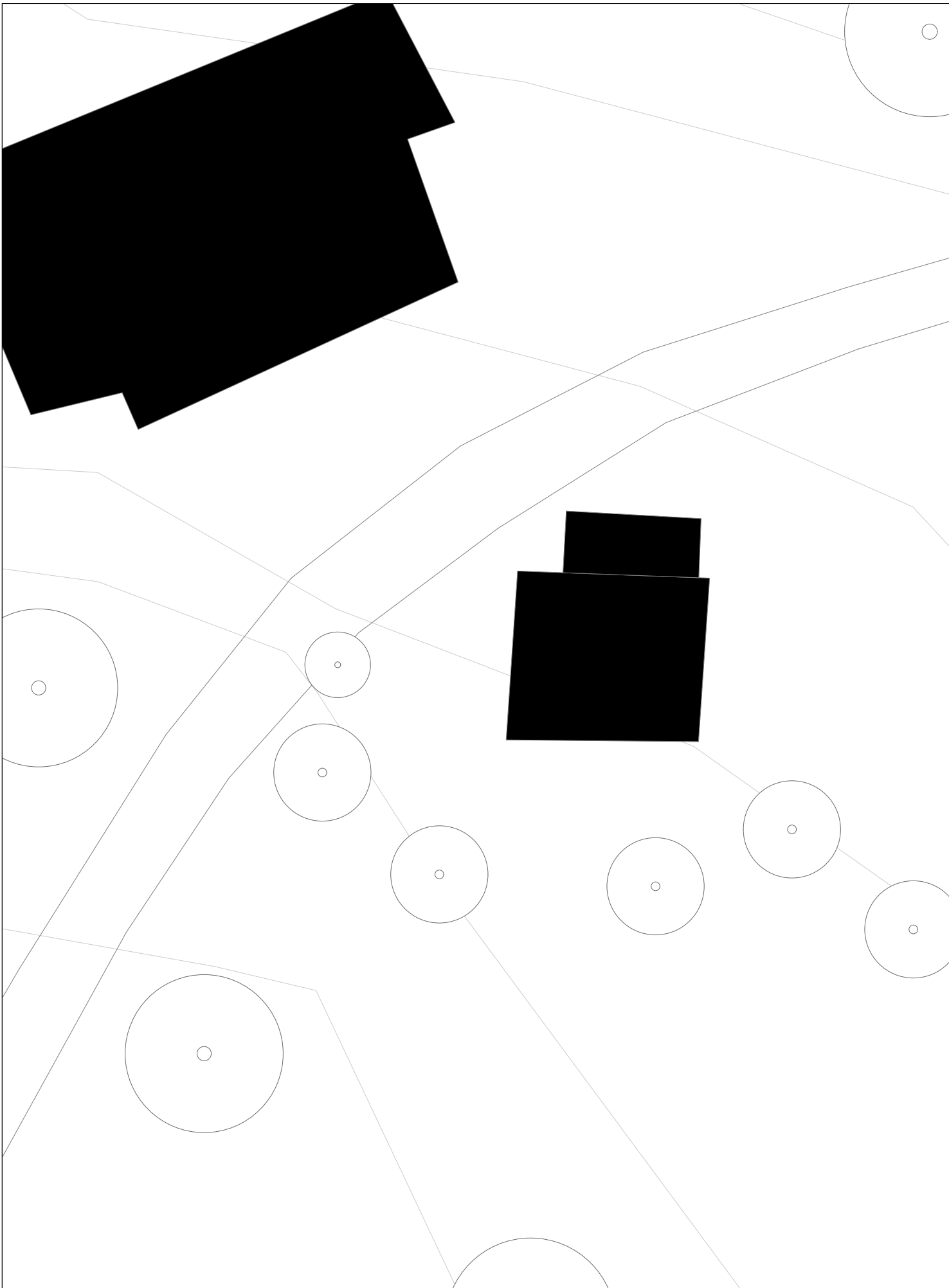
Levantamento do primeiro piso



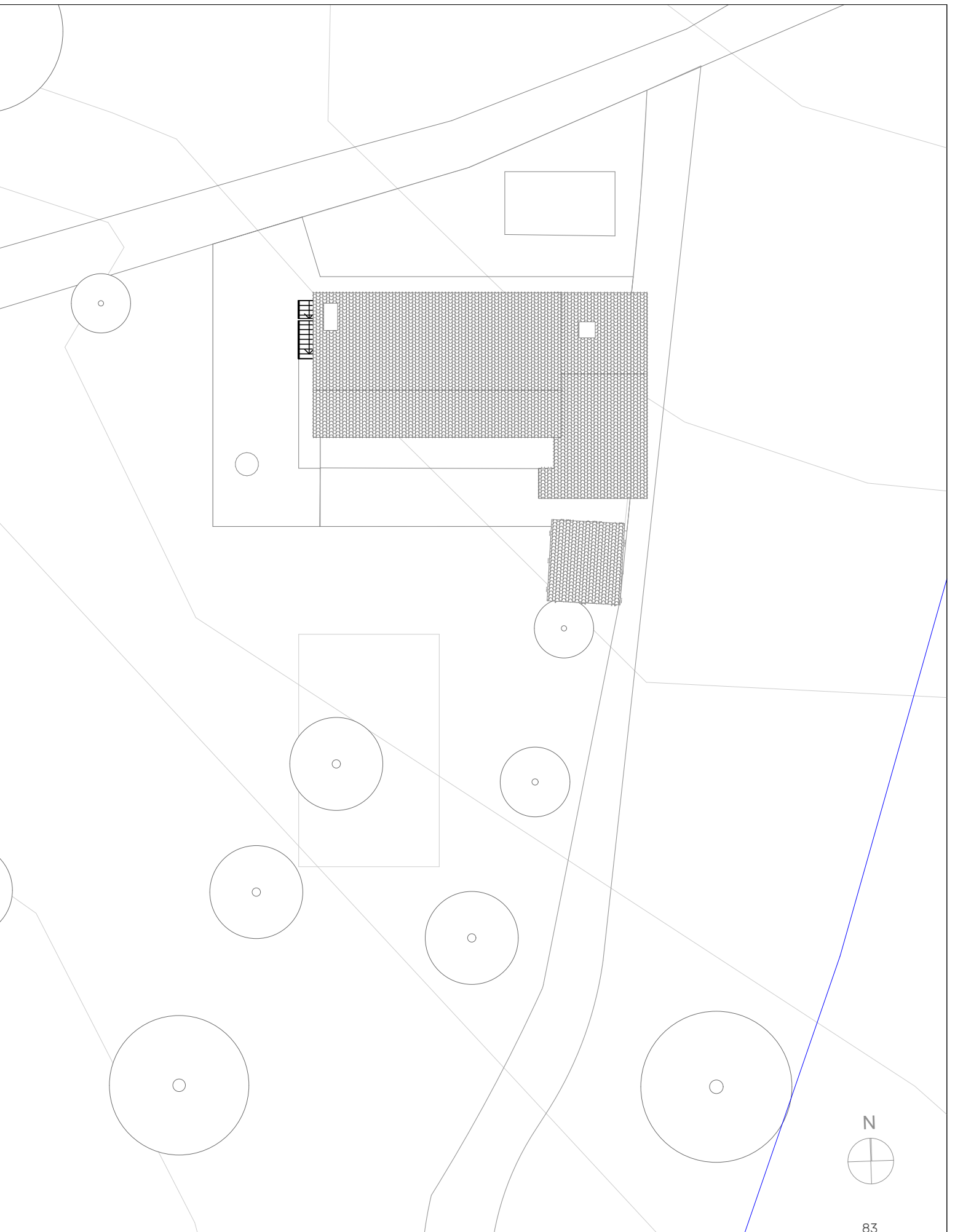


Levantamento do segundo piso





Levantamento da cobertura





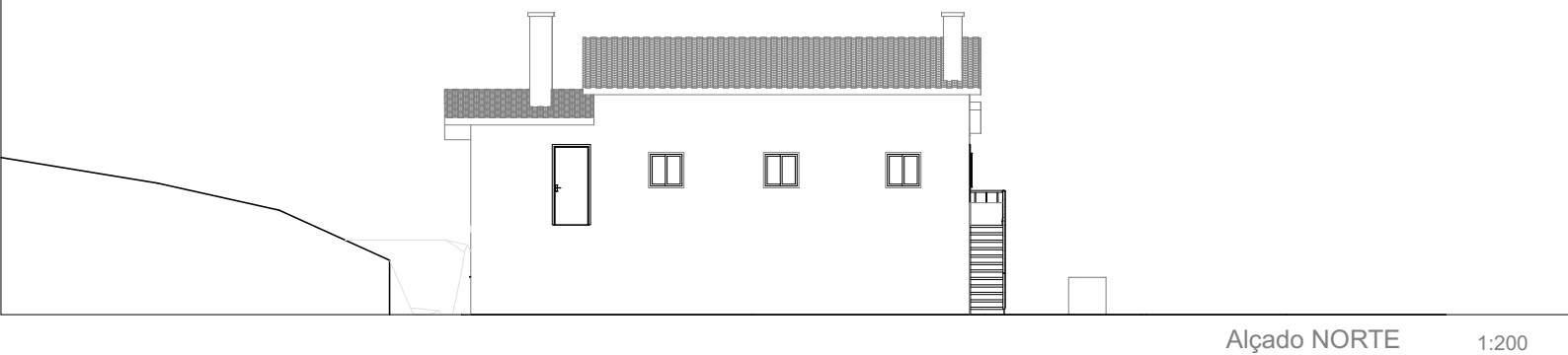
Alçado NASCENTE

1:200



Alçado POENTE

1:200



De todas estas sucessivas obras de autoconstrução, a maior dificuldade era a construção da instalação sanitária que se encontrava no piso 1, e construída apenas em 1989, pois para além dos necessários conhecimentos técnicos, eram igualmente necessárias canalizações, que se revelavam dispendiosas para o orçamento familiar disponível. Na realidade, grande percentagem da construção da habitação foi efetuada sem disponibilidade financeira para outro tipo de acabamentos, pois de outra forma não seria uma realidade à data atual (apesar da precariedade das suas soluções).

Apenas em 2001 é que começaram por ocupar o Piso 2, pois foi longo o período de conclusão dos acabamentos neste piso. Um sobrinho carpinteiro foi quem desenhou, idealizou, construiu e montou todo o mobiliário e escadaria de acesso a este piso em madeira de qualidade e por isso de preço elevado. Por isso, o chão não teve o revestimento e qualidade desejados (por falta de financiamento), sendo revestido por madeira fornecida gratuitamente, mas apenas suficiente para os quartos. Os tetos foram revestidos por madeira de baixa qualidade e as telhas fornecidas por um parente. De resto, foram vários os ajudantes nas sucessivas obras, todos provenientes das diversas aldeias vizinhas, cujos conhecimentos técnicos provinham apenas das vivências em outras construções onde tinham estado envolvidos.

Uma empresa, ou seja mão-de-obra especializada, foi quem instalou o esquentador e tratou de mudar toda a canalização de forma a garantir o correto funcionamento de toda a sua estrutura, até ali deficiente. Pode dizer-se que foi a primeira subempreitada efetuada com competência técnica.

Foi já no novo século, em 2004/6, que construíram o atual fumeiro (um anexo de pequenas dimensões), nova cozinha e instalação sanitária no piso térreo nos lados Sul e Nascente. E em 2015 é finalmente construída uma sala já com preocupações de isolamento e conforto com uma janela de grandes dimensões orientada a Sul, ao nível do piso 1. A construção deste espaço da casa permitiu a tão desejada ligação interior entre os pisos 0 e 1 através de uma escada previamente projetada e parcialmente já construída. Evitava-se desta forma a desconfortável travessia pelo

exterior, principalmente nos meses frios de inverno e outono (esta ligação era efetuada através do topo norte da casa a partir da nova cozinha no piso 0, e o topo sul de entrada na habitação a partir da escada de acesso ao piso 1).

Do ponto de vista legal, o único documento existente na Câmara Municipal refere-se à colocação de telhado entre os anos 1981-82. Até esta data, apenas existia uma cobertura plana (laje) e o financiamento desta empreitada deveu-se à já referida emigração do 'pai' para a França. Contudo, este documento, que se trata de uma simples folha azul timbrada onde se refere a legalização do telhado ao nível do piso 1, surge na sequência de uma vistoria das autoridades durante a sua construção. Era necessário concluir a obra, pois chovia dentro de casa e as autoridades obrigaram à paragem da mesma. Estas sugeriram uma visita à Junta de Freguesia local (Adoufe) onde foi emitido um documento que atestava que a habitação existia há mais de cinco anos. Assim, pagando uma multa, legalizaram esta situação através do documento atrás referido (papel azul timbrado) e puderam concluir a cobertura.

Genéricamente, a casa em estudo é uma célula habitacional, de médias dimensões e com acesso principal por uma só fachada - Sul, embora por vezes seja possível aceder-lhe pela fachada Poente através da entrada direta pela cozinha ao nível do piso térreo. É um espaço com deficiente isolamento térmico, em que o frio nos meses de inverno e calor nos meses de verão penetram sem dificuldade, fruto da inexistência de qualquer elemento de isolamento.

A sua conceção carece de boa orientação, uma vez que não foi alvo de um adequado planeamento nesse sentido. Imperou a adaptação ao terreno e às condições da exploração agrícola e pecuária, embora atualmente a atividade principal dos habitantes deste Lugar se centre em empregos localizados na cidade, sobretudo nas áreas da construção, comércio e serviços.

A construção desta habitação foi motivada por um princípio básico – o de abrigar. Com efeito, ao longo dos anos, o número crescente dos elementos da família, e também a necessidade de albergar os animais e alguns produtos e alfaías agrícolas, foi a necessidade premente de acolher.

Atualmente, os animais já foram colocados em anexos posteriormente edificados, afastados da habitação, correspondendo assim às exigências da vida dos habitantes.

Embora o terreno onde se encontra implantada a casa tenha cerca de um hectare de dimensão, a escolha do local exato para edificação da casa prendeu-se com a proximidade ao caminho principal, hoje estrada pavimentada⁵¹.

A cozinha é, sem dúvida, o coração e o centro de convívio da casa, não havendo uma organização bem definida no interior desta. A lareira pode ser definida como a peça fundamental, em torno da qual a família se reúne e se junta, muito especialmente, nas longas noites de inverno.

O conforto da casa, ainda hoje, é deficiente pois a sua estrutura em bloco de betão nas paredes exteriores e alvenaria de tijolo das paredes interiores, são apenas revestidas com simples reboco e posterior pintura sem qualquer tipo de revestimento térmico e/ou acústico. Também o telhado não possui qualquer isolamento sendo apenas constituído por vigas de betão e telha portuguesa.

O piso 0 é um espaço amplo, apenas com uma parede posicionada no meio de forma transversal com um vão de ligação entre os espaços. Recentemente foi acrescentada uma instalação sanitária num destes espaços (que se situa do lado Norte onde se localiza a atual cozinha, entretanto também acrescentada à habitação. A articulação entre pisos é atualmente efetuada totalmente pelo interior da habitação, com exceção da adega que é efetuada pelo exterior.⁵²

As relações interior/exterior são fundamentalmente efetuadas pelos seus vãos ao longo de todas as quatro fachadas com maior incidência e uso pelas fachadas Sul e Poente onde se encontram as portas de acesso à casa. No caso da fachada Poente o acesso ao interior da habitação é efetuado ao nível do piso 1 tendo uma escada de acesso pelo exterior e esta fachada encontra-se em confronto com a zona de estacionamento

⁵¹Apenas nos finais dos anos 90 todo o caminho foi pavimentado. Antes, este era constituído por terra batida conduzindo até à última aldeia - Testeira, a Norte de Rebordinho

⁵²com a recente construção da sala por cima da cozinha do piso térreo, efetuou-se a ligação vertical entre estas duas divisões permitindo assim o acesso vertical pelo interior que até então era feito pelo exterior da casa tendo que se deslocar cerca de 30 metros.

e acesso pedonal direto à estrada. Na fachada Sul o acesso à casa é feito ao nível do piso térreo com entrada direta na cozinha e esta confronta-se com o espaço de jardim e um caminho em terra batida de acesso aos campos de cultivo. A fachada Norte com 6 janelas (3 no piso 1 e 3 no piso 2) confronta-se com a estrada e um pequeno jardim com um antigo tanque e a fachada Nascente com apenas 2 janelas (1 no piso 0 e outra no piso 1) está em confronto direto com o caminho em terra batida de acesso aos campos de cultivo proveniente da estrada pavimentada.

Arquitetonicamente, esta casa define-se como uma vulgar casa de habitação de 3 pisos fruto das necessidades ao longo do seu tempo útil de vida desta família, sem qualquer interesse arquitetónico referente, apenas um interesse afetivo para os seus donos e habitantes. Volumetricamente caracteriza-se por acrescentos, ou seja, a sua volumetria foi sendo alterada ao longo dos anos de acordo com as necessidades da família sem qualquer preocupação estética. No entanto, a sua forma volumétrica dominante é caracterizada por 3 pisos implantados por dois lados com cerca de 14 metros de comprimento (Norte-Sul) e dois lados com cerca de 8 metros (Nascente-Poente) culminando com dois telhados de apenas duas águas em cotas diferentes, ou seja, do lado Poente e de maiores dimensões e mais elevado correspondendo à casa mais antiga e do lado Nascente de menores dimensões e a uma cota menor correspondendo à zona da casa mais recente (cozinha e sala novas).

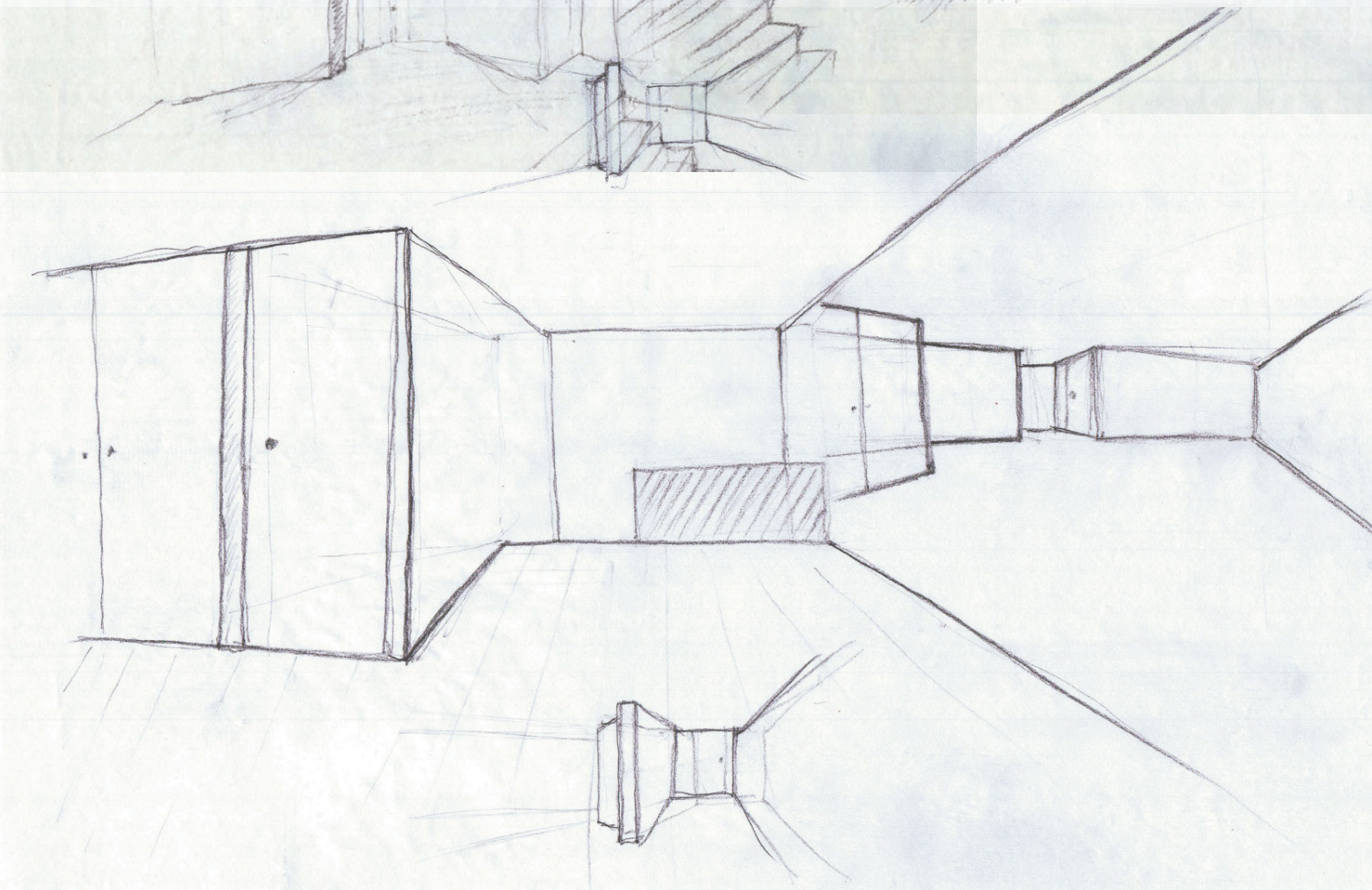
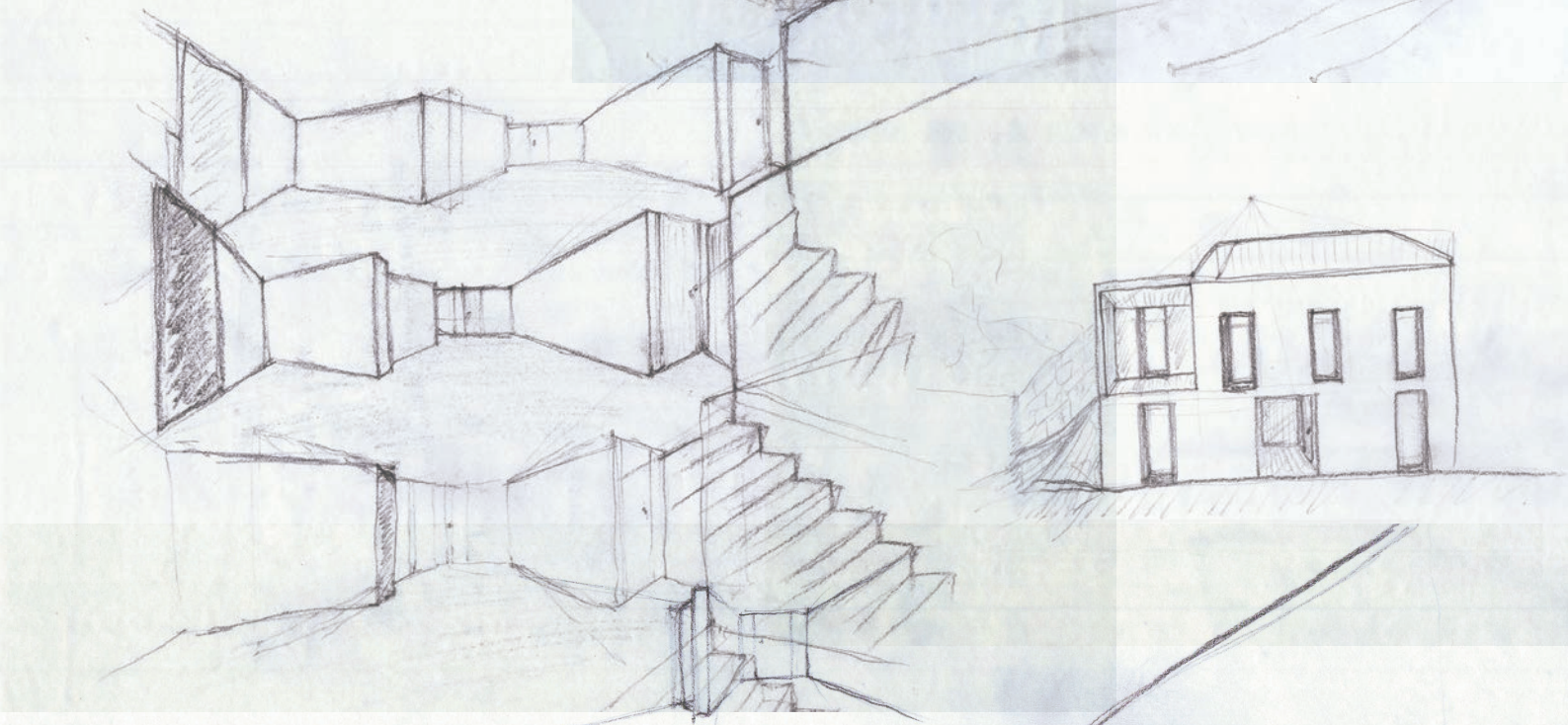
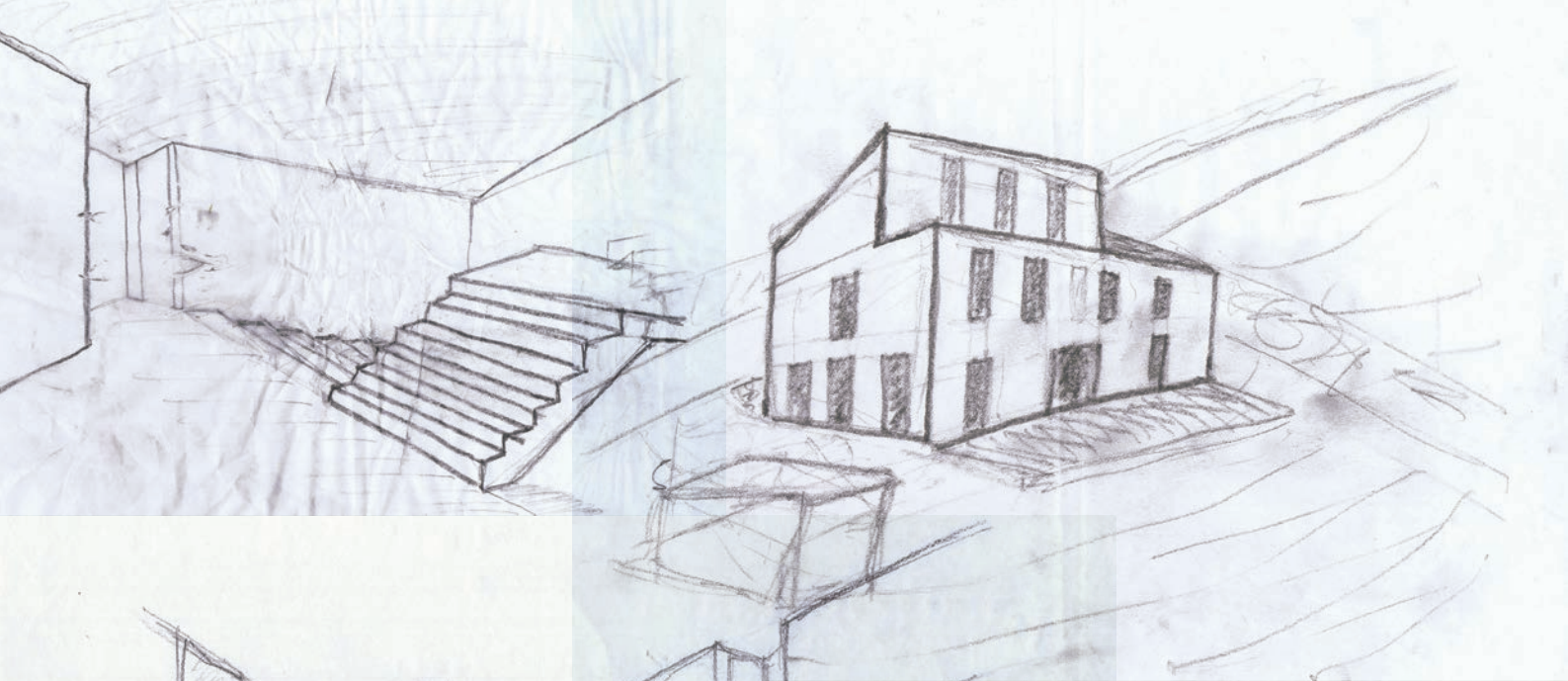
Em suma, este tema da relação da casa e dos seus espaços está intimamente relacionado com as vivências e necessidades dos seus habitantes, considerando que foi graças a essas necessidades, à distribuição dos espaços ao longo da habitação e ao seu interesse do ponto de vista arquitetónico e volumétrico, que permitiu neste ponto fazer uma análise do existente para nas próximas páginas procurarmos formular e refletir sobre hipóteses e estratégias de intervenção. Contudo, antes mesmo dessa reflexão importa conhecer e perceber a história da família, as suas reais necessidades e a partir daí entendermos de que forma todos estes 'acrescentos' foram entretanto inseridos ao longo dos anos.



PARTE IV

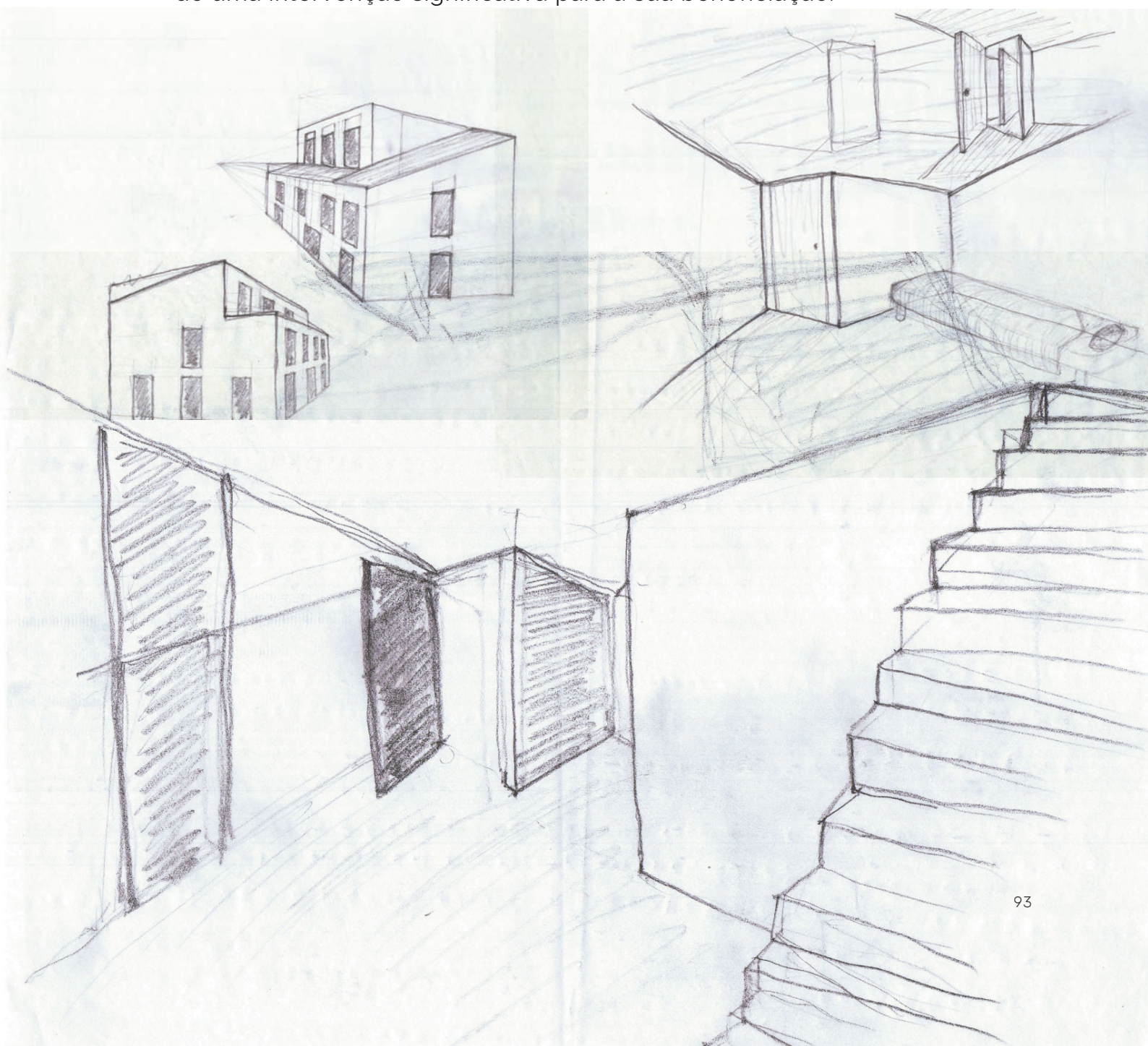
EXERCÍCIO/ENSAIO





PROPOSTA ARQUITETÓNICA

A caracterização/descrição do processo de construção da casa, se é demonstrativo dos méritos e da capacidade de ação de uma família para a construção da sua habitação (num processo comum a muitas famílias portuguesas) expõe também a precariedade de todo esse sonho: a casa é o resultado das fragilidades que lhe deram forma. Uma análise cuidada durante a inspeção 'in loco' do edifício demonstrou a existência de graves danos e degradações em toda a envolvente exterior e ainda no interior da construção, o que traduz a necessidade de uma intervenção significativa para a sua beneficiação.









ANÁLISE DO EXISTENTE

Relativamente às anomalias estruturais, foram identificadas as seguintes:

- diversas fendas nas quatro frentes da casa
- fissuras

Estes sintomas podem ser devidos ao movimento relativo dos elementos de fundação da estrutura, à variação do nível freático (deduzível pela passagem naquela zona de um pequeno ribeiro) ou ao aumento de carga em virtude do aumento do número de pisos, com a construção do piso 2.

Relativamente aos danos e degradações não estruturais, temos a considerar os seguintes:

- A humidade do terreno nas paredes ao nível do piso térreo e no pavimento de forma ascendente pode ter origem na água do lençol freático do terreno de fundação ou na água de escoamento ali contida.
- A humidade proveniente da precipitação em paredes, pavimentos da sala e quartos – esta anomalia deve-se em grande medida às infiltrações das águas pluviais através das paredes devido às deficientes e insuficientes argamassas de assentamento das paredes exteriores, à existência de fissuras nas paredes, à infiltração direta das águas da chuva pela cobertura e à ausência de impermeabilização.
- A humidade de condensação manifesta-se nas manchas existentes nas paredes interiores de todos os pisos. No piso térreo é difícil distinguir a humidade de condensação da humidade por capilaridade proveniente do terreno. Esta anomalia deve-se em parte à insuficiente ventilação e isolamento térmico de todo o perímetro da casa, excetuando a sala mais recente que já possui isolamento térmico.
- Corrosão dos elementos de ferro, nos prumos do corrimão da escada e guarda da varanda.



- Vegetação parasitária nas fachadas Norte e Sul. Esta vegetação alimenta-se das matérias orgânicas das paredes onde se fixa, podendo provocar a sua degradação mecânica e química.
- Manchas no revestimento das paredes exteriores. Em vários pontos da cobertura deste edifício a degradada calceira existente não evita eficazmente a aderência das águas das chuvas à superfície das paredes, favorecendo deste modo a formação de caminhos preferenciais de escoamento da água na parede exterior.
- Destacamento do reboco nas paredes interiores.





ASPETOS CONCEPTUAIS INERENTES À INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO

A proposta de projeto desenvolvida configura um exercício arquitetónico para a habitação com base nas necessidades familiares atuais, com preocupações de eficiência/racionalidade energética e com uma qualificação arquitetónica através de processos construtivos adequados.

Assim, pretender-se-á requalificar a casa de modo a reduzir o impacto ambiental/paisagístico através da sua qualificação arquitetónica, reduzindo os impactos económicos pela racionalidade energética, aumentando assim a autoestima dos seus habitantes, cumprindo-se deste modo também um importante papel social e reduzindo o estigma social e cultural. De facto, estes dois âmbitos, arquitetónico e de conforto (ambiental e energético) contribuem para a elevação da estima pela casa. Mas também pretende refletir uma possibilidade requalificação ambiental e territorial e, nessa medida, poderá também contribuir para a elevação da autoestima coletiva da comunidade local.

Mencionam-se agora alguns conceitos operacionais, subjacentes às intervenções de uma reabilitação arquitetónica que serviram de base às ações propostas para o nosso objeto de estudo.

Seguindo o entendimento de Eunice Salavessa (SALAVESSA, 1997) a reabilitação compreende várias ações com o objetivo de recuperar ou beneficiar um edificado tornando apto para o seu normal uso bem como resolver as anomalias decorrentes do seu uso acumulado ao longo dos anos atualizando os seus espaços, os seus equipamentos e melhorando as suas funcionalidades.⁵³

Perante os diversos levantamentos, análises e diagnósticos, propõe-se primeiramente a criação de melhores condições de habitabilidade através de uma redistribuição das áreas funcionais da casa adaptadas

⁵³Salavessa, Eunice - Restauro e reabilitação da Casa do Arnal. Vila Real: ICN-PN do Alvão, 1997. ISBN 972-8402-17-1 p.47



às exigências da vida atual. Assim, propõe-se o redimensionamento da área útil da habitação através da reorganização dos diversos espaços e do redesenho dos vãos existentes e de novos vãos pontuais.

Deste modo, os espaços serão distribuídos da seguinte forma:

A. Piso térreo

Este passa a ser o novo, e por excelência, piso de entrada na casa, através da fachada norte com entrada num hall onde surge a escada de acesso ao piso superior.

É também neste piso que se desenvolve a grande sala, com cozinha, ambas voltadas a sul. A comunicação com o exterior faz-se através de três vãos em que dois se encontrarão do lado da sala e outro na zona de cozinha.

Ainda neste piso encontra-se uma pequena zona de arrumos e uma instalação sanitária de serviço e ainda um acesso direto ao exterior, a Poente, onde se encontrará a zona de lavandaria.

B. Piso 1

O acesso faz-se por meio de uma escada, com entrada de luz proveniente de um vão com a mesma largura que se estende verticalmente ao longo da fachada Poente dos pisos 0 e 1. Inicia-se com um hall que distribui para as escadas de acesso ao último piso e um pequeno e curto espaço de acesso aos três quartos aqui situados.

Todos os quartos possuem vãos de janela virados a Sul. No entanto, o quarto mais a norte possui três frentes (Sul, Norte e Nascente).

Dos quatro vãos situados a Sul, dois mantêm-se e os restantes são redesenhados tendo em conta as necessidades da casa. Também os vãos a Norte são mantidos com apenas algum redesenho dos mesmos face ao desenho dos vãos de fachada, acrescentando uma nova janela mais a nascente. As janelas a poente servem para a valorização espacial do espaço do hall e das escadas que conduzem ao último piso da casa.



C. Piso 2

Situam-se aqui mais dois quartos igualmente servidos por uma instalação sanitária.

Respeitando as áreas já existentes, e apenas com o redesenho da cobertura, é novamente um hall que faz a distribuição aos quartos. Estes encontram-se voltados a Sul, mantendo a sua localização original.

Do lado Norte, onde se encontram as escadas, hall de distribuição e instalação sanitária, optou-se pela abertura de vãos ao nível da cobertura, favorecendo os espaços interiores.

D. Relação interior/exterior:

Optou-se pela demolição dos anexos existentes: curral, pequena garagem e fumeiro, favorecendo assim os dois novos espaços que valorizam ainda mais a inserção da casa na paisagem local.

Surge, pois, um novo curral que se mantém adequadamente afastado da casa mais de 15 metros.

O outro anexo surge mais próximo da casa e pode acolher as alfaías agrícolas, arrumos para os produtos das diferentes atividades profissionais dos habitantes ou mesmo como garagem para automóveis.

De resto, a entrada no perímetro do terreno que alberga todas estas valências é efetuada através da estrada pelo lado Poente num pavimento semi-permeável, abrindo-se numa zona de estacionamento (para as diferentes viaturas dos filhos que semanalmente visitam os pais).



Para resolver as anomalias (danos e degradações) da construção, é proposto o seguinte:

- a. No caso de se confirmar que efetivamente existe assentamento das fundações, terá de se eliminar a sua origem – se estas não forem passíveis de remoção, ter-se-á que proceder a trabalhos de recalçamento das fundações ou mesmo alteração do tipo de fundação.
- b. Se após a verificação do terreno se concluir que é adequado o abaixamento do nível freático, deverão ser abertas valas drenantes por forma a assegurar uma possibilidade de escoamento. Será necessária a instalação de um sistema de drenagem das águas pluviais.
- c. Garantir a robustez das paredes executando novos pilares e/ou reforçando os existentes. Posteriormente aplicar um sistema ETICS, que eventualmente poderá vir a ser complementado por um revestimento de aglomerado de cortiça.
- d. Para a cobertura, a proposta passa pelo apeamento da armação apodrecida, executando uma cinta de betão envolvendo as paredes antes do assentamento da cobertura reconstruída. Esta reconstrução da estrutura de armação deverá ser efetuada com recurso a madeira de castanho tratada e ignifugada. Esta armação será revestida com um guarda-pó em madeira de castanho, igualmente tratada e ignifugada.
- e. Para eliminar as deficiências de estanquidade das paredes exteriores, será aplicado o sistema ETICS pelo exterior (capoto).
- f. O isolamento e impermeabilização da cobertura será executado sobre a superfície do guarda-pó, colocando, no sentido da vertente, uma armação de barrotes. No intervalo entre estes, serão colocadas placas de poliestireno extrudido que garantirá a sua estanquidade e isolamento. Sobre este é colocada uma tela asfáltica sobre a qual assentam ripas de madeira que recebem as telhas, permitindo assim um espaço de ventilação.



- g. Todas as janelas e portas existentes serão removidas e substituídas por outras de batentes em material de alumínio anodizado.
- h. Utilização de fungicidas, bactericidas e herbicidas para eliminar vegetação parasita das paredes exteriores ao nível do piso térreo.
- i. Construção de cornijas ou caleiras internas de acordo com o novo desenho da cobertura da casa.
- j. Extração do revestimento das paredes interiores e aplicação do reboco tradicional, após lavagem das mesmas, e aplicar argamassa nas diversas fendas e frestas existentes, terminando com acabamento em pintura na cor desejada.

Isto não pretende ser uma Memória Descritiva e por isso interessa aqui, antes de partirmos para as conclusões/considerações finais, tirar conclusões da reflexão deste trabalho que incide sobre um problema específico, mas que poderá ser comum em muitas habitações portuguesas. Assim, o projeto fala por si, mas não substitui alguma explicitação de princípios, que vão para além do processo descritivo do que se fez - da solução proposta. Mais do que dizer o que se fez interessa dizer porque o fizemos (ou propomos fazer enquanto solução arquitetónica) ou para que se fez, ou ainda, o modo como se fez melhora o que já existe?.

Fazendo desta forma uma leitura cruzada, ou relacionada com a solução proposta, entre o existente e o projeto, podemos aferir desde logo que propomos uma solução exequível para este caso específico. Mas será esta solução replicável para os diversos problemas comuns que encontramos ao longo do território?

Para responder da melhor forma interessa saber primeiro quais as dificuldades surgidas - uma delas tem a ver com a disponibilidade financeira para se fazer e por isso esta reflexão procurou encontrar soluções financeiramente eficazes. No entanto, e tratando-se de um trabalho académico, aqui entroncamos numa outra dificuldade - de que forma o mercado poderá dar-nos uma resposta, e em tempo útil. Pois, tal não foi possível aquando da conclusão deste trabalho.



Mas uma outra dificuldade é o interesse dos intervenientes, ou seja, o aluno (com o devido auxílio de orientador e co-orientador) refletiram e apresentam no final uma proposta, mas será que vai ao encontro das necessidades dos habitantes da casa, o nosso caso de estudo? Este foi um processo acompanhado pelos habitantes, mas face à dificuldade de tomada de decisões, de recolha de elevadas opiniões, em determinado momento, e tratando-se apenas de um projeto académico, optámos por não mantermos esse acompanhamento, pelo menos de forma tão próxima. Em certa medida essa parece ter sido uma boa opção para a evolução do projeto, no entanto, corremos agora o risco da proposta apresentada não ser aceite pelos seus donos, legitimamente.

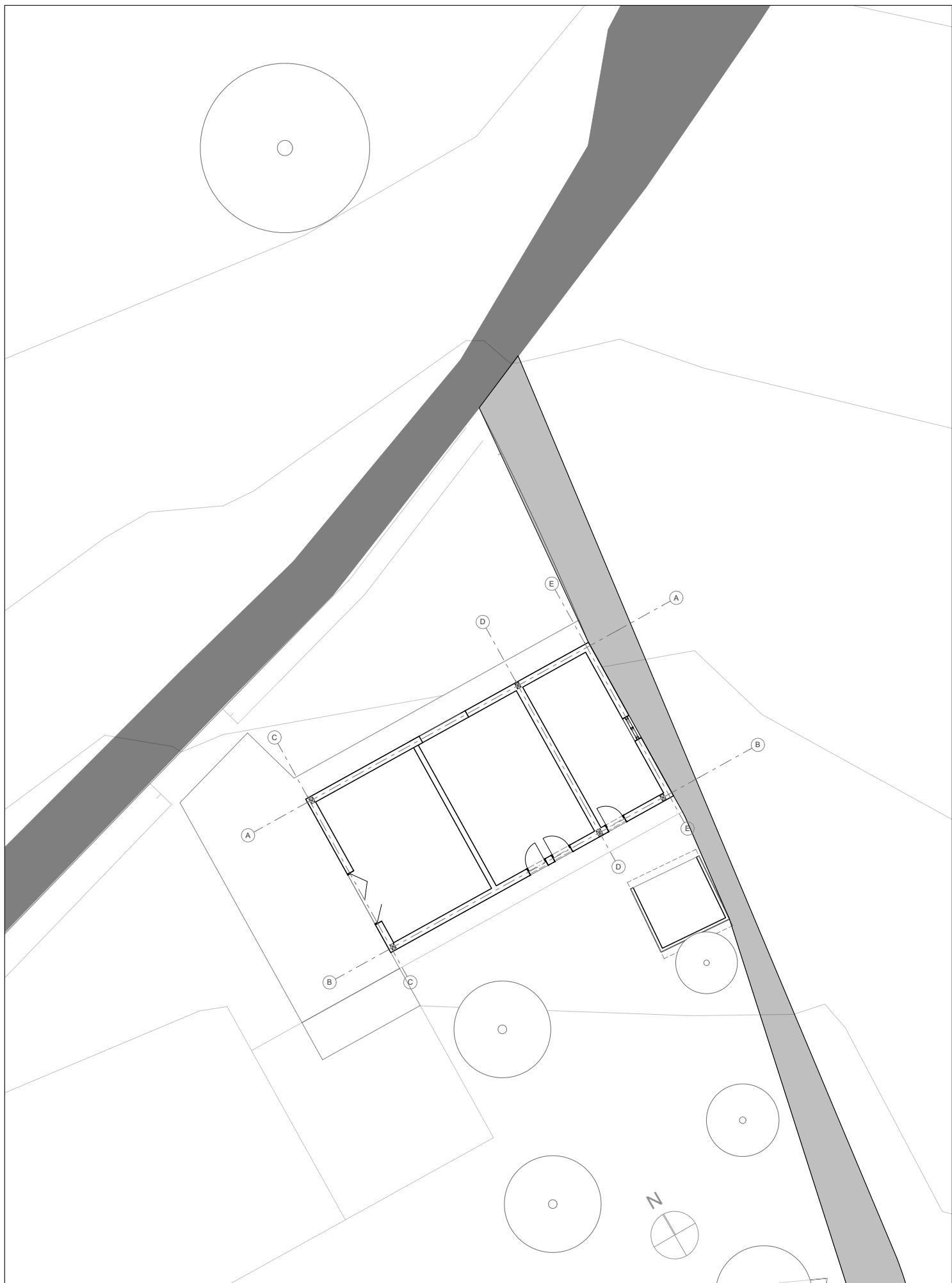
Finalmente, podemos aferir da solução volumetrica. Será exequível? Será adequada ao território? Será financeiramente possível?

O registo fotográfico apresentado entre a página 100 e 109 refere-se a uma reabilitação, sem arquiteto, de um local de forja dos minérios provenientes das serras que envolvem esta região, situado em Casal de Gontães, Vila Real totalmente reconstruído, alterado e reabilitado para se tornar num atual Alojamento Local.

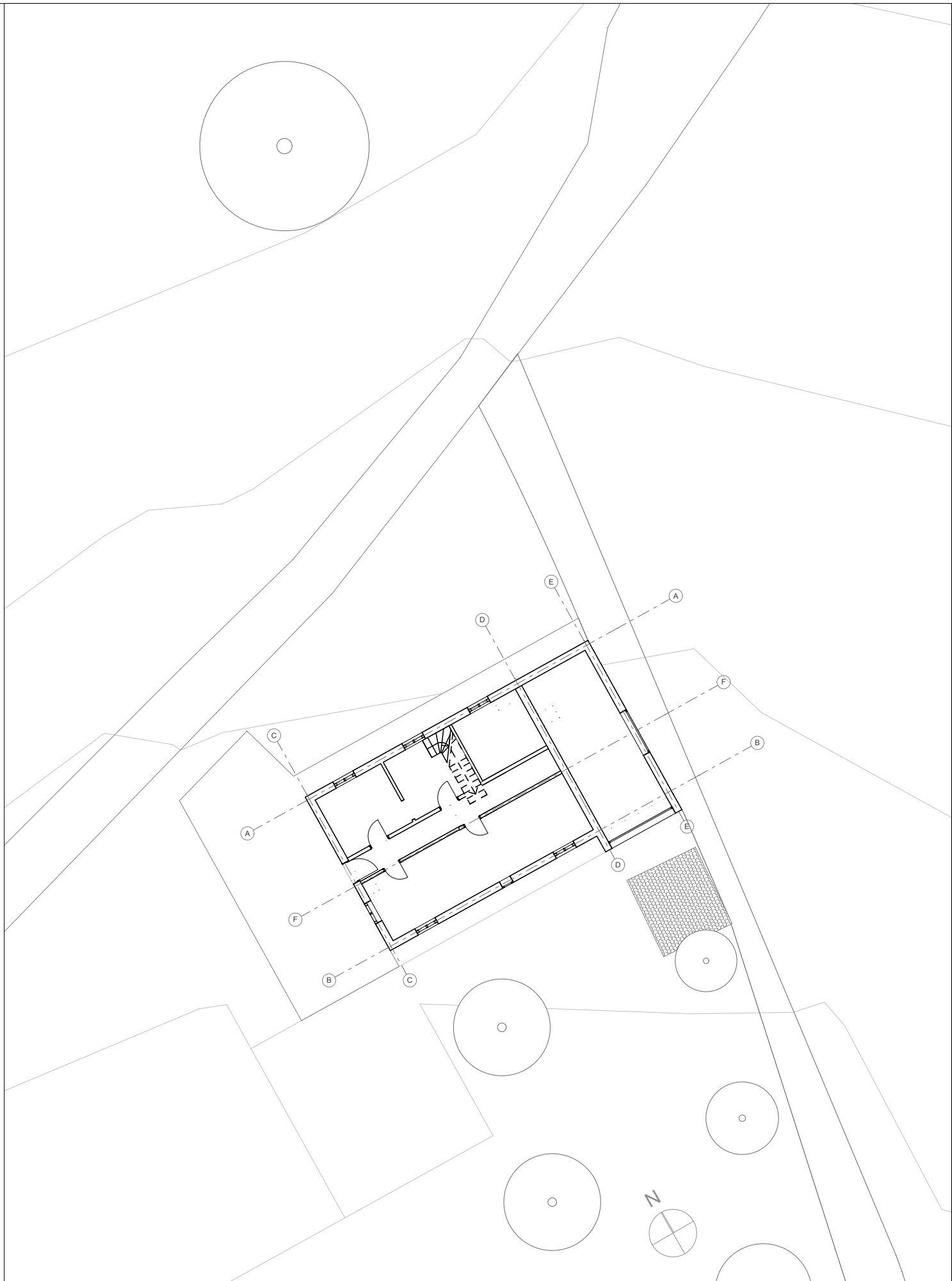


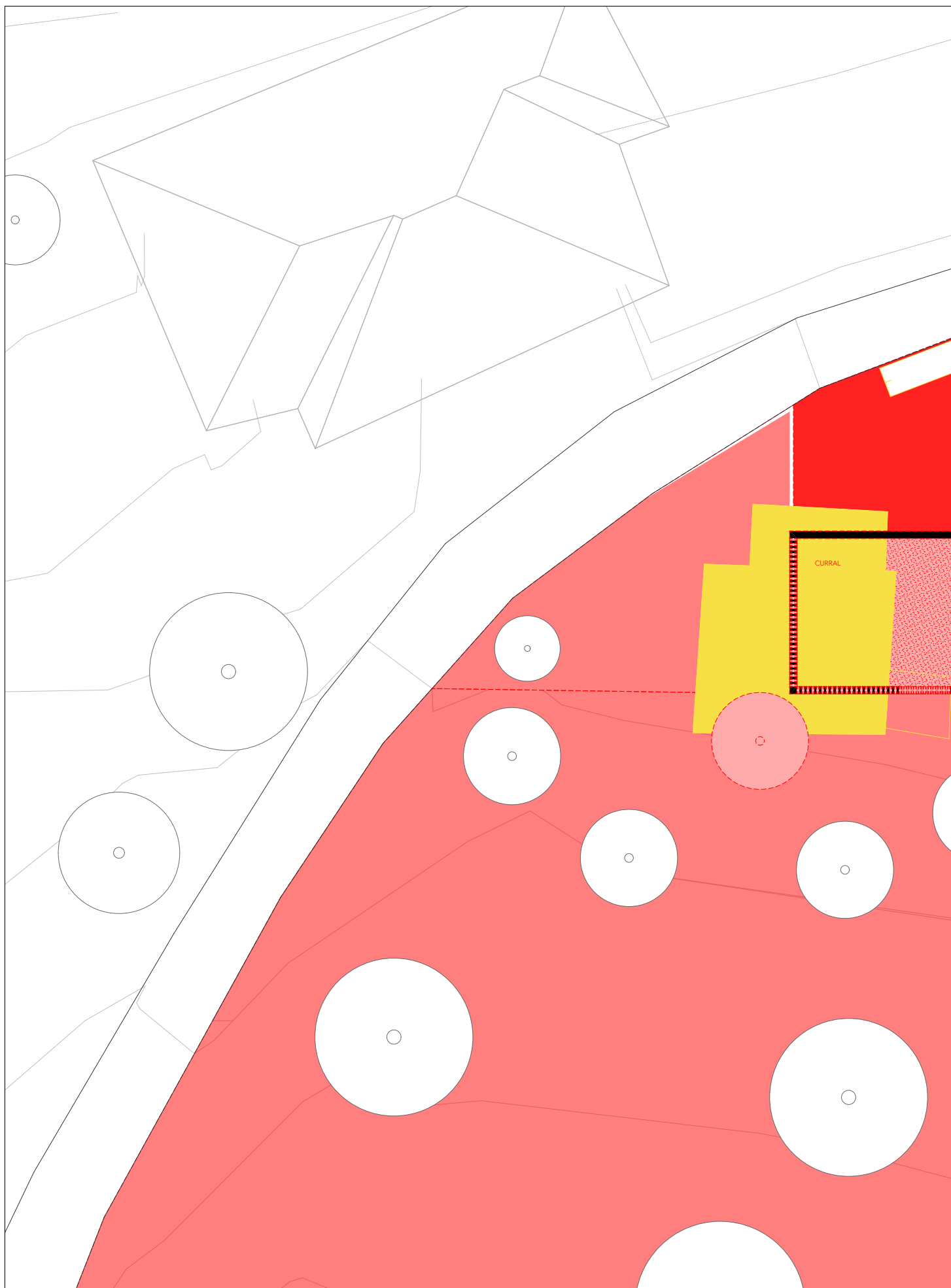


Planta com a proposta de intervenção

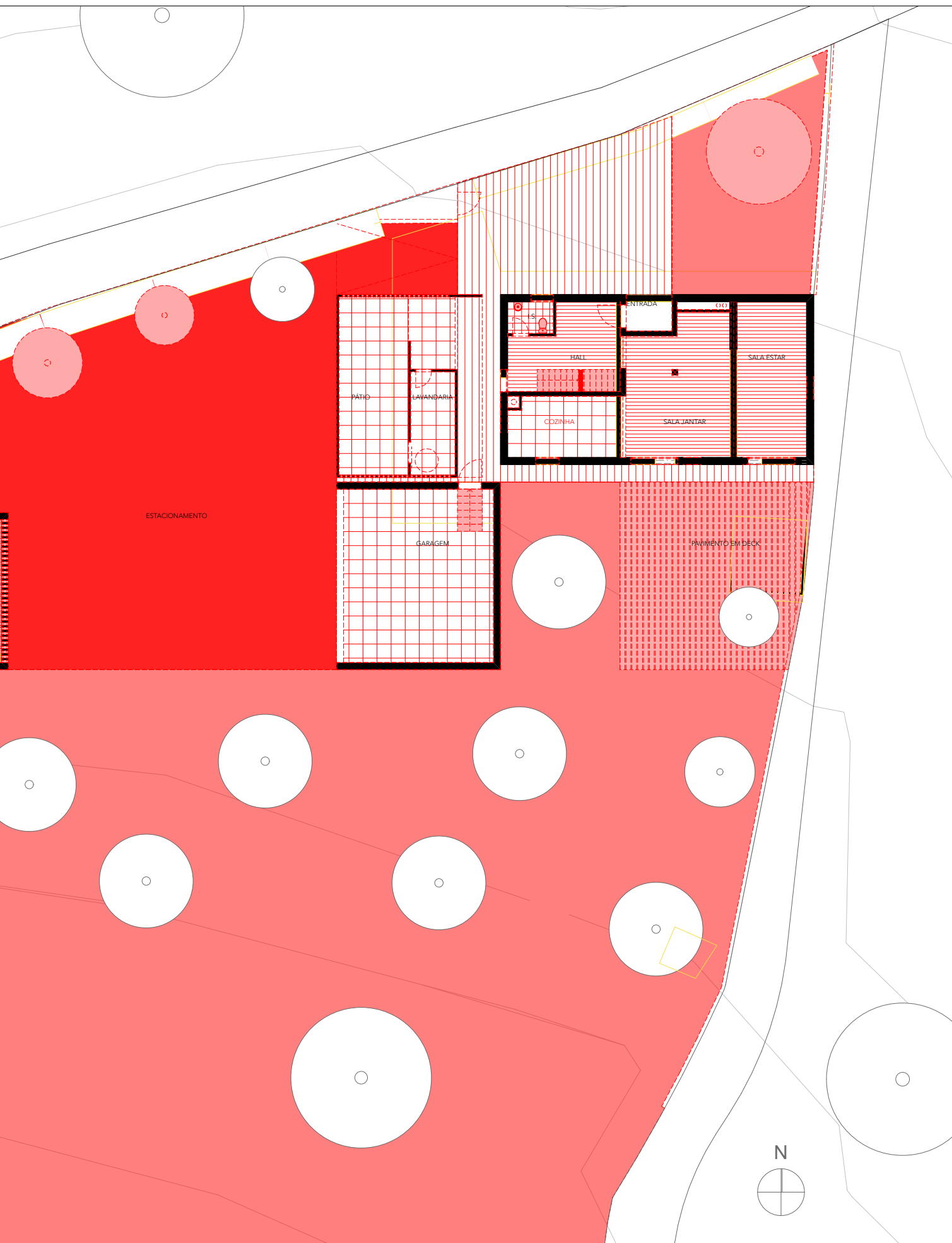


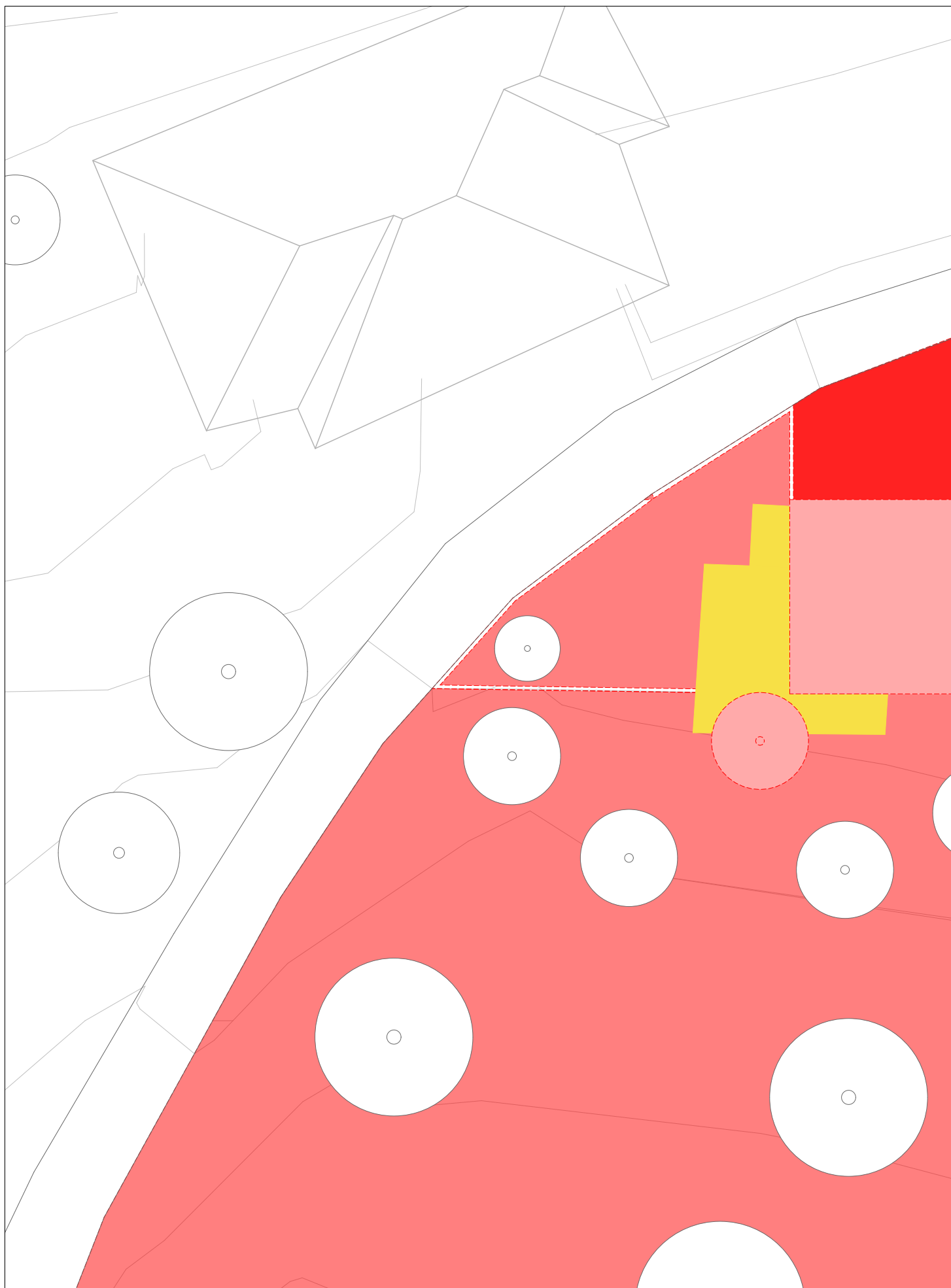
Planta dos eixos estruturais a manter - Piso 0 e 1



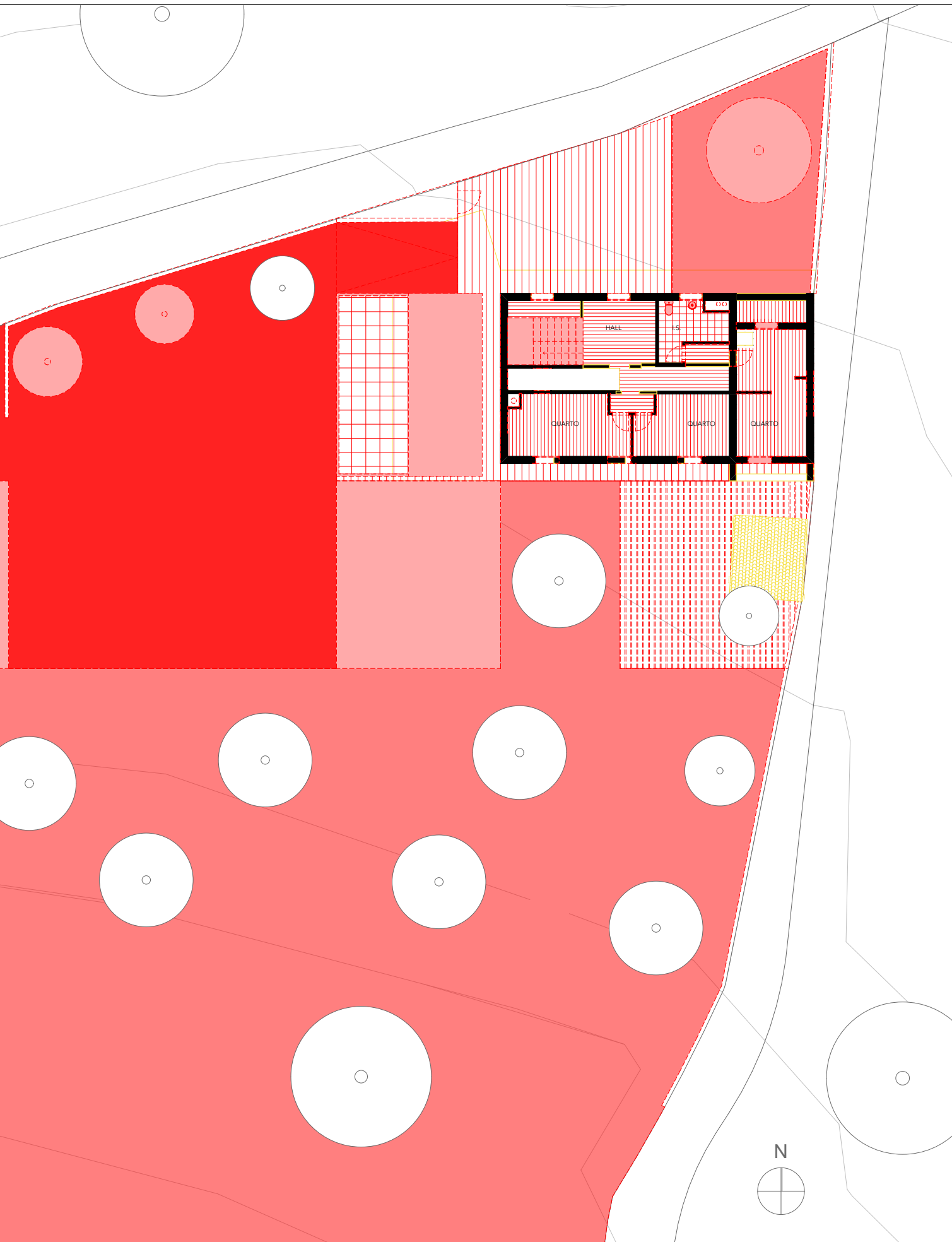


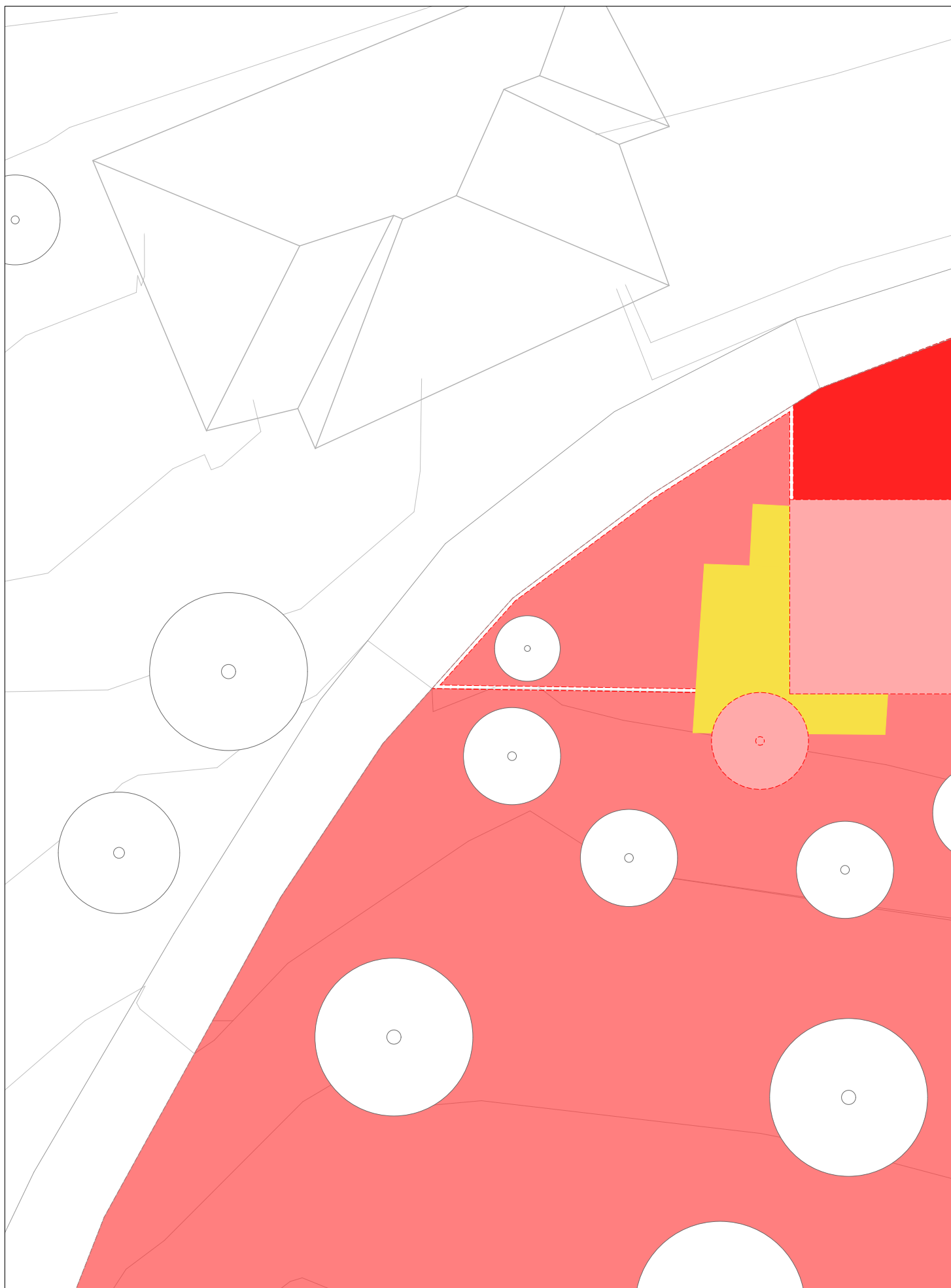
Propostas de intervenção (piso de entrada)



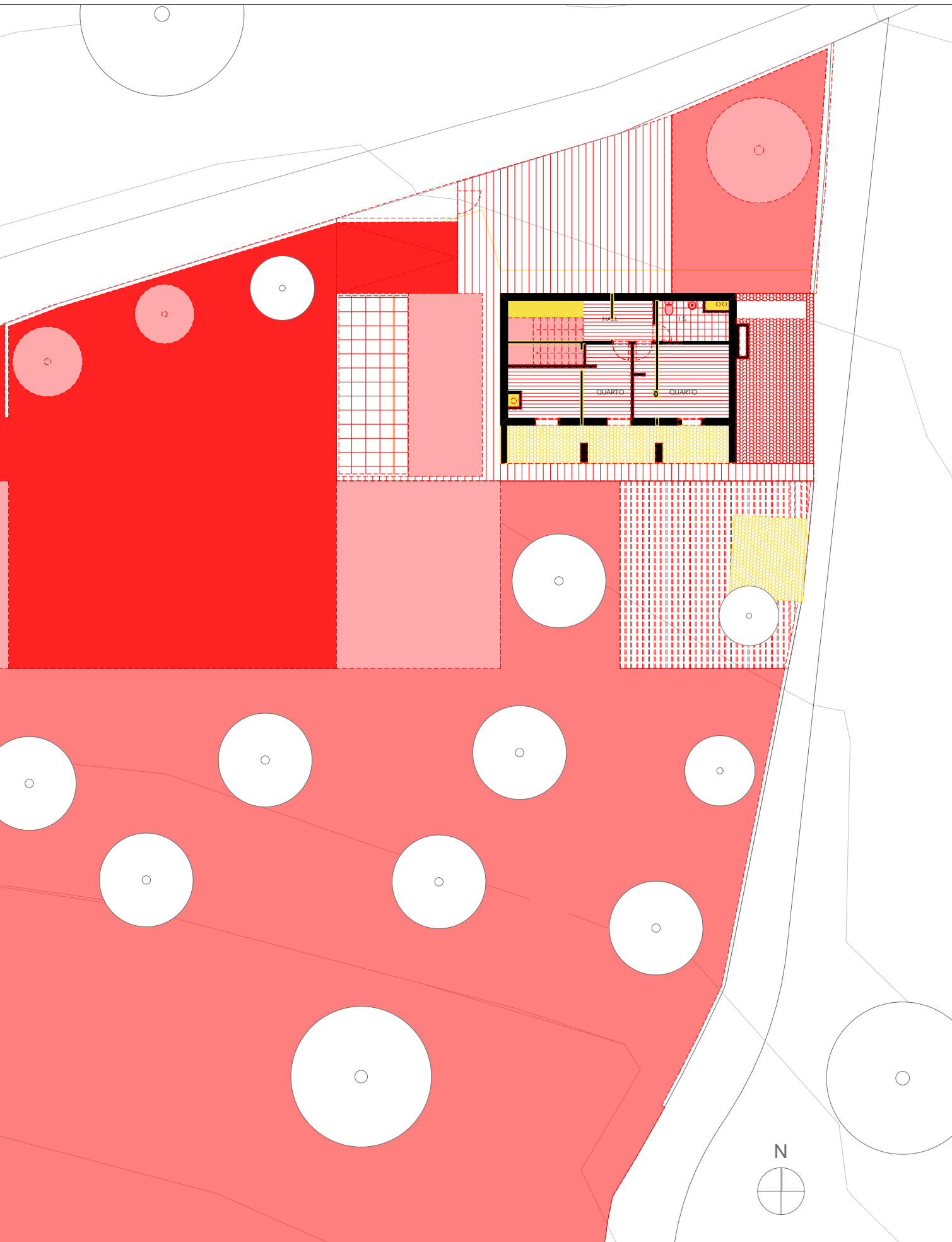


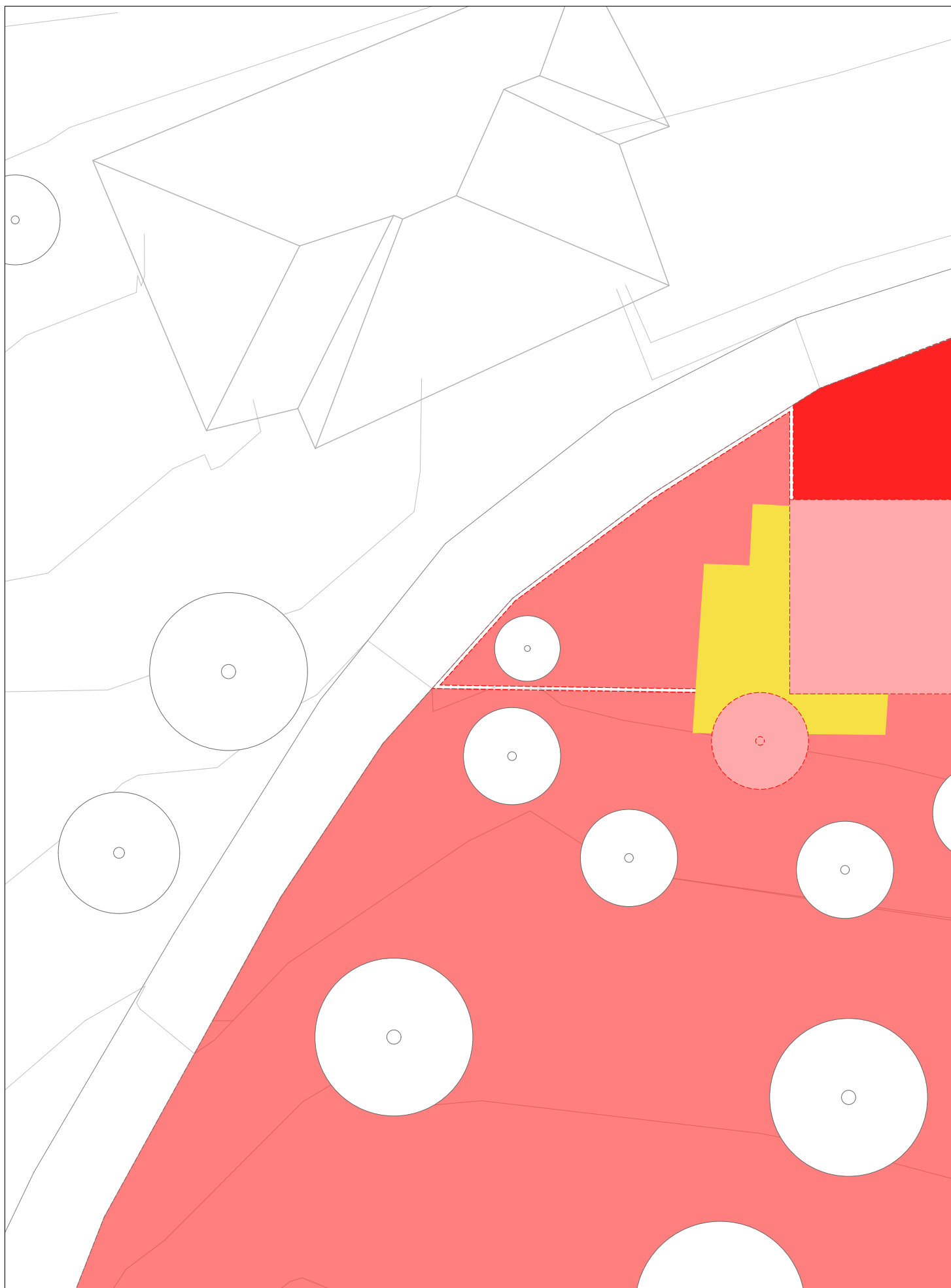
Propostas de intervenção (piso 1)



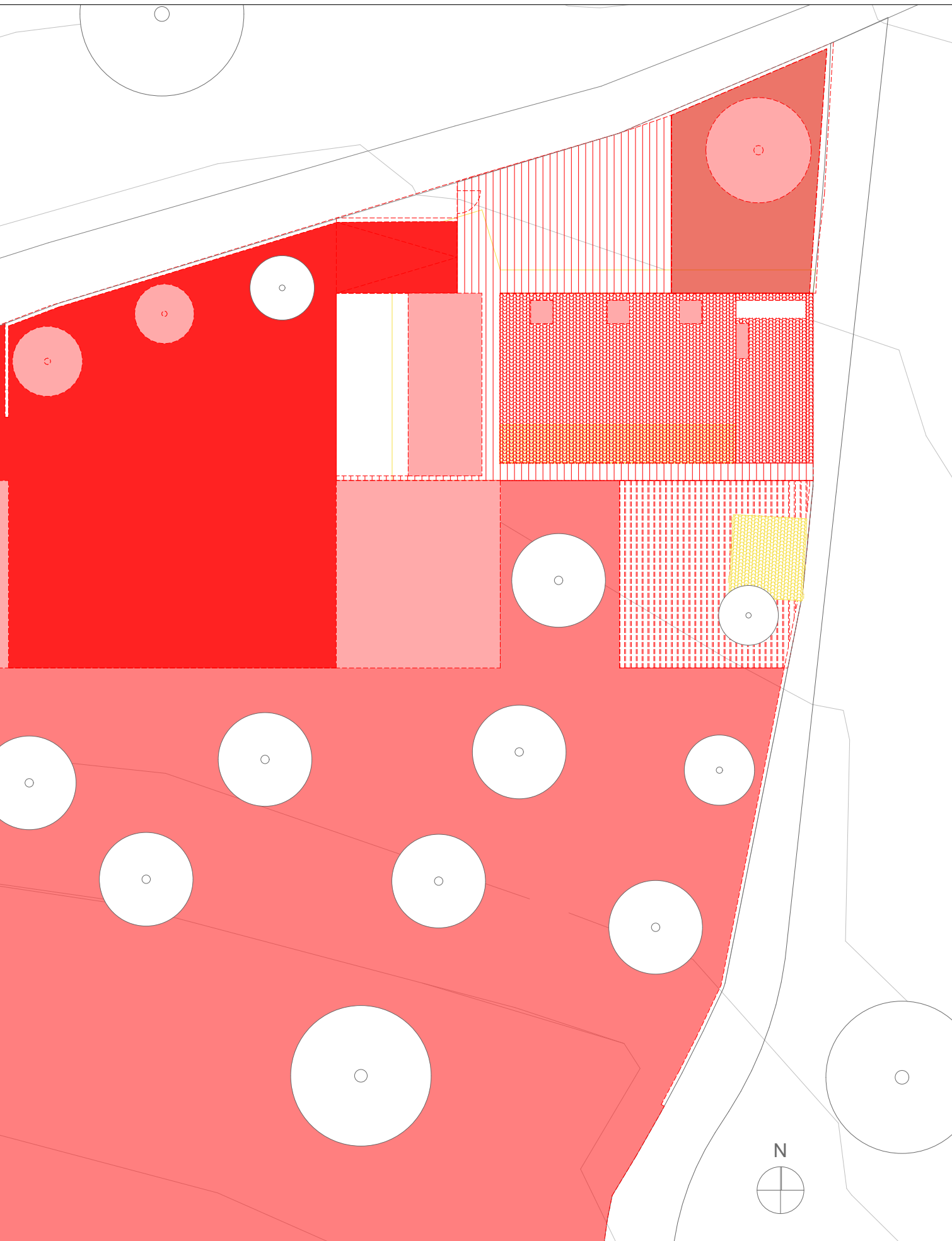


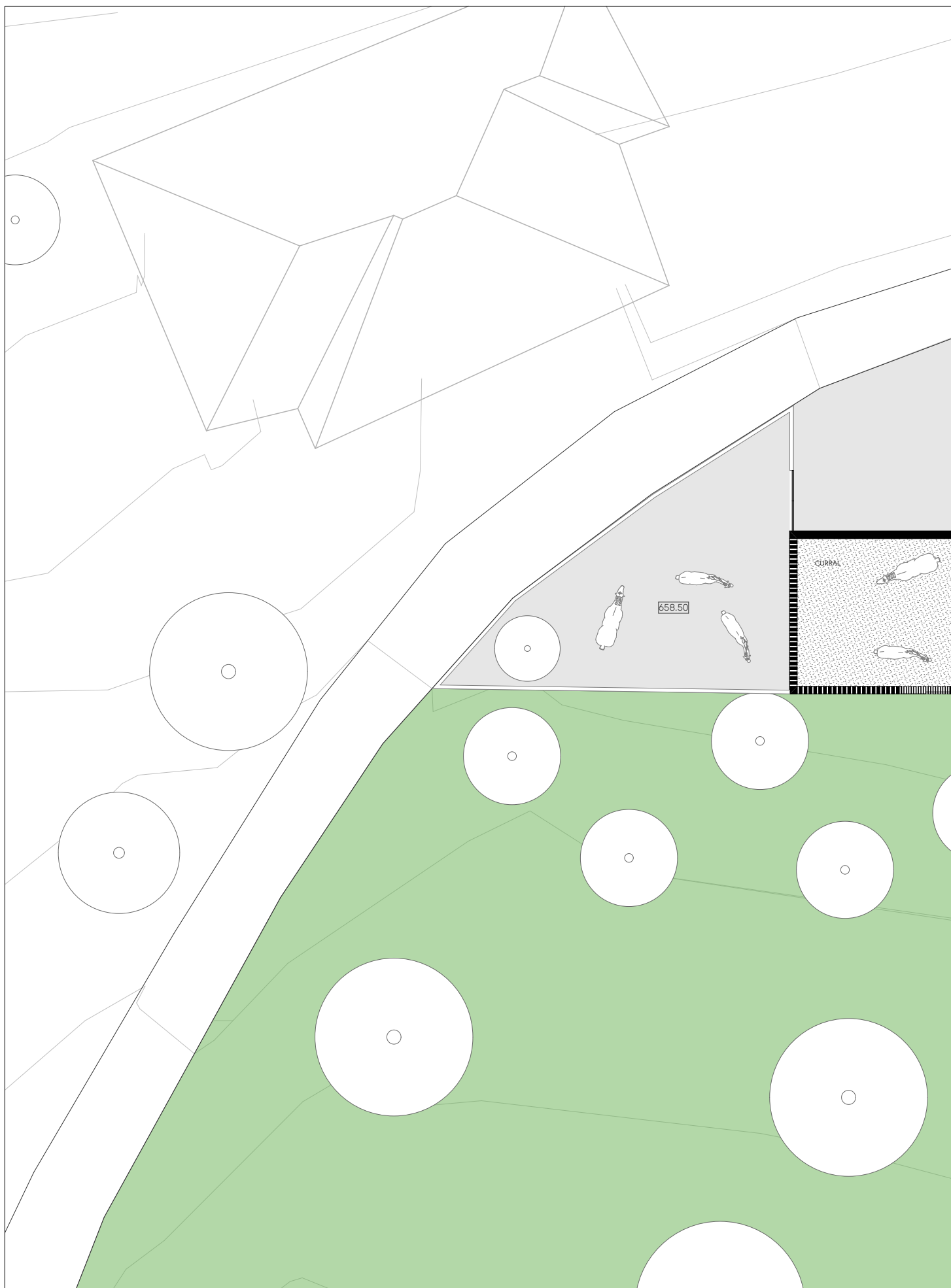
Propostas de intervenção (piso 2)



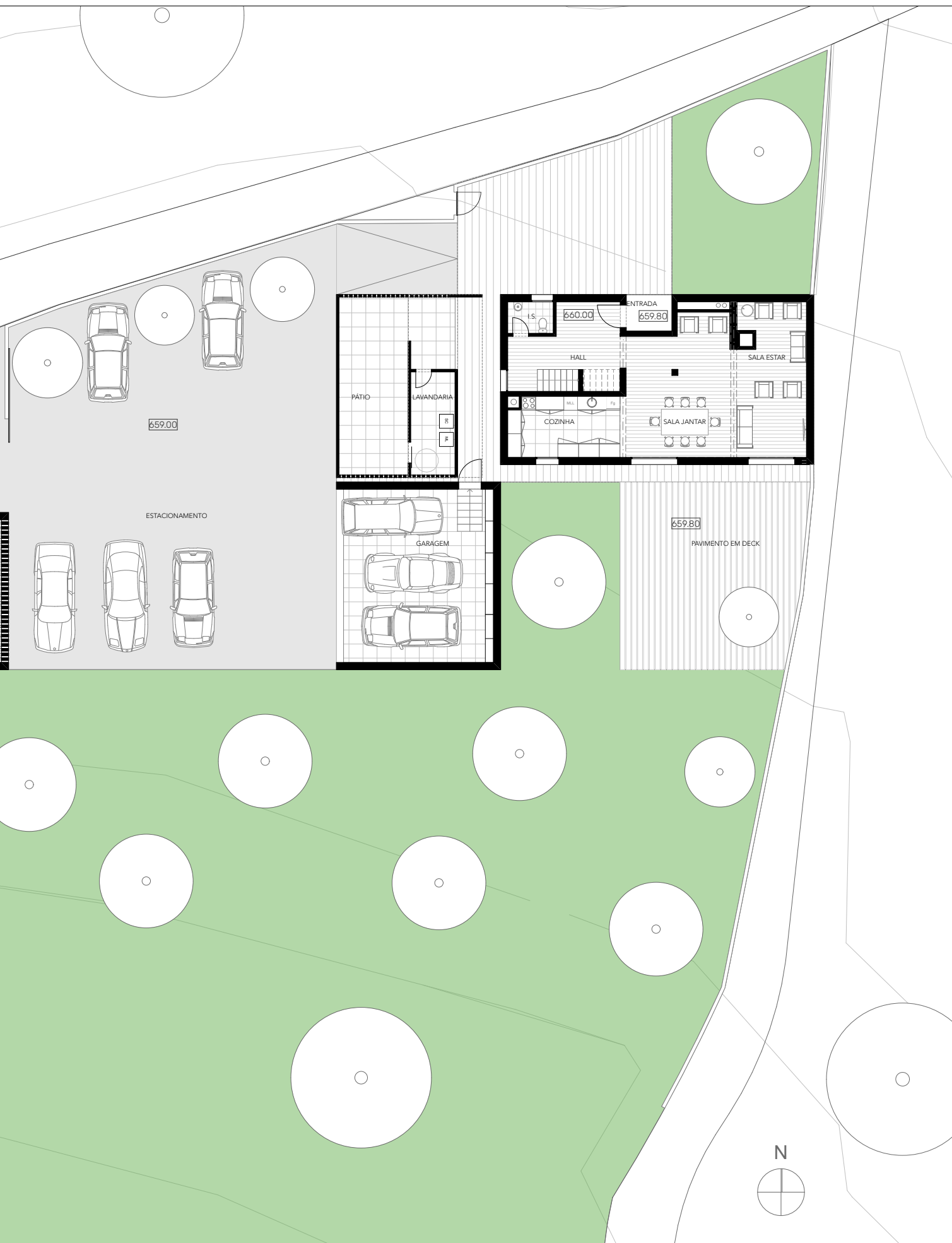


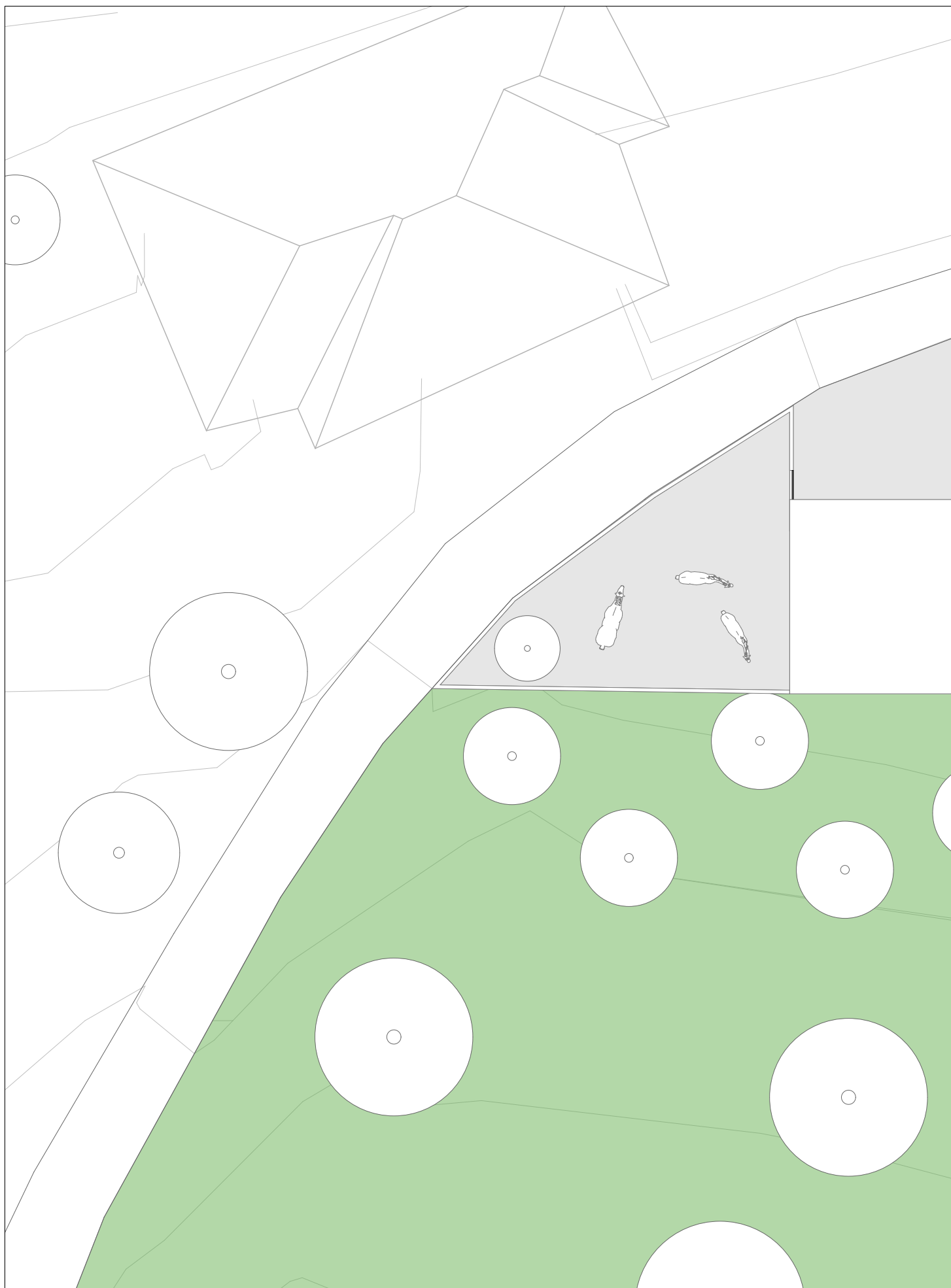
Propostas de intervenção (Cobertura)



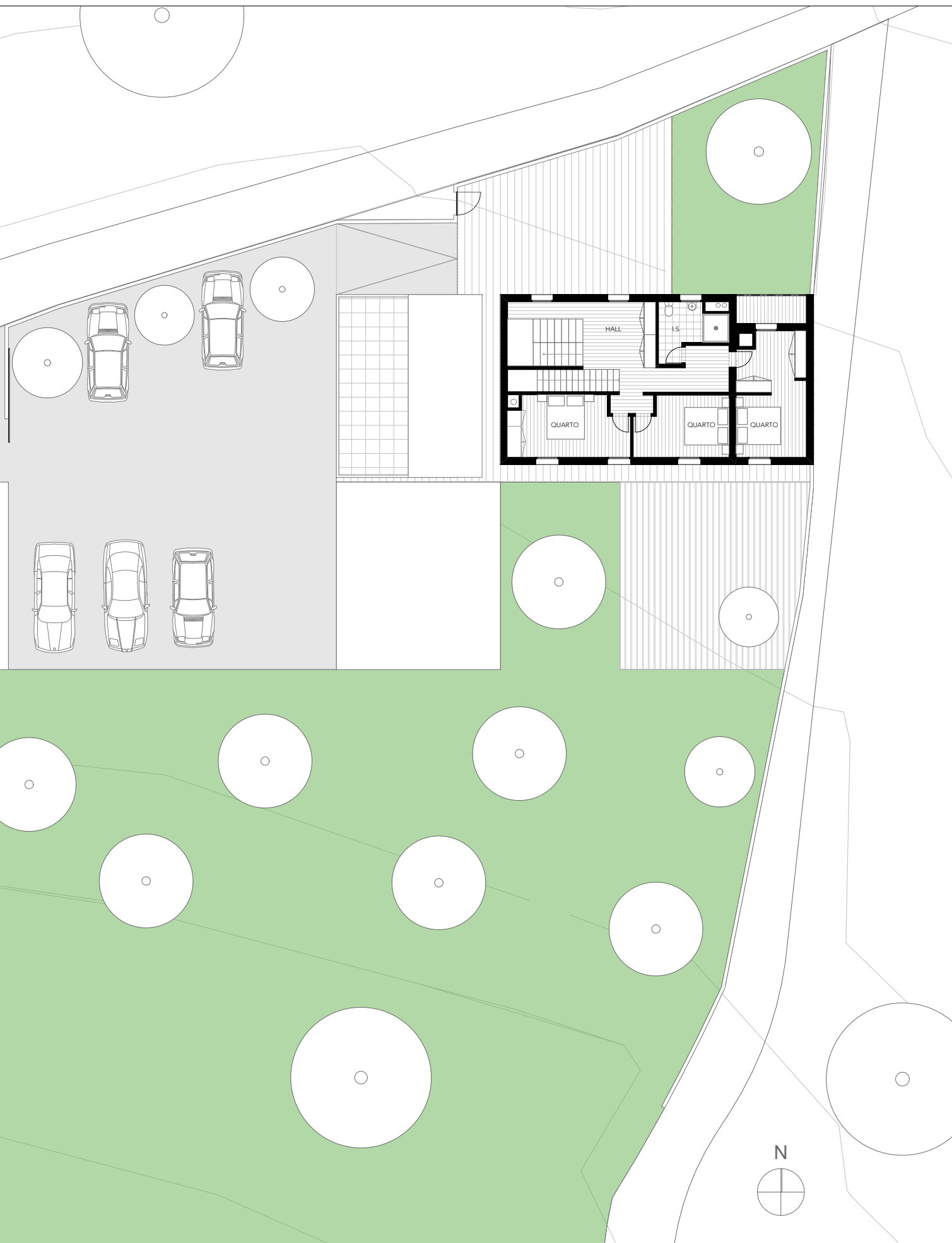


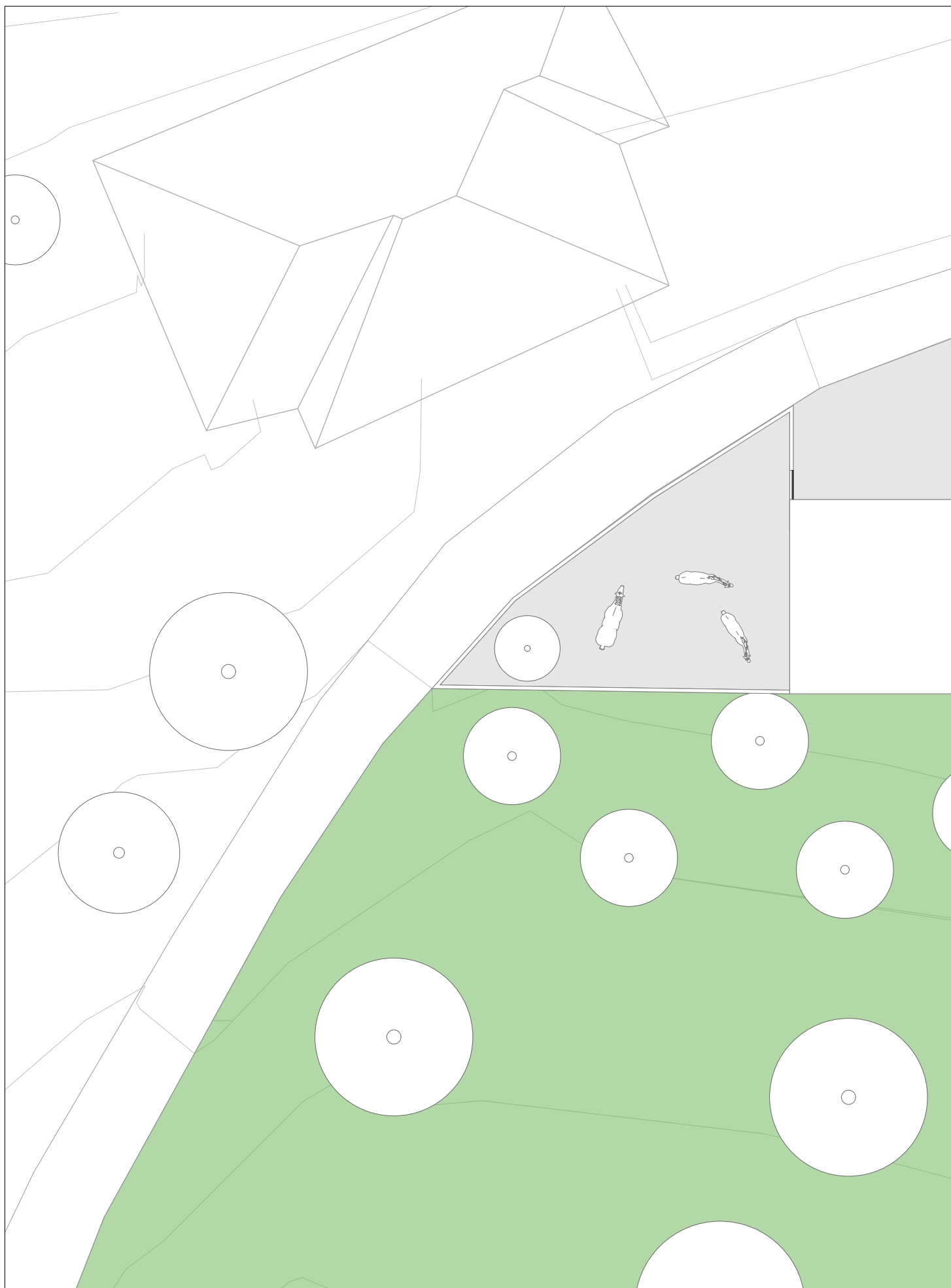
Planta de entrada na casa



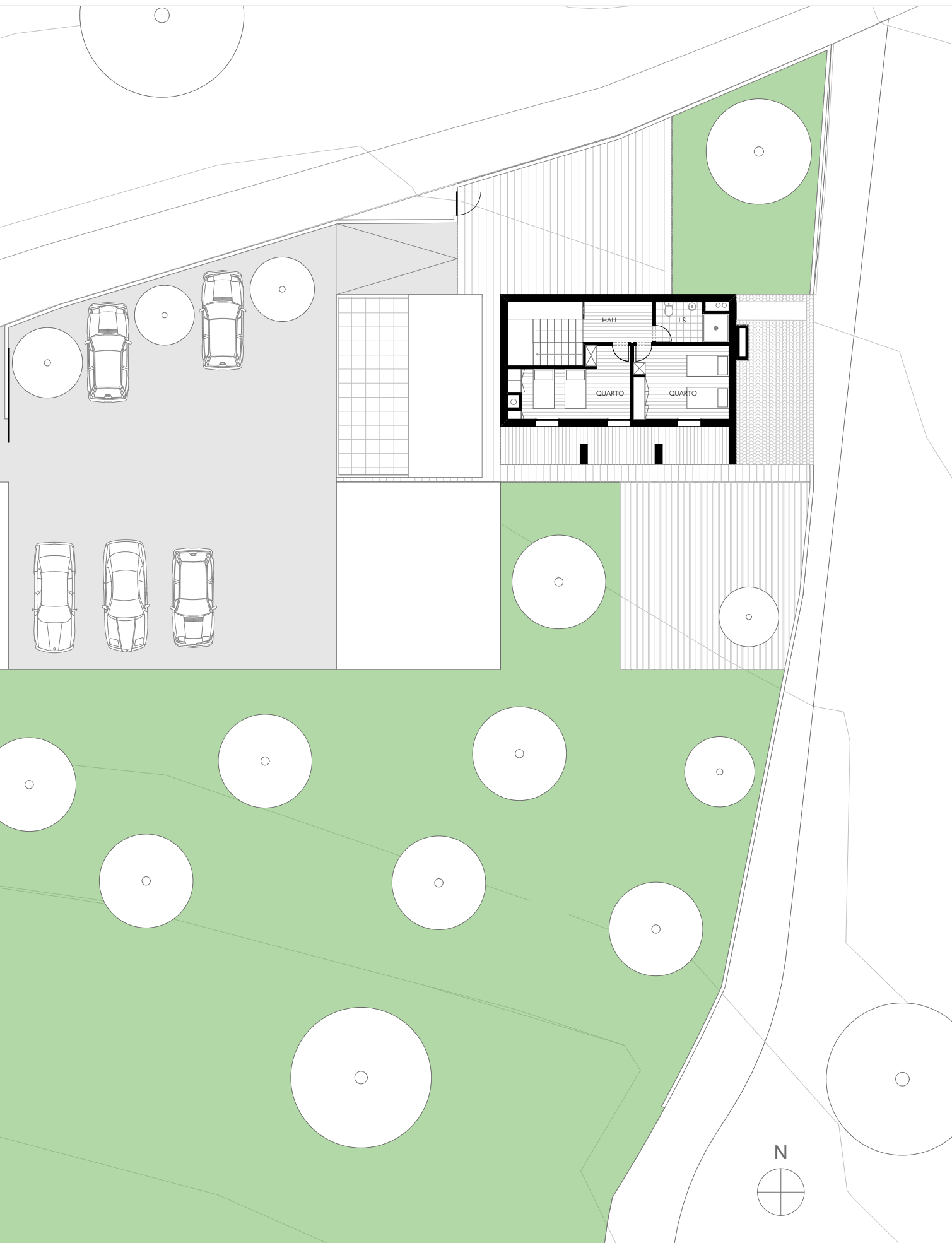


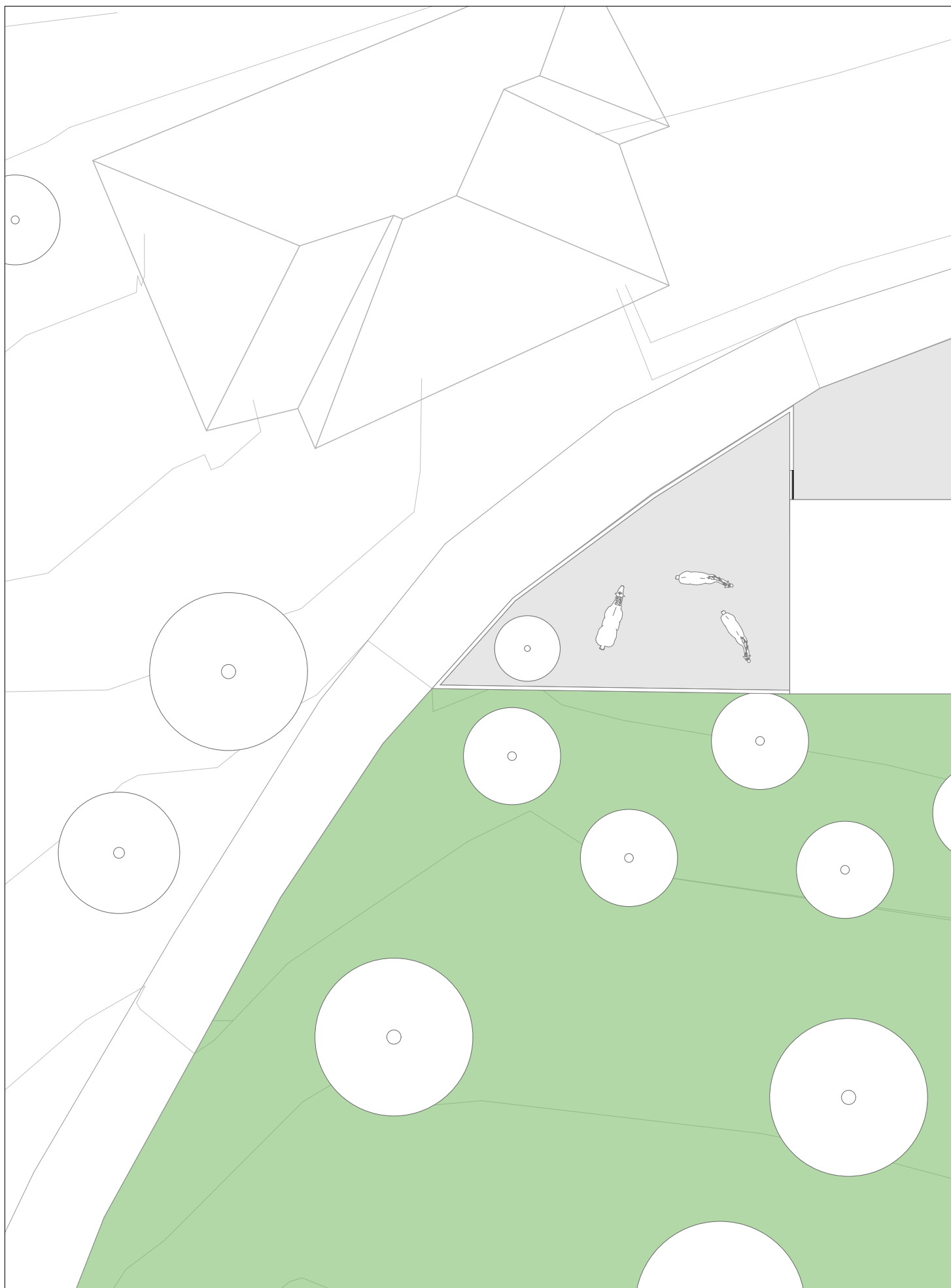
Planta do primeiro piso



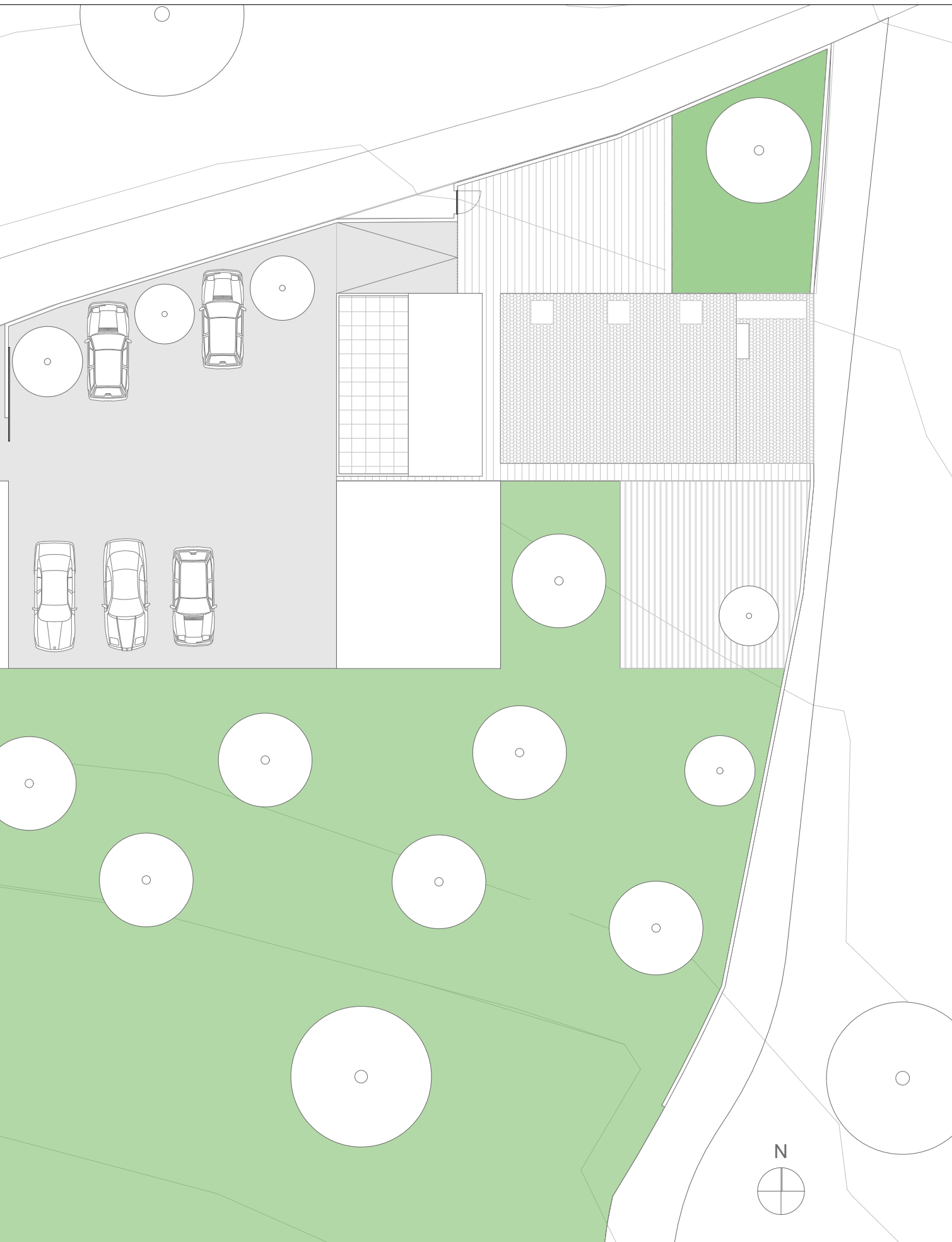


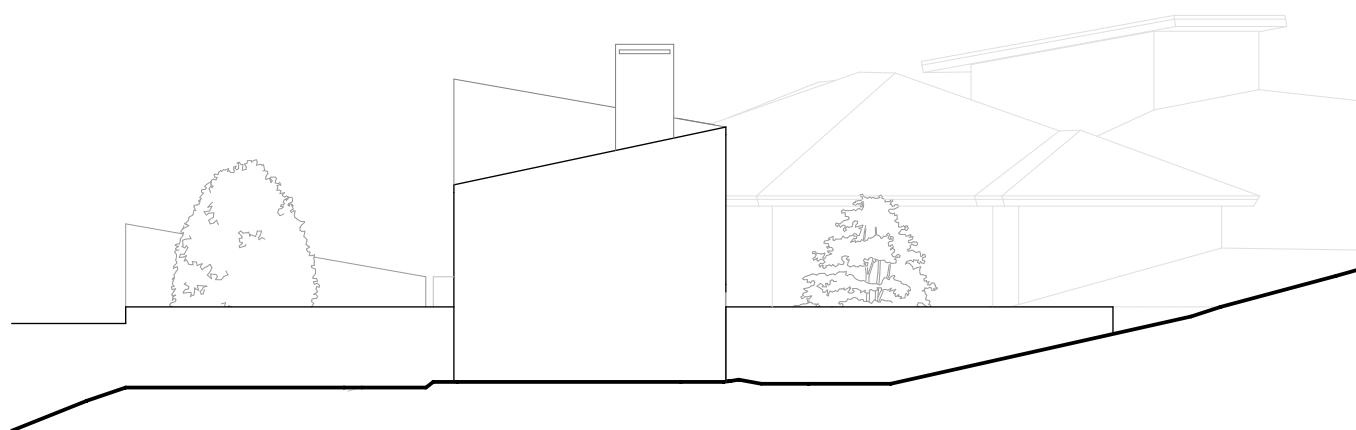
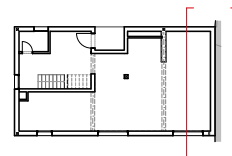
Planta do último piso





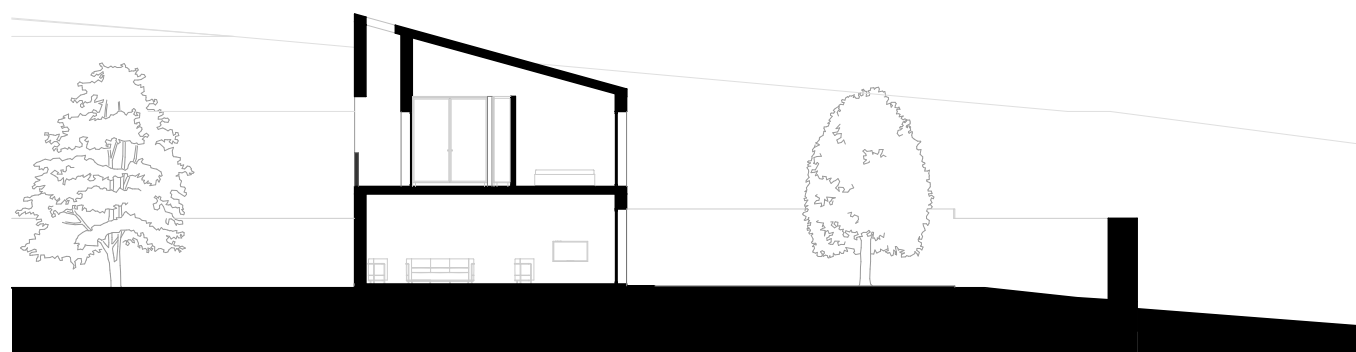
Planta da cobertura





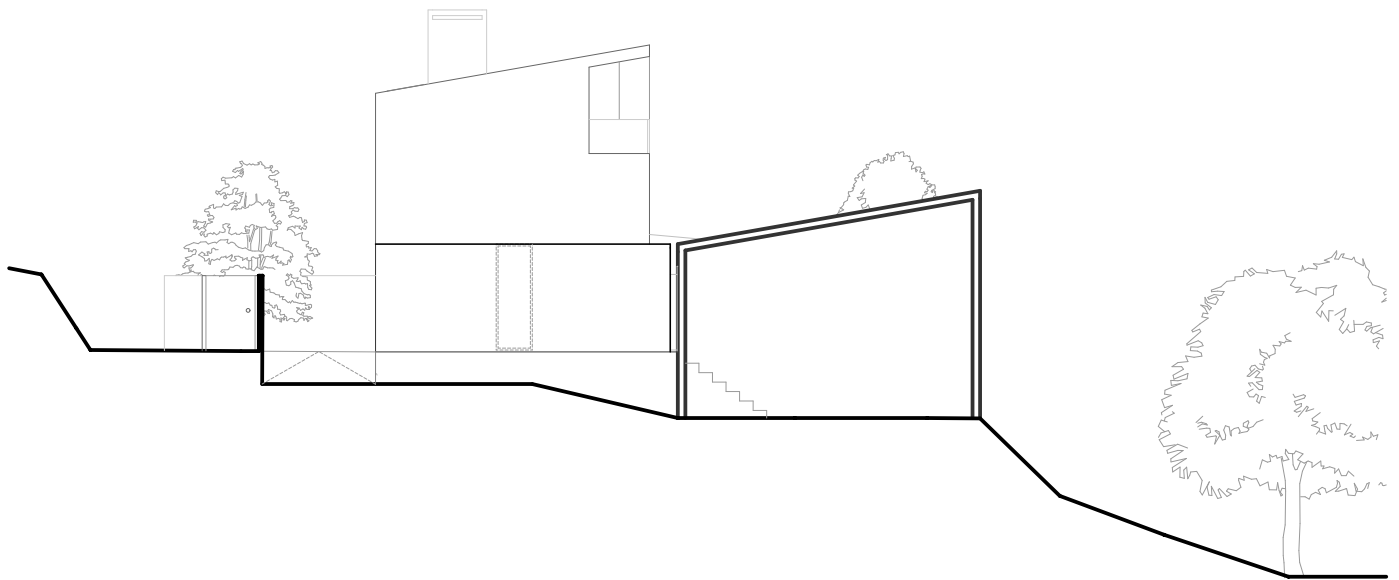
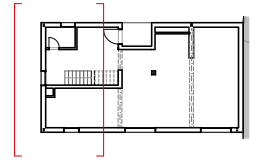
Alçado NASCENTE

1:200



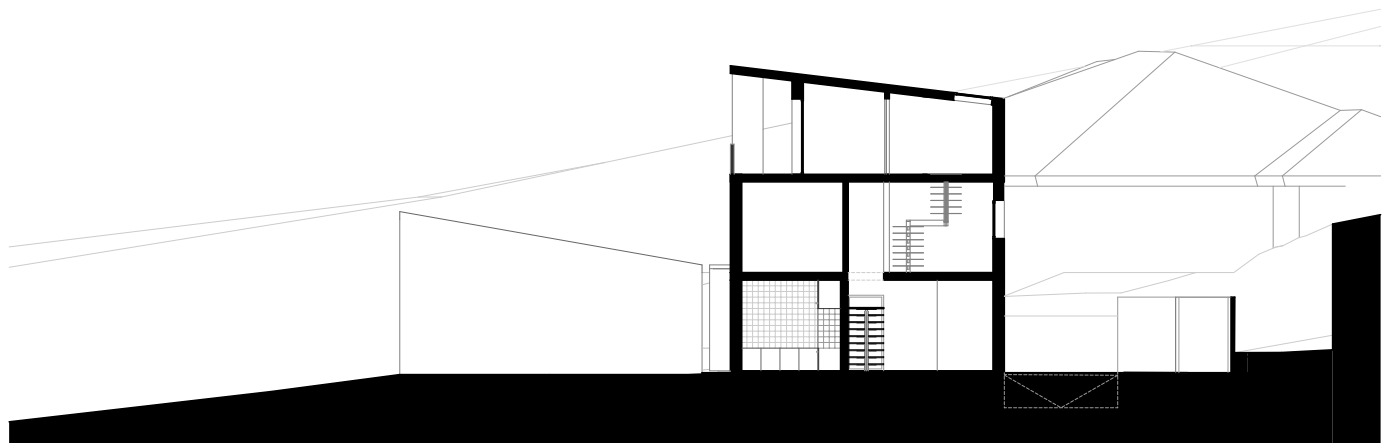
CORTE

1:200



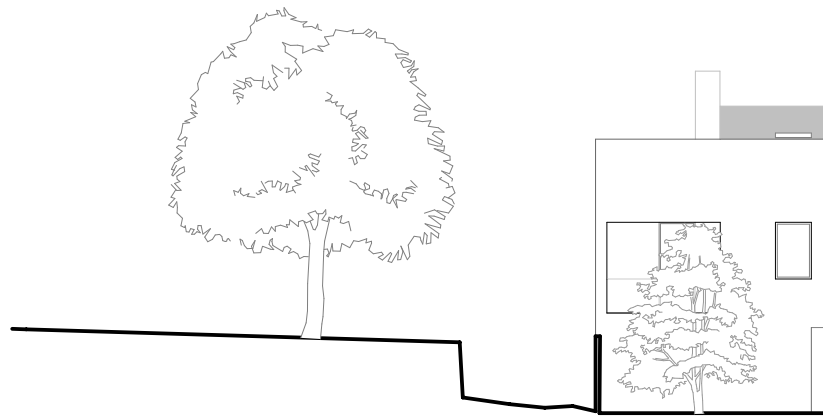
Alçado POENTE

1:200

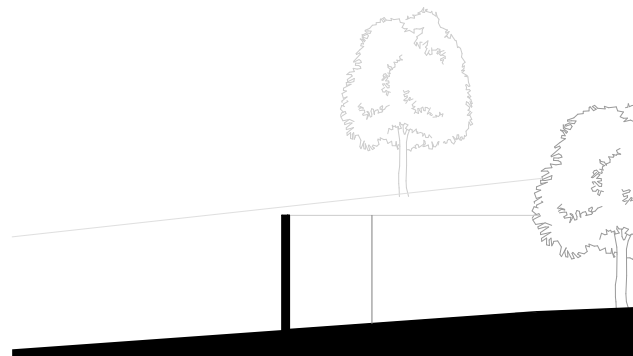
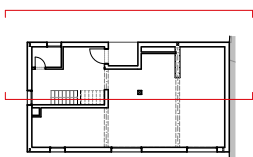


CORTE

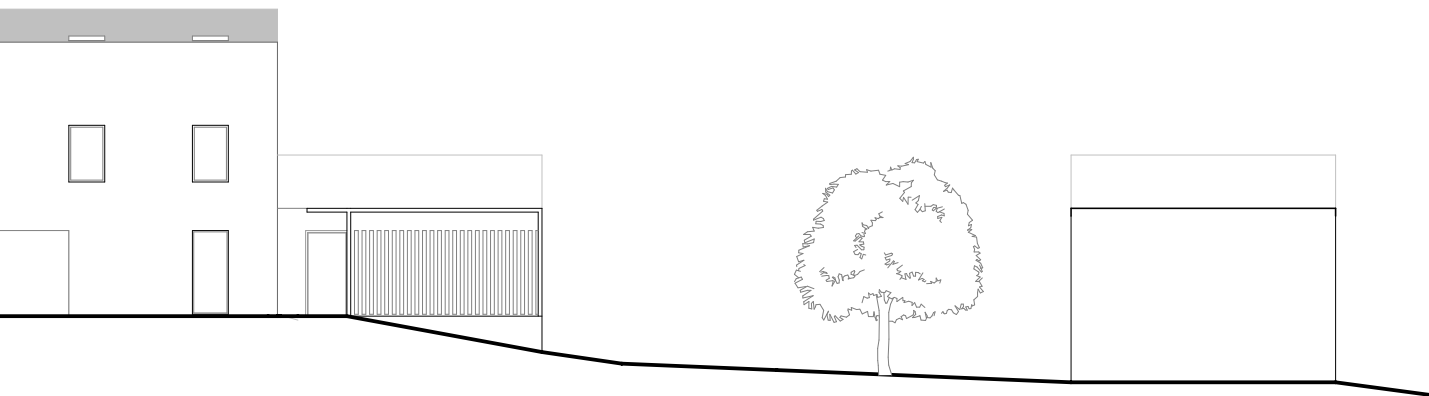
1:200



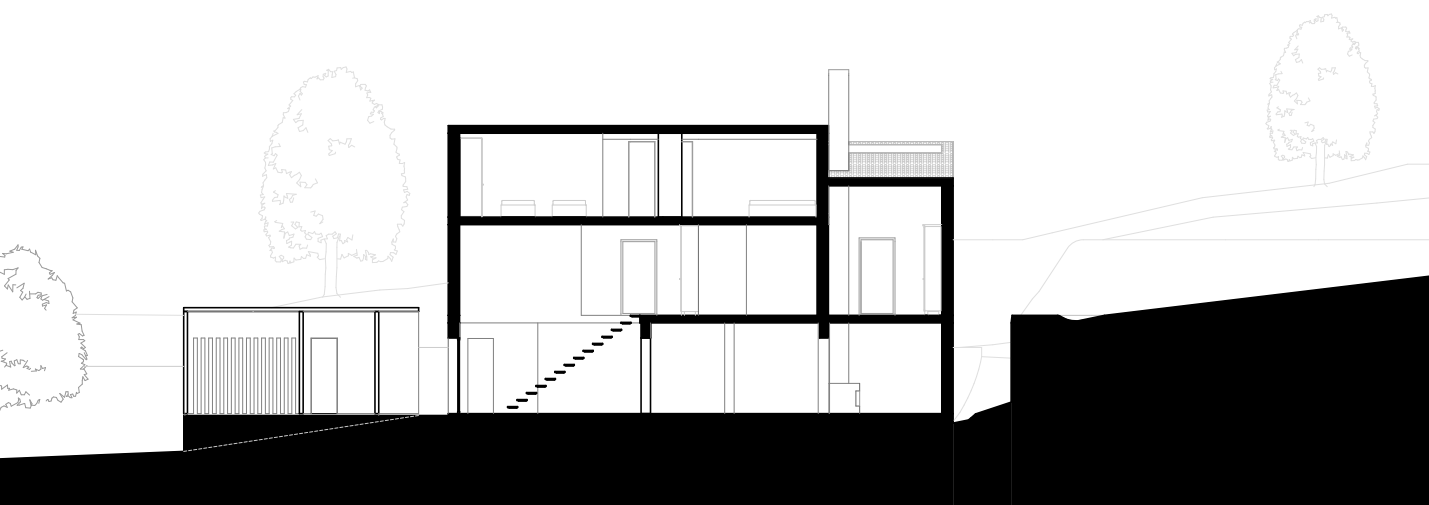
Alçado NORTE



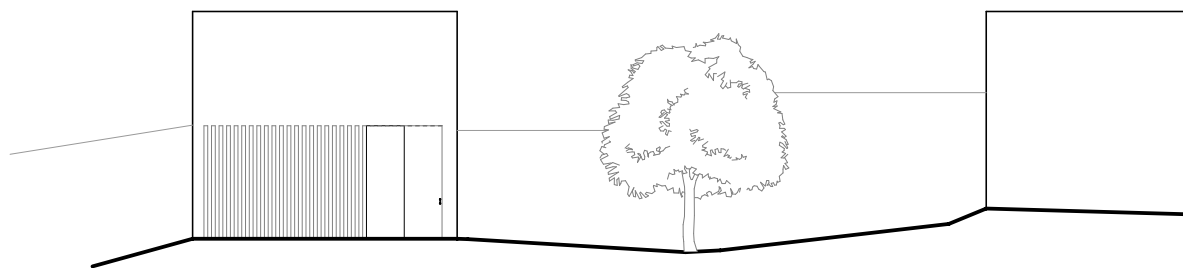
CORTE



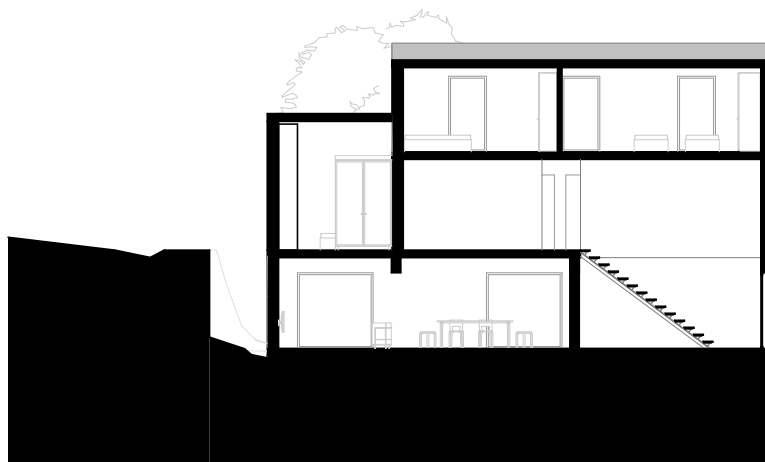
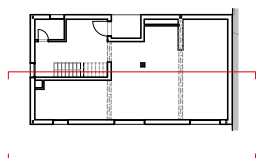
1:200



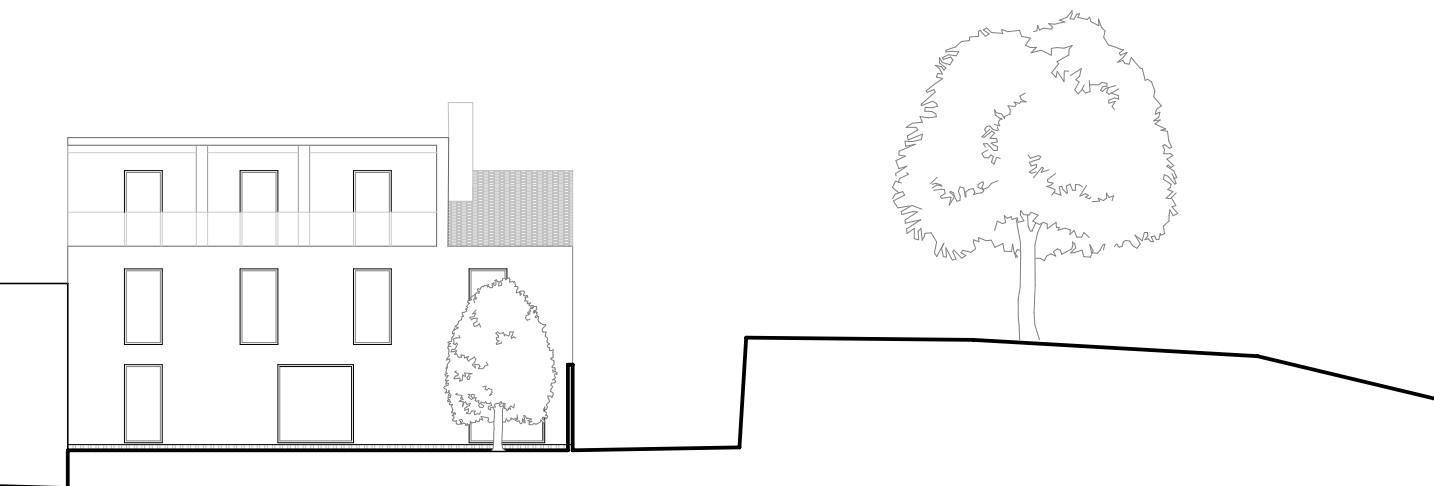
1:200



Alçado SUL



CORTE



1:200



1:200





PARTE V

CONCLUSÕES



CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"os arquitectos de cidade acham pitoresca as janelas irregulares, a parede rústica e lascada, as velhas telhas (...) segundo os mandamentos da arte vernácula. É permitido construir cinco pisos, mas fingimos que a casa tem menos – moralidade rural – e só fizemos quatro. E o quinto piso? Está no telhado escondido entre telhas, que têm de parecer velhas de há cem anos."*⁵⁴

Tendo em conta que "a forma segue a função"⁵⁵, Sullivan acreditava que a forma exterior do edifício devia refletir a função interior e justifica-se por analogia com a natureza, ou seja, se todas as coisas no meio natural têm uma forma refletindo o que realmente são, então "um arquiteto deverá conceber um edifício de forma que este cresça naturalmente pois o papel do arquiteto é organizar, integrar e glorificar a utilidade."⁵⁶ Assim, o funcionalismo não é mais do que a teoria de que a finalidade da arquitetura é a sua utilidade. Por isso, a função e/ou a utilidade da arquitetura cumpre o seu propósito quando uma edificação se ajustar às necessidades para as quais foi concebida e a sua qualidade dependerá da resposta que dará às necessidades dos utilizadores.

Aldo Rossi vem criticar o 'racionalismo ingénuo' argumentando que não existe qualquer relação direta entre forma e função, segundo diz, o edificado pode e deve ser alterado sem que a sua forma se altere. Segundo Rossi, a função é efémera, a forma é permanente. O que faz com que um edifício seja utilizado, não é tanto a sua funcionalidade e eficiência, mas antes uma identificação com os diferentes utilizadores. Identificação esta que se relaciona com a memória, a história e o significado que o edifício tem para as pessoas no quotidiano, e a capacidade de apropriação.⁵⁷

⁵⁴Adolf Loos escritos I -: Biblioteca de Arquitectura. 2ª. Madrid: El Croquis, 2004. ISBN 84-88386-04-4. p.66

⁵⁵Título original: "Form ever follows function"; Louis Sullivan, 1896

⁵⁶Louis Sullivan, in: What is an architect?, cit Lambert, S.; Victoria: Museum, Albert - Form Follows Function ? Victoria & Albert Museum, 1993. ISBN 9781851771226. Lambert, S.; Victoria: Museum, Albert - Form Follows Function ? Victoria & Albert Museum, 1993. ISBN 9781851771226. p.15

⁵⁷Vasconcelos, Maria de Magalhães e - Repensar a cobertura inclinada reinterpretações na casa unifamiliar. Porto: Faup, 2007. p.32



O funcionalismo ingénuo, como Aldo Rossi lhe chama, foi ferozmente criticado na 'Arquitetura da cidade'. A forma não depende da função, mas da intencionalidade estética. Com efeito, a mesma forma é capaz de dar resposta a diversas funções.⁵⁸

A conclusão deste trabalho dará respostas às questões que deram origem a esta dissertação com a aplicação do tema proposto e desenvolvido.

A primeira grande conclusão deste trabalho prende-se com a exequibilidade da proposta. Todo o trabalho foi desenvolvido para que a sua execução fosse sempre possível, mas analisando todos os pressupostos e o processo de projeto vemos que o mesmo aparentemente, do ponto de vista económico, parece não ser exequível. No entanto, se considerarmos o que foi a evolução da casa nas suas diferentes fases de construção, podemos replicar um processo de faseamento para primeiramente resolvermos os problemas de estrutura e isolamento e, posteriormente, desenvolvermos a requalificação arquitetónica e espacial mais profundas propostas pelo projeto.

⁵⁸Vasconcelos, Maria de Magalhães e - Repensar a cobertura inclinada reinterpretações na casa unifamiliar. Porto: Faup, 2007. p.31

⁵⁹"O avanço das ciências humanas passou a influenciar os arquitetos, que passaram a procurar inclusive nas arquiteturas soluções para os seus projetos, contrariando a premissa da procura pela mais alta tecnologia, resgatando o gosto pelas coberturas inclinadas."



PERSPETIVAS FUTURAS

Assim, podemos sugerir aqui algumas fases de execução para que no futuro este exercício venha a ser uma realidade – uma adesão ao real.

Hierarquizando, numa primeira fase, devem ser analisadas exaustivamente todas as partes estruturais da casa, nomeadamente fundações e pilares existentes e perceber, através do seu dimensionamento, a adequabilidade dos mesmos, aferindo assim a necessidade e o tipo de intervenção.

Numa segunda fase, devem ser diagnosticados de forma exaustiva, ou seja, aferindo a sua origem, todas as infiltrações de que a casa padece, resolvendo as mesmas de acordo com a necessidade.

Numa terceira fase, será então aplicado o sistema ETICS (Capoto) por forma a garantir o bom isolamento da casa e consequente conforto térmico e acústico da mesma.

Por fim, numa ultima fase, que pode e deve ser subdividida em diversas sub-fases de acordo com a disponibilidade e as necessidades da família no tempo e no espaço em que ela acontece, será então aplicado o exercício de projeto de arquitetura aqui ensaiado nos desenhos finais conforme os desenhos apresentados entre as páginas 152 e 165.

É por isso fundamental começar por caracterizar exaustivamente todos os danos, degradações e até erros de construção para garantir a segurança total da casa antes de qualquer exercício de projeto.

Será fundamental seguir esta hierarquia por forma a garantir uma casa segura e com espaços qualificados.

Desde o início, o trabalho desenvolvido nesta dissertação, pretende ser um exercício concreto e real que de algum modo representa uma aproximação a um problema geral, e por isso requer uma adesão à realidade. Caso contrário, se nos focarmos meramente num projeto académico, o próprio trabalho perde o interesse – o desafio de resolver um problema que é real. No entanto, para mantermos alguma adesão à realidade, teremos de pelo menos aceitar fasear para ser possível a sua exequibilidade tendo em conta qual o faseamento mais adequado tal como mencionado atrás.



Para além deste faseamento, talvez não seja totalmente descabido deixar em aberto uma possível discussão de uma 'demolição' de um objeto sem qualquer interesse histórico ou arquitetónico, obviamente com custos adicionais inerentes. Por outro lado, surge a necessidade da casa para a família, o valor patrimonial e até emocional já que a mesma foi construída pelas suas próprias mãos. Será uma questão a ficar em aberto para futuros trabalhos de investigação sobre esta temática.

Como conclusão geral deste trabalho, e até mesmo como perspetivas futuras, seguindo a ideia da conclusão do ponto anterior sobre "Aspetos Concetuais Inerentes à Intervenção de Reabilitação", a questão que agora podemos e devemos colocar é saber se este trabalho é replicável. Eu diria que sim, pois ao longo desta dissertação fomos percebendo que os problemas nela apresentados são em certa medida comuns, provavelmente, na grande maioria deste tipo de casas em Portugal, embora com as devidas distinções relativamente aos aspetos arquitetónicos (volumetria), anomalias e até mesmo sociais. E porquê? Na minha opinião, e tendo por base todo este exercício, porque todas as construções são passíveis de uma análise cuidada, fundamentalmente porque todas estas casas têm um valor de posse e sentimental que é preponderante ter em conta na hora de tomar uma posição relativamente ao que fazer ao edifício. Certamente muitos casos terão como única solução uma demolição completa, outras de forma parcialmente, mas acredito que com uma análise profunda e cuidada podemos e devemos conseguir encontrar um elemento chave que nos permitirá, em conjunto com os proprietários, encontrar as soluções económicas e sociais mais vantajosas para a recuperação, reabilitação e valorização do objeto arquitetónico.



A black and white photograph of a cityscape viewed from an elevated position. In the foreground, dark, silhouetted leaves hang from the top edge. The middle ground shows a dense urban area with numerous buildings, including several tall, cylindrical structures. The background features a range of rolling hills or mountains under a clear sky.

BIBLIOGRAFIA

Loos, Adolf **escritos - : Biblioteca de Arquitectura**. Madrid: El Croquis, 1993. ISBN 84-88386-03-6.

Adolf Loos escritos I - : Biblioteca de Arquitectura. 2ª. Madrid: El Croquis, 2004. ISBN 84-88386-04-4.

Baía, João - **Saal e autoconstrução em Coimbra memórias dos moradores do bairro da relvinha 1954 1976: Cultura e sociedade 8**. Castro Verde: 100Luz, 2012. ISBN 978-989-8448-12-5.

Barreira, Hugo - **Improvisos de Progresso arquiteturas em Espinho (1900–1943)**. Porto: [Edição do Autor], 2013.

Barros, Henrique de - **Inquérito à habitação rural A habitação rural nas províncias da beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1947.

Basto, Eduardo Alberto de Lima - **Inquérito à habitação rural**. Lisboa: Universidade Técnica, 1943.

Basto, Mário João Freitas de Sousa - **Adomian decomposition method, nonlinear equations and spectral solutions of burgers equation**. Porto: [s.n.], 2006.

Croft, Vasco - **Arquitectura e humanismo o papel do arquitecto, hoje, em Portugal**. 1ª ed. Lisboa: Terramar, 2001. ISBN 972-710-294-8.

Domingues, Álvaro - **Vida no campo: Equações de arquitectura 45**. Porto: Dafne, 2011. ISBN 978-989-8217-19-6.

Fernandes, Armando de Almeida - **Toponímia Portuguesa exame a um dicionário.**

Arouca: ADCA, 1999. ISBN 972-9474-13-3.

Fernandes, José Manuel - **Arquitectura portuguesa : temas actuais: Tres razões.**

Lisboa: Cotovia, 1993. ISBN 972802830X.

Filgueiras, Octávio Lixa - **Da função social do arquitecto para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada: Biblioteca de arquitectura 3.** Porto:

Sousa & Almeida,

Portas, Nuno - **Habitação para o maior número Portugal, os anos de 1950 1980 -.**

Lisboa: IHRU, 2013. ISBN 978-972-98508-8-2.

Lacaze, Jean Paul - **O ordenamento do território: Biblioteca Básica de Ciência e Cultura 55.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998. ISBN 972-771-007-7.

Lambert, S.; Victoria; Museum, Albert - **Form Follows Function ?** Victoria & Albert

Museum, 1993. ISBN 9781851771226.

Basto, Eduardo Alberto de Lima - **Inquérito à habitação rural.** Lisboa: Universidade

Tecnica, 1943.

Machado, José Luís Pinto - **Alguns problemas do mundo rural português.** Lisboa:

CEUHEDP, 1965.

Pardal, Sidónio - **Planeamento do espaço rústico (as irracionalidades da RAN e da REN).** Lisboa: ADISA - Associação Superior de Agronomia CESUR - Instituto Superior

Técnico, 2002. ISBN 972-8139-06-3.

Ramos, Rui Jorge Garcia - **A casa arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português: Série 1 21**. Porto: Faup publicações, 2010. ISBN 978-972-9483-97-4.

Ordem dos Arquitetos - **IAP XX Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal**. OA: 2006. ISBN 972-8897-17-0.

Salavessa, Eunice - **Restauro e reabilitação da Casa do Arnal**. Vila Real: ICN-PN do Alvão, 1997. ISBN 972-8402-17-1.

Santos, Henrique Pereira dos - **Do tempo e da paisagem manual para a leitura de paisagens**. Cascais: Principia, 2010. ISBN 978-989-8131-66-9.

Távora, Fernando - **O problema da casa portuguesa: Cadernos de Arquitectura 1**. Lisboa: Manuel João Leal, 1947.

Ribeiro, Orlando - **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico estudo geográfico**. Coimbra Editora, 1945.

Vasconcelos, Maria de Magalhães e - **Repensar a cobertura inclinada reinterpretações na casa unifamiliar**. Porto: Faup, 2007.

Villanova, Roselyne; Leite, Carolina; Raposo, Isabel - **Casas de sonhos emigrantes constructores no Norte de Portugal**. Ed. portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra, 1995. ISBN 972-689-083-7.

Warren, J.; Fethi, I. - **Traditional Houses in Baghdad**. Coach Publishing House, 1982. ISBN 9780902608016.

Republica, Diário da - Decreto-Lei nº 44645 (1962)

Ursprung, Philip, *[et al.]* - **Pictures of architecture, architecture of pictures : a conversation between Jacques Herzog and Jeff Wall: Art and architecture in discussion = Kunst und Architektur im Gespräch**. 1st. New York, OR: Springer Verlag/Wien, 2004. ISBN 3211203494.

Zumtator, Peter -. [Consult. 2018]. Disponível em WWW: <<https://www.archdaily.com/798360/peter-zumthors-therme-vals-through-the-lens-of-fernando-guerra/580fb224e58ece64b8000037-peter-zumthors-therme-vals-through-the-lens-of-fernando-guerra-photo>>.

Domingues, Álvaro -. Lisboa: TSF, 2015.

Fernandez, Olga Cuevas - Revista Dpa Nº14 Fernando Tavora. Vol. 14 (2009).

www.porto24.pt

www.tsf.pt

www.archdaily.com

www.dezeen.com

www.mcfarquitectos.pt

www.ultimasreportagens.com

www.domusweb.it

porto24 -. [Consult. 17.6.2015]. Disponível em WWW: <<http://www.porto24.pt/memoria/praca-casal-de-paio-de-novais-praca-da-liberdade/>>.

P 60 e 61		Vista do terreno da família. Arquivo pessoal, 2016
P 62		vista da sala em construção. Arquivo pessoal, 2016
P 64		Desenhos técnicos de estudo do projeto.
P 66 - 72		Desenhos esquemáticos
P 74		Vista do alçado Poente. Arquivo da família, 1980
P 76 - 83		Levantamento do existente
P 88 e 89		Vista do terreno. Arquivo pessoal, 2016
P 90 e 91		Esquissos de estudo do projeto
P 92 e 93		Ortofotomapa e Cartografia com indicação da cidade de Vila Real em relação ao lugar de Rebordinho
P 94 - 97		Registos fotográficos de algumas anomalias. Arquivo pessoal, 2017
P 98		Vista da flora e do forno a lenha. Arquivo pessoal, 2017
P 100 - 109		Exemplo de projeto de recuperação e reabilitação de antigo curral e atual Alojamento Local. Arquivo pessoal, 2017
P 110 - 135		Desenhos técnicos da proposta do exercício/ensaio de arquitetura
P 136 e 137		Vista panorâmica sobre o terreno a partir da estrada. Arquivo pessoal, 2016
P 138 - 144		Diversas vistas sobre o terreno no rigor do inverno. Arquivo pessoal, 2016
P 146 e 147		Vista panorâmica da cidade de Vila Real a partir do terreno. Arquivo pessoal, 2015

